

SETEMBRO de 2011

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

CEDOC Dw

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola

CEDOC DW

Centro de Documentação e Informação Development Workshop — Angola

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais:

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário Angolense, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, e o Semanário Africa.
- Websites: Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacuaco e Jornal Vida Kilamba.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

A Redação

Redação

Helga Silveira

Conselho de Edição

Allan Cain, Jose Tiago
e Massomba Dominique

Editado por

Development Workshop – Angola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C.P. 3360, Luanda – Angola

Telefone

+(244 2) 448371 / 77 / 66

Email

cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill&Melinda Gates

ÍNDICE

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

1.1	Indicadores sociais	1
1.2	Competitividade da economia Angolana não descola da cauda do ranking global	2
1.3	Rendimentos médios estão abaixo do salário mínimo	3
1.4	Cada Angolano gasta em alimentação mais de metade dos seus rendimentos	3
1.5	Plano para desestabilizar Luanda está marcha	4
1.6	Nível de pobreza regista redução	4
1.7	FMI revê crescimento de Angola para 3,7 por cento em 2011	4

2 MICROFINANÇAS

2.1	“As famílias precisam de educação financeira”	6
2.2	A revolução bancária dos 100 Kwanzas	7
2.3	BDA Assina acordos com bpc e bai micro finanças	8
2.4	Comercio rural regista bons indicadores	8
2.5	Acordo entre BDA e BPC envolve USD cinco milhões para comércio rural	9
2.6	Benguela e Huambo beneficiam de crédito ao comércio rural	9
2.7	Restrições no acesso ás poupanças	10
2.8	Kixicrédito no Namibe	12

3 MERCADO INFORMAL

3.1	Protesto de kupapatas termina em morte	13
3.2	Odebrecht ganha gestão das lojas “nosso super”	13
3.3	Kupapatas ganham espaço em Luanda	14
3.4	Ministério dos transportes facilita gasosa dos agentes de trânsito	15
3.5	O emprego fantasma	15
3.6	A dura vida das zungueiras	17
3.7	Falsificação de produtos prejudica Estado na arrecadação de receitas	18
3.8	Lixo “asfixia” pescadores	19
3.9	Vendedores de medicamento contornam fiscais	19
3.10	Mutondo proporciona condições dignas	20
3.11	Actividade de moto-taxi ganha espaço e facilita a circulação de pessoas e bens	21
3.12	Governador destacou importância de “kupapatas”	21
3.13	Trabalho infantil atinge um quinto	22
3.14	Mercados precisam de melhor organização	22
3.15	Vendedores gostariam de saltar do chão para o balcão	23

4 OGE INVESTIMENS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1	Sector social leva maior fatia do orçamento	25
-----	---	----

5 GOVERNAÇÃO DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1	Criado site para reclamações	26
5.2	Executivo garante o aumento das verbas reservadas às administrações municipais	26
5.3	Governo barra delegação da sociedade civil da SADC	27

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1	Alegria em Kaxicane com novas habitações	29
6.2	Reconversão de municípios a bom ritmo	29
6.3	Construir casas na vertical “diminui custos de projectos	30
6.4	Construção de habitações nos municípios	30
6.5	Executivo e Banco Nacional de Angola promovem inflação	30
6.6	Centenas de casas dão nova imagem a Caxicane	32
6.7	Executivo reafirma compromisso de melhoria dos assentamentos urbanos	33
6.8	Executivo e Banco Nacional de Angola promovem inflação	33
6.9	Presidente da centralidade do Kilamba garante venda de casas sem segregação	35
6.10	“Os preços das casas dependem do mercado e da lei da oferta e procura”	35
6.11	Sonangol e delta acertam critérios para a venda dos imóveis	36
6.12	Pais pode gerar receitas com a regularização fundiária	38
6.13	Cidade do Kilamba: reviravolta nos preços ?	39
6.14	Taxas da nova cidade já entraram em vigor	39
6.15	Primeiras casas entregues em Dezembro	39
6.16	Materiais de construção estão cada vez mais caros	40
6.17	Administração do município doou chapas	41
6.18	Executivo quer acelerar entrega de habitação	41
6.19	Estado revela aumento de habitações com a construção de vários projectos	42
6.20	Direcção dos caminhos-de-ferro e moradores da Precol de costas viradas	42
6.21	Programa Angola Jovem promove o auto emprego	43

7 TERRA

7.1	Desalojados da «cintura verde» atirados ao Camama	45
7.2	Organizações civis saúdam suspensão das demolições no Lubango	46
7.3	Terreno preparado para casas	46
7.4	Ex-moradores da Boavista vivem melhores dias	47
7.5	População do bairro Zango vive carência de transportes	48
7.6	Autêntica salada russa	48
7.7	Famílias “penam” ao relento	49
7.8	“Consumam com cuidado”	51
7.9	Luanda sem praias	51
7.10	“Arquitecta do Panguila usurpou o meu terreno”	51
7.11	“Estamos a sofrer”	52
7.12	Mais de duas mil famílias podem estar ao, relento	53

8 SERVIÇOS BÁSICOS

8.1	Habitantes de Calonda já bebem água potável	54
8.2	Chuva apavora vizinhos das valas	54
8.3	Limpeza continua por ser feita	55
8.4	Estações de tratamento de águas na forja	56
8.5	Valas causam mortes	57
8.6	Demissão anunciada	57
8.7	Falta de água potável está a afligir munícipes	58
8.8	Programa “Água para todos” atingiu 43 por cento da taxa de cobertura	58
8.9	Edel trava venda ilegal de energia eléctrica	59
8.10	EPAL toma medidas para abastecer Luanda de água	60
8.11	Rangel já está sem sono	61
8.12	Sete e meio volta a esquentar	62

8.13	Maioria da população dispõe de água potável	63
8.14	Ineficiência topográfica empecilha produção económica	63
8.15	Água a prelo de ouro	64
8.16	Melhora o abastecimento em localidades do interior	65

9 GÉNERO e VIOLENCIA

9.1	Violência doméstica nas barras do tribunal	66
9.2	Organizações femininas abordam situação da mulher	66
9.3	Populares aterrorizados por bandidos e violadores	66

10 AMBIENTE

10.1	Chuvas ameaçam cidadãos	67
10.2	Soyo recebe as primeiras chuvas	67

I REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Indicadores sociais

Jornal de Angola
08 de Setembro de 2011

Governar é essencialmente prever e traçar projectos em função da antecipação. Angola alcançou determinados índices, em termos de melhoria das condições económicas e sociais, que a colocam hoje melhor posicionada. Temos pela frente ainda muito trabalho para continuar a fazer na melhoria das condições de vida das populações, uma meta a alcançar permanente.

Mas agrada-nos saber que os relatórios de instituições nacionais e internacionais coincidem nos dados sobre os progressos que fazemos. Muito se fala e se publica sobre os indicadores económicos e sociais em Angola, mas frequentemente sem dados concretos e actualizados. Depois da publicação do Inquérito Integrado sobre Bem-Estar da População de 2008/2009, estamos em condições de nos situarmos quanto aos ganhos que obtivemos durante os últimos três anos.

Dizer que as condições de vida, habitabilidade, de acesso aos bens como água e energia melhoraram desde o alcance da paz já não é uma simples retórica. Os dados estão aí, são públicos e devem servir para um melhor entendimento do que o Executivo está a fazer. Mas representam sobretudo as conclusões a que chegaram os estudos sobre as condições de vida das populações, ali onde elas se encontram.

Por isso, disse a ministra Ana Dias Lourenço, que “os relatórios sobre o Bem-Estar da População, pelo Instituto Nacional de Estatística, espelham de forma clara as condições de vida da população nas zonas rurais e os acessos aos sistemas de água, energia e habitação”.

Os esforços da governação para melhorar as condições de vida das populações reflectem o compromisso do Executivo na justa redistribuição das riquezas. A publicação periódica de relatórios sobre os índices que traduzem a eficácia das políticas do Executivo é algo que deve ser encorajado. Esses relatórios são autênticos instrumentos que auxiliam os detentores de cargos públicos na hora de traçar políticas.

Servem sobretudo para mostrar em que pé nos encontramos em termos de realização e concretização. Podíamos ainda dizer, sem receio, que a publicação regular destes relatórios afugenta a especulação sobre as condições das populações. Contribui igualmente para desmentir as informações infundadas sobre o desempenho do

Executivo, numa altura em que a palavra de ordem é trabalhar. E pelo trabalho estamos a provar que a cada dia as condições das populações mudam, tal como o provam os documentos ora publicados.

Os dois volumes do inquérito contêm, de facto, informações relevantes para todos os actores engajados na construção de uma sociedade mais justa e mais equilibrada em Angola. A governante Angolana mencionou a importância dos relatórios enquanto fonte de informação para a elaboração das contas nacionais e em particular das famílias Angolanas. Não há dúvidas de que os nossos gestores e não só precisam de fazer bom uso das informações constantes nestes relatórios.

O manancial de informações e dados que os mesmos possuem ajuda a potenciar a eficácia das suas decisões. Daí a ministra do Planeamento ter enfatizado que “a informação estatística oficial é uma base indispensável para o desenvolvimento em todos os domínios da actividade do país, bem como para fortalecer as relações entre o Executivo e as populações”.

Não temos a menor dúvida quanto à fiabilidade dos dados estatísticos, porquanto a sua produção contou também com a participação de importantes instituições internacionais.

Não sendo isto o critério válido para tomar credível e verdade os dados constantes no relatório, pensamos modestamente que o cruzamento de dados ajuda na busca da verdade. São realísticas as palavras do representante do UNICEF em Angola, Koenraad Vanormelingen, segundo as quais os dois relatórios representam os progressos de Angola e a preocupação do Executivo com as populações rurais e urbanas. Tal como o Banco Mundial, também auguramos que os resultados do inquérito orientem os empresários sobre os investimentos em Angola e contribuam na investigação científica. Com estes dados, deixemos de especular sobre o desconhecido e apeguemo-nos aos dados que existem, que proporcionam uma correcta leitura do que se passa no país. Apenas, lamentamos a reduzida cobertura que a publicação destes relatórios merece da parte de alguns círculos. Estamos de parabéns por sermos capazes de produzir dados de base para avaliação do progresso do país, no quadro do cumprimento dos Objectivos do Milénio e não só.

Com estas informações estamos mais seguros sobre os passos que estamos a dar e fortalece a confiança quanto aos objectivos a alcançar. O resto traduz-se numa palavra muito simples, que deve servir de mote a todos Angolanos, o trabalho.

1.2 Competitividade da economia Angolana não descola da cauda do ranking global

Jornal o país

09 de setembro de 2011

Angola ocupa o 139º lugar entre os 142 países classificados no índice da competitividade global, divulgado pelo Fórum Económico Mundial (World Economic Forum), respeitante aos anos 2011- 2012. No índice respeitante aos anos 2010- 2011 o país ocupava a penúltima posição, ou seja, o 138º lugar entre 139 países. Assim, se em relação ao ano transacto desceu um lugar melhorou, em compensação, a sua posição relativa. O país não parece, em todo o caso, descolar da cauda do ranking mundial em matéria de competitividade não obstante o capital estrangeiro continuar a afluir ao nosso mercado. Assim, o investimento directo estrangeiro ascendeu, em 2009, o ano mais recente disponibilizado no site do Banco Nacional de Angola (BNA), a USD 15,086 mil milhões, bastante acima dos USD 12,88 mil milhões registados no final de 2008.

De acordo com os indicadores seleccionados pelo World Economic Forum, os pontos fortes da economia nacional são a dimensão do mercado (62ª posição), a eficiência do mercado de trabalho (109ª posição) e a envolvente macroeconómica (109º lugar). Numa escala de 1 a 7 a dimensão do mercado recebe 3,8 pontos, a eficiência do mercado de trabalho 4 pontos e a envolvente macroeconómica 4,2 pontos. No que respeita aos três grandes domínios considerados no estudo – requisitos básicos, potenciadores de eficiência e factores de inovação e sofisticação – Angola situa-se no penúltimo lugar do ranking global quanto ao primeiro, na 136ª posição quanto ao segundo e na última no que respeita ao terceiro.

Forças

O relatório tem em conta 12 pilares: institucional, infra-estruturas, ambiente macroeconómico, mercado de bens e serviços, mercado de trabalho mercado financeiro, aptidão tecnológica, dimensão do mercado, sofisticação nos negócios e inovação. O ponto mais forte da economia Angolana, de acordo com o documento, reside no saldo orçamental (item em que o país assume a 7ª posição do ranking global), a extensão e efeitos da tributação (25ª posição no total dos 142 países elencados), custos decorrentes de acções terroristas (37º lugar) participação das mulheres na força de trabalho (41ª posição), dívida pública em percentagem do PIE (46º lugar), robustez da protecção do investimento (47º) e importações em percentagem do PIB (49º). Estes são pois os aspectos em que Angola se coloca entre as primeiras 50 posições do ranking mundial que afere a competitividade dos diferentes países.

Fraquezas

Os inquiridos pelos autores do relatório foram convidados a seleccionar 5 limitações à competitividade de uma lista onde figuravam 15 possíveis debilidades. Entre os factores de constrangimento escolhidos surge, à cabeça, a fraca qualificação da força de trabalho (17,6º das respostas), seguindo-se a ineficiência da burocracia governamental (16,80/,,), a inadequada oferta de infra-estruturas (15,30;'), a corrupção (12''), o acesso ao financiamento (11,2010), a fraca ética laboral entre os trabalhadores (6,7"1,,), as regulamentações relativas à moeda estrangeira (6,5';'), a instabilidade política (3,4"0), as regulamentações laborais restritivas (2,40/0), a criminalidade e o roubo (2,2'10), a inflação (1,9';'), as taxas de impostos (1,5'Yo), os normativos fiscais (1,5"1..), a fraca saúde pública (1,1%) e, finalmente, a instabilidade governamental, com zero respostas.

Em África em estádios de desenvolvimento mais adiantados que Angola – o relatório considera três estádios e as transições entre eles) figuram apenas a África do Sul, Cabo Verde e Suazilândia na África subsaariana e Marrocos e Tunísia no Norte c de África. Todos estes países são incluídos no segundo estágio de desenvolvimento.

No ranking global Angola ocupa, p como se referiu, a 139ª posição entre 142 países, ficando à frente do Burundi e do Chade. Os países africanos mais bem posicionados são, por ordem decrescente, a Tunísia (40º lugar), África do Sul (a economia subsaariana mais competitiva no SOº), Ruanda (70º), Marrocos (73º), Namíbia (83º), Egipto (94º), Gambia (99º), Quénia (102º), Etiópia (106º), Senegal (111-), Zâmbia (113º), Camarões (116º), Malawi (117-), Cabo Verde (119º), Tanzânia (120º), Uganda (121º), Nigéria (127-), Mali (128º), Cote d'Ivoire (129º), Madagáscar (130º), Zimbabué (132º), Moçambique (133º), Suazilândia (134º), Lesoto (135º), Burkina Faso (136º) e Mauritânia (137º).

África Subsaariana melhora Após lançar a pergunta sobre se a competitividade da África Subsaariana estará a melhorar o estudo conclui que, no conjunto, os resultados da região fornecem motivos para um prudente optimismo, assinalando que se a competitividade de África tem vindo a melhorar nos últimos anos em áreas específicas, no futuro as economias africanas devem continuar a desenvolver esforços para assegurar ambientes económicos baseados em melhorias da respectiva produtividade. Tal significa centrar a atenção no reforço dos pré-requisitos institucionais, de capital e humanos com vista a um desenvolvimento forte e competitivo do sector privado levou. “Só desta forma a África será capaz de sustentar e até mesmo acelerar o seu progresso”, refere o documento.

No Relatório Global da Competitividade 2011/2012 do World Economic Forum.

1.3 Rendimentos médios estão abaixo do salário mínimo

Novo jornal
09 de Setembro de 2011

Quem trabalha por conta de outrem em Angola ganha, em média, 3 800 Kwanzas mensais, já quem ousa trabalhar por conta própria fica-se pelos 1800 Kwanzas de rendimento por mês. Os dados são do Inquérito Sobre o Bem-Estar da População (IBEP), e foram apresentados esta semana, em Luanda, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE).

No entanto, é na capital do país onde mais se ganha: 6500 Kwanzas para os trabalhadores por conta de outrem, abaixo do salário mínimo que ronda os 110 dólares.

Na ocasião foi reforçado que 37% da população Angolana vive em estado de pobreza, o que contraria outros dados de instituições fora da alçada do Estado. O IBEP, que tem como base dados recolhidos entre 2008 e 2009 em todo o país, contraria as expectativas de alguns analistas sociais, ao apontar o centro do país como a região que tem mais habitantes em situação de pobreza. A denominada Região Centro-Sul, composta pelas províncias de Benguela, Bié, Huambo e Kwanza tem mais de metade da população a viver em estado de pobreza, com uma taxa de 59%.

Por sua vez é a Região Norte, que integra as províncias de Cabinda, Uíge e Zaire a que menos população pobre tem, cerca de 34%. Segundo um economista contactado pelo Novo Jornal a justificação está na capacidade de produção que esta área do país apresenta. Os dados do IBEP atestam ainda que, entre os habitantes de Luanda, a pobreza toca 9% do total

Estes números de pobreza são reforçados pelos rendimentos obtidos pelos trabalhadores em Angola. E preciso olhar para estes números com alguma atenção, defende a nossa fonte. “Apesar dos dados serem de 2008 e 2009, reflectem um realidade que até aqui não tínhamos. Tudo o que se falava era com base em estimativas”, diz.

Por aqui se pode ver porque que o empreendedorismo no país tem tido grandes dificuldades, quem o diz é o sociólogo Nelson de Jesus, que aponta o fraco rendimento como factor desinibidor.

“Ninguém quer investir para ter rendimentos médios como esses, é preciso melhorar este cenário. Por isso é que ainda temos o Estado como o maior empregador,

contrariando de certa forma uma das principais leis de uma economia livre; em que os investidores privados assumem o papel de criar o maior número de empregos para a sociedade civil”, avança a nossa fonte Olhando ainda para o IBEP, quem trabalha nas zonas urbanas ganha mais em relação aos rurais, o que tem provocado o êxodo para as cidades, deixando o interior do país quase desertificado. Os homens também continuam a ganhar mais em relação às mulheres.

1.4 Cada Angolano gasta em alimentação mais de metade dos seus rendimentos

Jornal de Angola
12 de Setembro de 2011

O Inquérito sobre Bem-estar da População revela que cada pessoa em Angola tem um consumo médio mensal de 6.449 Kwanzas, valor correspondente aos gastos para fazer face às necessidades alimentares e de conforto.

O relatório, lançado recentemente pelo Instituto Nacional de Estatística, analisa os indicadores socioeconómicos, as receitas e despesas da população e os níveis de pobreza no país.

De acordo com o inquérito, 57 por cento do consumo mensal é dedicado às necessidades de consumo alimentar e bebidas não alcoólicas. “As despesas com a renda de casa, constituem 10 por cento do consumo per capita, enquanto as despesas com os serviços de utilidade doméstica representam oito por cento do consumo”, aponta o inquérito.

Incidência da pobreza

A pesquisa garante a existência de desigualdades em função das áreas de residência. A população urbana tem um nível de consumo geral duas vezes superior ao da população rural.

O inquérito revela que a linha de pobreza está estimada em 4.793 Kwanzas por adulto por mês. O acesso inadequado à alimentação, aos serviços de saúde, baixa capital humano, habitação, bens e serviços remetem 37 por cento da população Angolana para uma situação de pobreza. Além da maior incidência da pobreza ser três vezes superior nas áreas rurais do que nas urbanas, o relatório confirma, com provassólidas, que a educação é um dos principais factores de pobreza em Angola. “Quanto mais elevado é o nível de escolaridade do líder do agregado, mais baixo é a pobreza da família”, descreve o relatório.

A pesquisa explica que 62 por cento da população que vive em agregados familiares, cujo líder não possui

nenhum nível de escolaridade, é pobre, e 14 por cento, onde o responsável da família concluiu o ensino secundário ou nível mais elevado também, é pobre.

A nível nacional, 88 por cento das famílias vivem em habitações inadequadas, sendo a proporção menor nas áreas urbanas, com 79 por cento, comparativamente às áreas rurais, com 99 por cento, onde as famílias vivem em habitações inadequadas.

Agregados familiares

O inquérito estima que 42,5 por cento dos agregados familiares vivem numa situação de sobrelotação, revelando um défice habitacional no país, face ao rápido crescimento da população urbana. “Calcula-se que metade da população esteja é concentrada nas zonas urbanas com 58 por cento, em particular nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla, Huambo e Kwanza-Sul”, indica a pesquisa.

Em Angola, 36 por cento da população tem acesso à rede eléctrica, sobretudo na área urbana, onde existe maior concentração de agregados familiares, consumindo 62,5 por cento de electricidade da rede, enquanto na zona rural o candeeiro a petróleo ocupa esse lugar com 63,4 por cento.

1.5 Plano para desestabilizar Luanda está marcha

Semanário Factual

De 17 a 24 de Setembro de 2011

A fonte revelou que os valores estimados em milhões de dólares (não especificados) estão sob responsabilidade de algumas organizações internacionais e nacionais.

“São beneficiários destes montantes os cidadãos que vivem nos bairros onde não há energia eléctrica nem água canalizada”, denunciou a nossa fonte, esclarecendo que os métodos de entrega nem os próprios beneficiários conseguem entender.

Para a nossa fonte, os mesmos aparecem como elementos da igreja que prestam ajuda às pessoas que carecem de energia eléctrica, água potável e bens alimentares e, por fim, lançam críticas ao Executivo”.

“Os seus activistas são experientes, sabem identificar as zonas mais carentes e em termos de água potável e energia eléctrica”, acrescentou a fonte, alertando que “essas ofertas estão, paulatinamente, a mudar a mentalidade das pessoas vulneráveis nos arredores de Luanda, onde a EDEL e a EPAL não conseguem resolver os problemas”.

De acordo com os dados na nossa posse, outros activistas gastam somas avultadas nas casas onde vendem

bebidas tradicionais (caporroto e quimbombo), com o fito de os embriagados se tornarem revoltados e contagiarem outras pessoas.

“Eles ajudam os óbitos dos pobres, fornecendo alimentação, bebidas e, no último caso, oferecem a urna para enterrar membros de famílias carenciadas”, referiu a fonte. A fonte indicou os municípios de Cazenga, Kilamba Kiaxi, Samba, Cacuaco e Samba, onde estes activistas actuam com mais frequência. “Depois de uma oferta, iniciam as críticas ao Executivo. Imagine uma pessoa que recebeu de borla 10 mil Kwanzas para resolver o problema do filho que está a ser abandonado no hospital, como é que fica”, interrogou-se a fonte que viemos cintando. A fonte não adiantou que essas acções contam com o apoio dos partidos políticos na oposição, mas alertou que as autoridades competentes devem fazer trabalho sério, para neutralizar essas práticas.

“Todo o mundo gosta de estar por cima, de não depender de ninguém, de ter todas as suas vontades atendidas, de ter quem quiser”, diz um cidadão interpelado pelo Factual, alertando para o perigo que representa essas ofertas. Segundo apurou ainda o Factual, estas organizações não-governamentais estão a pressionar os estrangeiros detentores de armazéns, cantinas e outros produtos em Angola, para fazerem paralisação de, pelo menos, quatro dias, em resposta à Direcção do Comércio de Luanda que ameaça encerrar as cantinas.

1.6 Nível de pobreza regista redução

Jornal de Angola

13 de Setembro de 2011

O Executivo está a trabalhar para, até 20 15, reduzir para metade os níveis de pobreza em Angola, calculados em 36 por cento, afirmou a secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República. Rosa Pacavira acentuou que os níveis de pobreza têm vindo a diminuir desde que o país alcançou a paz, em 2002, passando de 42 por cento para os actuais 36 por cento.

1.7 FMI revê crescimento de Angola para 3,7 por cento em 2011

Semanário Factual

De 27 de Setembro

a 01 de Outubro de 2011

FMI estima que a inflação deverá rondar os 15 por cento e que o saldo da conta corrente se fixa em 13,5 por cento, em relação ao Produto Interno Bruto (PIE); aponta, igualmente, para uma expectativa de crescimento do PIE ao redor de 10 por cento em 2012 e para uma taxa de inflação de 13,5.

As expectativas apresentadas agora, em Setembro, apresentam certa tendência de convergência com as previsões do Executivo Angolano. Destaca-se que o desempenho da economia nacional, no primeiro trimestre de 2011, indicia que a taxa de crescimento real do PIE deverá, comparativamente a 2010, acelerar-se muito modestamente de 3,4 por cento a 3,6, ao contrário dos 7,6 por cento, inicialmente previstos. Este é um desempenho que, segundo as autoridades, se deve ao facto de a produção petrolífera registar um decréscimo de 3,1 por cento, assim como o abrandamento dos sectores da construção, pescas e derivados e serviços mercantis que vão determinar uma taxa de crescimento do sector não petrolífero de 7,7 por cento, em vez de 11,2.

As projecções do Executivo para 2011 indicam um crescimento do PIE global real de 3,6 por cento, sendo de -3,1 para o sector petrolífero e de 7,7 para o sector não petrolífero. Prevê-se que a produção diária média estimada de petróleo se situe em 1.723,6 mil barris.

Em contrapartida, embora se projecte um preço médio de petróleo das ramas Angolanas de 110 dólares, considera-se prudente assumir-se um preço conservador de 95,37 dólares. Salienta-se que a expectativa do PIE é de 9.186,9 mil milhões de Kwanzas.

O FMI aponta para uma forte retoma de crescimento da economia Angolana em 2012 para 10,8 por cento, realçando que a aceleração do crescimento em 2012, apesar de preços do petróleo inferiores projectados de acordo com a actualização de Junho de 2011 das Perspectivas da Economia Mundial, reflecte sobre o contínuo dinamismo dos gastos em investimentos público e interno, assim como alguns factores idiossincráticos, como a Vigorosa retoma da produção de petróleo em Angola, apesar das perturbações de 2011.

As expectativas de crescimento para os próximos anos, para todas as agências, apontam para a aceleração em 2012 que, conforme o FMI, o PIE deverá crescer 10,8 por cento, já para o Governo, a previsão é de 15,5 por cento, o Banco Mundial estima um crescimento de 8,9, enquanto Centro de Estudos Investigação Científica da Universidade Católica de Angola (CEIC-UCAN) prevê uma expansão de 10,9.

Relativamente à inflação, o FMI estima, para 2011, uma alta de preços em torno de 15 por cento contra 12, avançado pelo Executivo. Nesta altura, a inflação homóloga e a acumulada apresentam uma forte tendência de desaceleração em comparação aos últimos dois anos e em relação a qualquer uma das metas propostas.

Recorde-se de que a inflação acumulada se encontra cifrada em 6,86 por cento em Agosto contra 8,40 do mesmo período em 2010, enquanto a inflação homóloga dos oito meses de 2011 se situa em 13,56 por cento contra 13,99 no ano anterior.

Estes números indicam que, apesar das altas taxas de crescimento, a inflação vai continuar a perdurar e a deteriorar o poder de compra dos salários. Espera-se que o processo de industrialização venha a contribuir para a melhoria da produtividade e para a competitividade interna, com o impacto significativo sobre a estabilidade dos preços e aumento do poder de compra e do emprego e contínua substituição das importações pela produção nacional.

Apesar disto, economistas advertem que este crescimento ainda está longe de ser sustentado e que comporte um grande risco inflacionário, devido à forte dependência das importações, mas também ao persistente excesso de liquidez. que existe na economia.

Estes dois factores continuam a favorecer, embora de forma ambígua, a alta das taxas de juros na banca que já ocasionou retracção do crédito, ao mesmo tempo em que continuam a crescer os depósitos.

2 MICROFINANÇAS

2.1 “As famílias precisam de educação financeira”

Jornal de Angola
01 de Setembro de 2011

A problemática do endividamento das famílias em Angola é uma questão ligada à falta de cultura financeira e de poupança. A afirmação é da directora do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor (INADEC), Elsa Bárber, para quem o défice de conhecimentos pode ser resolvido com um programa de educação económica e financeira entre as famílias Angolanas.

Jornal de Angola (JA) – *O que se entende por endividamento familiar ?*

Elsa Bárber (EB) – Traduz-se exactamente no conjunto de dívidas assumidas pelas famílias, resultantes da mudança de hábitos de consumo, em consequência das campanhas publicitárias apelativas aos produtos financeiros postos disposição pelos bancos comerciais.

JA – *Como aceder ao crédito com responsabilidade, evitando que mais tarde alguém chegue ao endividamento ?*

EB – Não queremos dizer que o recurso ao crédito seja um acto negativo. Os créditos são, muitas vezes, grandes auxiliares das finanças familiares. Mas devemos aceder aos créditos com responsabilidade, conhecendo pormenorizadamente as suas vantagens e desvantagens.

JA – *Em Angola existem muitos casos de endividamento familiar ?*

EB – As estatísticas sobre esses casos não chegam à direcção do Instituto Nacional de Defesa do Consumidor, porque nunca as solicitamos. Mas, a julgar pelo factor bancário, isto é, falando apenas dos consumidores que são utentes de contas bancárias, que é um número pouco significativo em proporção ao número de Angolanos, creio que existem muitos casos de endividamento familiar no país.

JÁ – *A publicidade dos bancos comerciais não tem sido um forte chamariz para que os cidadãos recorram cada vez ao crédito para a solução dos seus problemas financeiros ?*

EB – Estas práticas são resultantes do próprio desenvolvimento económico do país, como o aumento de instituições financeiras bancárias, fornecedoras de crédito, que desenvolvem uma publicidade “agressiva”, a concorrência no mercado nacional e o próprio aumento do consumo nas famílias Angolanas. Tudo isso contribui para a adesão ao crédito por parte das famílias.

JA – *Será que a banca avalia o risco dos clientes quando coloca um novo produto no mercado ?*

EB – O facto é que os consumidores acedem muitas vezes a produtos acima do seu rendimento familiar, não analisando os eventuais riscos.

JA – *Quais são os créditos mais solicitados pelas famílias Angolanas ?*

EB – Os créditos para a compra de automóveis e de moradias devem ser os mais solicitados. Mas, como disse, não temos em nossa posse a estatística desses produtos.

JA – *A educação financeira dos consumidores não deveria ser um instrumento eficaz na prevenção da insolvência das famílias ?*

EB – Exactamente. Um amplo programa de alfabetização financeira seria o ideal. O INADEC tem um programa que conta com a colaboração da revista Exame, na pessoa do doutor Carlos Rosado, a fim de levarmos o conhecimento sobre esta matéria às escolas do I, II e III ciclos e do ensino médio.

JA – *Em que consiste este programa ?*

EB – Consiste na disseminação dos contratos de adesão e conceitos de poupança, ou seja, gestão das próprias mesadas. Consiste no conceito de percentagem e arredondamentos. Já realizámos, ao longo do ano, alguns seminários sobre educação financeira.

JA – *Para evitar o endividamento dos seus clientes, que medidas os bancos deveriam tomar para avaliar melhor o risco de crédito colocado à disposição do público ?*

EB – Os consumidores devem recorrer a produtos financeiros que não coloquem em risco o seu orçamento familiar e fazerem adesões ao crédito com responsabilidade. Muitos consumidores aderem ao crédito sem ler os contratos de adesão. Muitas vezes, o funcionário bancário também não está suficientemente habilitado para dar uma informação fiável ao consumidor.

JA – *É necessário apostar mais na educação financeira das pessoas ?*

EB – É necessário apostar na formação e informação financeira dos consumidores, para que estejam mais atentos quando recorrerem ao crédito bancário que deve ser colocado com maior transparência no mercado. Alguns países criaram o Gabinete de Orientação ao Endividamento dos Consumidores, para suprir esta falta de informação. A subida das taxas de juro pode provocar diminuição do consumo privado e o agravamento das prestações, tendo em conta que grande parte do rendimento das famílias é absorvido pelo pagamento da prestação da dívida.

JA – *Concorda que as instituições bancárias sejam também responsáveis pelo endividamento das famílias, sobretudo quando não cumprem cabalmente o seu dever de prestar a informação de forma clara e transparente, de modo a que os consumidores possam decidir de forma racional na altura de solicitarem”, crédito ?*

EB – A responsabilidade é de ambos. A garantia de uma informação transparente cabe ao banco. E cabe ao consumidor avaliar os riscos antes de arranjar compromissos que causem instabilidade financeira à sua família. Os direitos do consumidor estão consagrados na Constituição e, entre eles, constatamos a protecção dos interesses económicos. O INADEC, acautelando o endividamento das famílias Angolanas, está a proteger o interesse económico do consumidor.

JA – *Quais são as maiores reclamações feitas pelas famílias ?*

EB – Temos muitas reclamações em relação aos condomínios. Há pessoas que reclamam por verem as suas expectativas frustradas. Fazem a projecção de um valor para a compra de uma casa e, na altura da entrega, o prazo não é cumprido. Há incumprimento até em relação à vedação do condomínio ou à conclusão das obras e ao não abastecimento regular da energia e água.

2.2 A revolução bancária dos 100 Kwanzas

*Semanário Angolense
03 de Setembro de 2011*

Decorridos pouco mais de dois meses desde que foi anunciado ao mercado, o serviço Bankita, do Banco Nacional de Angola (BNA), mesmo antes de apresentar os primeiros balanços da sua implementação, para provar o seu êxito, pode ser considerado, desde já, um grande passo na direcção de uma revolução bancária e de um sistema económico com maior apelo ao desenvolvimento do país.

Até Agosto, quando os bancos se limitavam a abrir contas bancárias com depósitos a partir de 200 dólares ou o correspondente, embora em alguns casos houvesse casos em que os estabelecimentos monetários aceitavam a abertura de contas com 100 dólares, a esmagadora maioria da população não tinha acesso a este benefício. Com isso, além de ser excluída do sistema bancário, essa parcela era impedida de participar de uma forma mais activa do crescimento nacional.

O Depósito Bankita, ao estender às populações de baixa renda a oportunidade de terem uma poupança, também se dá o início a uma era de educação financeira próxima dessas camadas, possibilitando a constituição de uma cultura, que, no auge da sua actividade, deverá exercer um grande peso no cômputo geral da economia Angolana.

No quadro desses depósitos sociais, o protocolo de cooperação do BNA e os bancos comerciais – o da Poupança e Crédito (BPC), Negócios Internacional (BNI), Sol, Comercial Angolano (BCA), Fomento Angola (BFA), Keve, BAI Miero-Finanças e o de Investimentos e Crédito (BIC) espera-se que num futuro possa abarcar toda a rede bancária.

Os bancos operadores estão em condições de satisfazer, de modo adequado, a procura dos cidadãos, devido ao considerável número de instituições e agências bancárias já existentes nas 18 províncias do país.

Para o conhecimento quase total desse serviço, por parte da maioria da população, e o exercício, de facto, desse recurso, há uma caminhada a fazer. É nessa senda que o economista Jaime Fortuna defende uma maior divulgação, pois, «embora o programa esteja a vingar, precisa-se de uma campanha publicitária mais agressiva e abrangente, porque se presume que a adesão ainda é tímida e o grosso da sociedade, sobretudo os cidadãos de baixa renda, carecem de mais explicações».

A apresentação de apenas um documento de identidade é suficiente para efeito de abertura de uma conta ajuda, de maneira a captar os recursos retidos nas mãos dessa população. Conta-se levar aos cofres dos bancos, cerca de 200 milhões de Kwanzas, que é o valor calculado do volume monetário fora do circuito bancário oficial, de acordo com o director geral do Instituto de Formação Bancária, Cândido Augusto Vazo

No que diz respeito aos bancos, as vantagens imediatas estão ligadas ao aumento das suas carteiras de depósitos, que podem financiar o próprio sistema económico, facto corroborado pelos economistas.

Para o presidente da Associação Industrial de Angola, economista José Severino, a medida do BNA vai permitir, paulatinamente, a formalização da economia, visto que os pequenos operadores terão maior possibilidade de bancarizar os seus rendimentos e serem contribuintes fiscais. Um importante passo para a massificação e adesão a esse serviço foi dado na semana passada, quando o BNA montou uma agência móvel no Tala Hady, no município de Cazenga, com o objectivo de se aproximar ainda mais do seu público alvo.

Essa ideia, que, pelos vistos, vai atingir os mercados, mostra que o Banco Nacional está no caminho certo. O Depósito Bankita é, sem dúvida, a maior manifestação do ditado segundo o qual, «a união faz a força»- de 100 em 100 Kwanzas, seremos capazes de fazer uma economia forte. •

2.3 BDA Assina acordos com bpc e bai micro finanças

Jornal o pais
09 de setembro de 2011

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA) assinou, esta semana, acordos com o BPC e o Banco BAI Micro Finanças com vista à operacionalização do Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR).

O acordo com o BPC contou com a presença dos presidentes do conselho de administração das duas instituições Teodoro da Paixão Franco, do BOA, e Pai”ao Júnior do BPC. Durante a cerimónia de assinatura do acordo, o presidente do BPC referiu que as províncias do Huambo e de Benguela (centro e litoral do país) serão as primeiras beneficiárias do PPCR, adiantando já terem sido seleccionados os primeiros agentes que vão beneficiar do Programa de Promoção do Comércio Rural, num trabalho conjunto entre o Ministério do Comércio, o Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA) e os bancos operadores. “Os instrumentos estão definidos, mas temos de tratar internamente. Depois desta assinatura vamos discutir questões de pormenor onde serão tratadas as formas como os recursos serão disponibilizados, os meios a utilizar e as províncias onde irão trabalhar”, referiu Paixão Júnior, para quem os limites mínimos e máximos de recursos financeiros não são importantes pois, acentuou, “o importante é ir atrás dos projectos dos clientes ou empreendedores e, na medida do possível, ajudá-los a materializar os seus projectos.”

No acordo celebrado entre o BDA e o Banco BAI Micro Finanças estiveram presentes os presidentes do conselho de administração das duas instituições: Paixão Franco, do BDA, e Ari de Carvalho, do Banco BAI Micro Finanças.

Os financiamentos a serem concedidos no âmbito do Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR) têm como objectivo apoiar a implementação de uma rede retalhista de comércio rural que assegure com regularidade a aquisição dos excedentes de produção das empresas agrícolas familiares, associações e cooperativas e dos pequenos e médios produtores agrícolas e o abastecimento regular e permanente de bens e mercadorias às comunidades rurais.

O montante global da Linha de Crédito, concedido em Kwanzas, equivale a USD 40 milhões.

2.4 Comercio rural regista bons indicadores

Jornal de Angola
12 de Setembro de 2011

O programa de concessão de micro-crédito às comunidades rurais tem registado resultados financeiros significativos, de acordo com os dados avançados na sexta-feira pelo presidente da Comissão Executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel.

O responsável informou que no, primeiro ano, que compreende o mês de Agosto de 2010 a 2011, o banco concedeu 35 milhões de dólares ao programa de Crédito Agrícola de Campanha, e sete milhões de dólares para o Crédito Agrícola de Investimento. Coutinho Miguel que falava à imprensa no final de uma assinatura de acordo com Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) disse que o Banco Sol com os próprios recursos disponibilizou aos seus clientes 17 milhões de dólares, em concessão de créditos de curto e longo prazos.

“O micro-crédito é um negócio rentável desde que seja implementado tendo em conta os requisitos, as exigências e os procedimentos económicos e financeiros”, disse. Assinaram o protocolo para o Programa de Promoção do Comércio Rural os presidentes do Conselho de Administração Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA), Paixão Franco, e da Comissão Executiva do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel. O Banco Sol mantém acordos com o BDA, no quadro dos programas de Crédito Agrícola de Campanha; de Investimento e agora para promoção do comércio rural. O responsável do Banco Sol assegurou que o banco possui uma estrutura necessária técnica e operacional para dar resposta aos programas em curso. Coutinho Miguel afirmou que a assinatura do protocolo se insere na estratégia do programa do Executivo, e visa dar resposta às necessidades do mercado. “Vamos criar um ambiente propício para a promoção e desenvolvimento da actividade do comércio rural”, realçou. Para Miguel Coutinho, o comércio rural desempenha um papel importante em qualquer economia e de forma significativa ajuda a reduzir os índices de pobreza e o desemprego nos países.

“O Banco Sol desde os 10 anos da sua existência tem valência e capacidades e capital humano devidamente estruturado para assegurar a operacionalidade deste programa”, disse, acrescentado que tem na grelha dos seus produtos e serviços o micro-crédito, como instrumento que transforma a vida das famílias, garantindo a inclusão social e o resgate da cidadania. De referir que o Banco de Desenvolvimento de Angola e o Banco de Comércio e Indústria (BCI) rubricaram quinta-feira, o acordo assinado pelo presidente do Conselho de Administração do BDA e do Banco Comércio e Indústria (BCI), Adriano Rafael Pascoal.

BDA encerra acordos

O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) terminou esta semana, com o Banco Sol, o ciclo de assinaturas de acordos com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), BAI Micro Finanças (BMF) e de Comércio e Indústria (BCI). Pelos acordos, que visam a promoção do comércio rural, o BDA disponibilizou aos bancos operadores um valor de cinco ou dois milhões e quinhentos mil dólares.

O PCA do Banco de Desenvolvimento de Angola, Paixão Franco, reiterou estarem disponíveis 40 milhões de dólares para repartir entre os quatro bancos integrados no projecto. Numa primeira fase, o projecto vai envolver apenas as províncias do Huambo e de Benguela. Paixão Franco, afirmou que os produtos financeiros são aplicados pelos bancos comerciais junto dos pequenos produtores e camponeses para buscar soluções às suas preocupações, tendo garantido que as condições de crédito de curto, médio e longo prazo possuem taxas de juros na ordem dos 6,7, que podem ir até sete anos, com um período de carência de um ano e seis meses: “Os bancos comerciais têm de fornecer os dados estatísticos periodicamente e prestar contas do uso dos valores quando solicitarem mais recursos financeiros. Pensamos realizar visitas de fiscalização onde os valores estão a ser aplicados”, disse Paixão Franco.

2.5 Acordo entre BDA e BPC envolve USD cinco milhões para comércio rural

Jornal O Independente
10 de Setembro de 2011

Um valor máximo em Kwanzas equivalente a cinco milhões de dólares norte-americanos será disponibilizado pelo Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) ao Banco de Poupança e Crédito (BPC) para viabilizar a implementação do Programa de Promoção do Comércio Rural (PPCR).

A cedência do montante resulta de um acordo assinado entre os presidentes dos conselhos de Administração do BDA (instituição credora), Paixão Franco, e do BPC (operador), Paixão Júnior, para o financiamento de projectos de investimentos a médio e curto prazo, em zonas rurais de todo o país.

Ao abrigo deste protocolo, o BPC constitui-se mutuário directo do BDA e repassará os recursos aos beneficiários finais, entre entidades grossistas e retalhistas que asseguram o fundo de mercado para o comércio rural. O PCA do Banco de Desenvolvimento de Angola, Paixão Franco, explicou que o acordo foi assinado no âmbito do Programa de Promoção do Comércio Rural com

o objectivo de promover e incentivar essa actividade a nível das 18 províncias e que Benguela e Huambo serão os beneficiários, numa primeira fase.

“Com esse programa o executivo pretende dar continuidade a um trabalho que vem desenvolvendo, no sentido de estimular a produção dos pequenos produtores e não só. Por outro lado, dar vida empresarial, económica e social à população dessa zona”- justificou.

Por sua vez, o presidente do Conselho de Administração do Banco de Poupança e Crédito, Paixão Júnior, considerou o acordo de importante para a vida da instituição que dirige, não tanto pelo dinheiro em causa, mas pela nobreza da actividade a ser realizada, com vista a ajudar o Executivo a materializar os seus programas.

“O BPC está preparado para materializar aquilo que o executivo Angolano pretende, que consiste em potenciar os comerciantes sedeados em áreas rurais, para desenvolver a economia rural o mais depressa possível, de forma sustentada e também contribuir para que rapidamente possamos incrementar a luta contra a pobreza nesses círculos”- disse.

O montante constitui o valor máximo que o BDA prevê disponibilizar, nos termos do presente acordo, que aponta como quantia mínimo o equivalente em USD a cerca de dois milhões e quinhentos dólares. Entretanto o BPC vai optar pelos cinco milhões de dólares, de acordo com o seu PCA.

2.6 Benguela e Huambo beneficiam de crédito ao comércio rural

Novo Jornal
16 de Setembro de 2011

Pelo menos 40 milhões de dólares serão atribuídos aos comerciantes das zonas rurais, em forma de crédito, nas províncias de Benguela e Huambo, no âmbito de vários acordos assinados entre o Banco de Desenvolvimento de Angola (BOA) e quatro bancos comerciais.

O presidente do BOA, Paixão Franco que na última sexta-feira, 09, rubricou um acordo de financiamento deste crédito com o titular do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse na ocasião que esse montante abrange apenas estas regiões por serem as que oferecem melhores condições técnicas e organizativas.

“Estas são províncias que têm alguma tradição. Não há nenhum menosprezo pelas demais, mas são estas onde temos alguma facilidade de trabalho”, salientou Paixão Franco. Nesse sentido, avançou que nessas zonas já foi feito o cadastramento das entidades privadas nos diferentes municípios e comunas, onde se constatou a existência de indivíduos com potencial e capacidade de beneficiar desses recursos financeiros.

A propósito, Paixão Franco anunciou que os futuros beneficiários deverão procurar os balcões mais próximos

dos bancos para apresentar projectos no âmbito do programa de promoção do comércio rural.

O crédito ao comércio rural foi igualmente assinado com o Banco de Poupança e Crédito (BPC), Banco de Comércio e Indústria (BCI) e o BAI Miero Finanças (BMF).

“Vamos ver qual será a dinâmica com que os empresários e os bancos terão e acredito que muito proximamente estaremos em condições de alargar o processo a todo o território nacional”, sublinhou.

Para aceder ao crédito do comércio rural os candidatos terão acesso a uma ficha técnica. Após preenchidos os requisitos de acesso, este crédito destina-se a quem pretender montar ou construir uma loja, apetrechá-la e é destinado a quem necessitar de fundo de maneio ou ainda para aquisição de um meio de transporte, para facilitar o transporte e o manuseamento de mercadorias. O crédito pode ser de curto e médio prazo, com taxas de juro de 6.7%, mas podem prolongar-se até sete anos e com um período de carência que pode atingir ano e meio.

Para a implementação deste programa, o BDA adjudicou tranches que variam entre 2,5 milhões a cinco milhões de dólares, cabendo aos bancos operadores repassar para o mercado, em função das necessidades dos comerciantes.

Para controlar a execução do crédito ao comércio rural os bancos comerciais serão obrigados a fornecer periodicamente dados estatísticos, prestar contas sobre o uso dos recursos disponibilizados, enquanto ao BDA competirá realizar visitas de fiscalização às localidades onde esse dinheiro estará a ser aplicado. Questionado se o montante global (40 milhões de dólares) é suficiente para implementar o programa, o PCA do Banco de Desenvolvimento de Angola disse que nenhum recurso chega, mas trata-se de uma “boa base” para iniciar.

Por seu lado, o PCA do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, considerou um negócio rentável o crédito ao comércio rural, estando a instituição que dirige preparada para executar a tarefa do ponto de vista operacional, o qual está dotado de recursos humanos.

2.7 Restrições no acesso às poupanças

Jornal a capital

17 de setembro de 2011

Gildo Valente precisa com urgência, adquirir uma moto de corrida. Mas, no momento não tem dinheiro para “selar” o negócio com o amigo que o propôs a compra da “máquina” a preço da família.

Advertido de que só tinha aquele dia para pagar o meio, lembra-se de um dinheiro que havia confiado a guarda de um dos bancos a operar no mercado o BFA.

No balcão, o jovem, na casa dos trinta, encontra entraves no acesso às suas poupanças. Ou seja, é informado de que só podia levantar o equivalente a 2 mil e 500 dólares, para a desilusão de alguém que já corria “contra o tempo”.

Desesperado, roga por compreensão da funcionária que o atendida. “Esse valor é insuficiente, para a preocupação que me traz para aqui”, explicou, acrescentando que 2 mil e 500 dólares “nem sequer corresponde à metade do valor da moto”.

Gildo é apaixonado por desportos motorizados, mas, por falta de um meio próprio se vê obrigado a depender de favores de amigos.

Para sair dessa condição necessitava no mínimo, de 8 mil e 100 dólares, valor que ele pretendia levantar da sua própria conta bancária. Só que a resposta foi de que não havia disponibilidade financeira suficiente, para satisfazer pedidos acima de 2 mil e quinhentos dólares.

Resposta semelhante teve um repórter desta casa, que do lado paralelo, era atendido por uma segunda funcionária de caixa da agência do BFA, sito no bairro do Alvalade.

O que estará, na verdade, a passar com alguns bancos abertos no mercado Angolano? Será isso a confirmação daquilo que o presidente do conselho de administração do Banco BIC levantou, em tempo, no I fórum sobre a banca Angolana, onde Fernando Teles revelou existirem bancos no mercado com problemas de liquidez?

Na verdade, informações chegadas ao conhecimento deste jornal sugerem a existência de uma série de bancos, a braços com dificuldades de satisfazer as necessidades dos clientes, sobretudo, na hora de pagar um cheque acima dos mil dólares, para não falar de momentos em que são confrontados com uma solicitação de crédito.

Conhecedor do sector, Fernando Teles diz que, há em Angola bancos que devolvem cheques, com artifícios de que a assinatura não confere, o que, segundo o ‘número

um' do BIC, belisca a credibilidade de quem actua nesse segmento de negócio. “Não pode haver este tipo de artifício”, pontualizou.

Embora afirme ser um facto a existência de casos de bancos com problemas de liquidez, o banqueiro não designou nomes. Mas, o Presidente da Comissão Executiva do BAI Micro Finanças (BMF) disse que, dessa lista não consta o nome da instituição sob sua gestão.

“O BMF não tem escassez de liquidez para desembolsar crédito”, tal como assegurou, em tempos, Ari de Carvalho, que clarifica o que, na realidade, se passa com esse banco vocacionado para operações de micro-finanças. Segundo o administrador, o que tem havido é alguma prudência na avaliação dos projectos de investimento. No que toca aos clientes com contas domiciliadas no BMF, um funcionário sénior dessa mesma instituição disse que o banco a que pertence, nunca colocou aos limites no levantamento.

Mas, facto mesmo é que há clientes, a queixarem-se de bancos que continuam a apresentar-se com políticas restritivas. Clientes como o jovem Gildo Valente dizem ser compreensível em caso de solicitação de crédito, mas, já não se pode compreender, quando em causa está o levantamento de um dinheiro que alguém veio, voluntariamente, entregue à guarda de uma instituição, como é o BF A.

Ultrapassados que estão, alguns factores que forçaram a adopção de medidas restritivas, a expectativa era de que os bancos viriam a abrir-se cada vez mais, fazendo fluir o dinheiro em sua posse. Mas, não é o que Gildo Valente constata, depois de se ter visto na impossibilidade de aceder ao seu próprio dinheiro.

“Na hora do depósito, meti 10 mil dólares normalmente, agora que tenho necessidade desse dinheiro não consigo tirar”, desabafou, referindo, por isso, não entender se vale ou não a pena continuar a confiar o seu dinheiro à guarda dos bancos.

Tal insatisfação ocorre, numa altura em que começa a ser cada vez mais crescente a cultura de poupança em bancos. Tal tendência, aliás, reflecte-se naquilo que é, hoje, a taxa bancarização em Angola: Estatísticas a respeito apontam para uma taxa de bancarização na ordem dos 11 por cento, contra os seis por cento registados em anos anteriores.

Os números são, segundo analistas, sinónimo de que o Angolano começa, aos poucos, a substituir o garrafão como lugar predilecto para fazer poupanças.

O Banco Nacional de Angola (BNA) considera que, o crescimento da taxa de bancarização é resultado da diversificação dos produtos e serviços bancários, do aumento dos depósitos e créditos disponibilizados e do número de balcões abertos em todo o país.

Todavia, o comportamento de alguns bancos, na hora do atendimento ao cliente, pode, segundo o consultor Mário Marta, desencorajar as pessoas de continuar a acreditar nos bancos, assim como retrair aquelas que ainda não possuem relações, com nenhuma dessas instituições.

Resultados de um estudo que mediu nível de satisfação dos clientes, em relação aos serviços prestados pela banca, permitem dar uma pequena indicação disso.

Diz o estudo realizado pela Instituto Pesquisa de Opinião Pública (IPOP) que, trinta por cento da população Angolana não possui conta em nenhum dos cerca de vinte bancos a operarem no mercado, tão pouco utiliza os serviços prestados por essas instituições do sistema financeiro do país, o que, permite concluir que o nível de utilização dos serviços bancários é baixo.

Entidades como consultor Mário Marta considera ser isso resultado de um sistema bancário, que ignora a prestação de serviços que vão ao encontro dos desejos dos clientes e atraíam mais pessoas.

O estudo revela, por exemplo, existir uma grande vontade das pessoas em terem relações com os bancos, por via de uma conta. Pelo menos, é o desejo I de 91 por cento da parcela da população que a pesquisa indica não possuir conta em nenhum banco, nem utilizam os seus serviços.

Este Universo é constituído, maioritariamente, por pessoas do sexo feminino, da faixa etária entre os 18, 11 e 24 anos, ocupados no mercado informal e com rendimento entre 2,5 salários mínimos.

Reportando-se a pessoas com pelo menos uma conta bancária, a preferência da maior parte da população recai, fundamentalmente, sobre cinco bancos, nomeadamente o BFA (32,3%), BPC (25,5%), BIC (19,6%), o BAI (7,9%) e o Sol (6,3%), como consta do referido estudo.

Tal adesão deve-se um pouco também a implementação, pelo Governo, do novo sistema de pagamento, que implica o pagamento dos salários da função pública pelo canal bancário.

2.8 Kixicrédito no Namibe

Jornal de Angola

24 de Setembro de 2011

Com o objectivo de aumentar o acesso da população de baixos rendimentos ao crédito, a Kixicrédito, instituição financeira não bancária, licenciada pelo Banco Nacional de Angola (BNAj), vai abrir no dia 27 do corrente uma agência na cidade do Namibe.

De acordo com uma nota da Kixicrédito, a abertura desta agência enquadra-se na estratégia operacional de expansão da empresa, em consonância com a política do BNA, de tomar os serviços financeiros mais abrangentes. As pessoas que exercem uma actividade económica sustentável, nos sectores produtivos ou do comércio, são “alvo” desta instituição.

A Kixicrédito tem cerca de 60 por cento de clientes do sexo feminino e contribui para a redução das disparidades dos géneros no acesso ao capital, apoiando as mulheres a desenvolver negócios e melhorar as condições de vida dos seus agregados familiares, sublinha a nota.

O documento realça que sem segurança de rendimentos nem segurança social, as mulheres que operam no sector informal da economia precisam de um sistema financeiro inclusivo, que lhes dê oportunidade de participar no desenvolvimento da economia do país, mas também acesso à protecção na doença, na maternidade e velhice. A Kixicrédito, lê-se no comunicado de imprensa, tem produtos adequados às necessidades dos pequenos empreendedores, como o crédito solidário e o crédito reforçado e individual, concedidos de acordo com a capacidade de reembolso de cada cliente, a fim de reduzir os riscos:

Com a inauguração do novo balcão, a Kixicrédito passa a ter 14 agências no Namibe, Luanda, Cabinda, Huambo, Benguela e Bié.

3 MERCADO INFORMAL

3.1 Protesto de kupapatas termina em morte

Jornal o país
09 de setembro de 2011

Depois de se terem protestado de forma pacífica, kupapatas dirigiram-se ao palácio do governador no momento em que este entrava na companhia do secretário-geral do MPLA. Temendo que os motoqueiros envolvessem as individualidades, a polícia efectuou disparos intimidatórios, mas uma bala atingiu mortalmente um kupapata.

Um protesto de kupapatas (moto taxistas) terminou com um morto nas imediações do palácio do governador da província do Bié, Alvaro de Boavida Neto, nesta quinta-feira. Os manifestantes queixavam-se da morte, um dia antes, de um colega que alegadamente havia desrespeitado as indicações da polícia numa operação STOP, tendo um polícia efectuado tiros de intimidação mas uma bala acabaria por atingir o kupapata. Nas primeiras horas desta Quinta-feira várias dezenas de Kupapatas paralisaram as actividades e dirigiram-se ao comando Provincial da Policia Nacional no Kuito para protestaram contra a morte do seu colega. De seguida, dirigiram-se à sede do governo provincial para continuarem os protestos. Quando se estavam a dispersar, com o fim do protesto, depararam-se com uma caravana governamental vinda do Aeroporto Joaquim Kapango, integrada pelo Governador Álvaro de Boavida Neto e pelo secretário Geral do MPLA, Dino Matross.

Ante tais figuras, os manifestantes tiveram a ideia imediata de recomeçar o protesto junto do palácio residencial do Governador, no momento em que este chegava em companhia do Secretário-geral do MPLA.

Os agentes da Policia que o guardam no palácio governamental, apanhados de surpresa e temendo uma invasão ou agressão aos dignitários (segundo fontes policiais), fizeram disparos intimidatórios, tendo, no entanto, atingido mortalmente um jovem motociclista.

Na azáfama, os disparos colocaram em risco de vida os dirigentes políticos e governamentais e jornalistas que na altura chegavam ao local para acompanharem a chegada de Dino Matross.

Um dos motoqueiros afirmou à nossa reportagem que os protestos tiveram origem na morte de um colega na ponte sobre o rio Kuito, atingido por um disparo de um agente da Policia Nacional.

Falta de documentos na base de tudo

Os desentendimentos entre kupapatas e agentes da Policia Nacional têm-se repetido pelo país há alguns anos e em alguns casos resultaram em mortes. Está instalado um jogo do rato e do gato, com os agentes da policia a queixarem-se de motociclistas que fazem de kupapatas sem licença, sem carta de condução e praticando uma condução que coloca os outros utentes da via em risco. Por outro lado, os kupapatas queixam-se da burocracia para tratar os documentos e da pressão policial.

3.2 Odebrecht ganha gestão das lojas “nosso super”

Jornal o país
09 de setembro de 2011

A Odebrecht terá obtido recentemente, a gestão da rede de supermercados “Nosso Super”, soube O PAIS de trabalhadores afectos à empresa.

Segundo a fonte deste jornal, o contrato de passagem da titularidade estão das lojas já terá sido negociado com êxito entre esta empresa brasileira e o Ministério do Comércio.

A fonte acrescentou que responsáveis da multinacional brasileira, que aqui actuaram como auxiliares gestão do projecto, já mantiveram 1 encontro com a ministra do Comercio, Idalina Valente, para a abordagem de aspectos relacionados com situação dos trabalhadores.

Os estaleiros do Nosso Super, em Viana, segundo a fonte, já estão sob a responsabilidade da Odebrecht. “A Odebrecht já tem autorização ira indemnizar os trabalhadores excedentários e contratar novos trabalhadores”, disse a fonte deste jornal, para quem “é necessário salva-guardar os interesses das pessoas que durante muito tempo se mantiveram trabalhar para o sucesso do projecto”, entretanto tecnicamente falido.

Além dos problemas evocados relacionados com a incapacidade de absorção da produção nacional, reconhecidos pelas autoridades Angolanas, a fonte não afastou a hipóteses uma alegada má gestão como causa, a da falência do projecto.

Informações postas a circular inicialmente davam como certa a entrada da empresa portuguesa Continente em associação com o grupo Angolano Condis, detendo cada uma respectivamente, 49 e 51 por cento da sociedade comercial.

O PAIS apurou de uma fonte que a empresa portuguesa se terá retirado do negócio por, alegadamente a rede de

conservação dos produtos não se enquadrar na filosofia de trabalho do Continente.

Era intenção da Continente construir uma rede de 12 hipermercados, iniciando nas cidades do Luanda, Huambo, Benguela, Lobito, Cabinda e Lubango.

“Poupa Lá” não é poupada

Na mesma senda estão, igualmente, as lojas “Poupa Lá”, sob gestão da liderança do projecto ‘Nosso Super’ que deverão passar também para urna gestora privada ainda no decurso deste ano.

A fonte disse que concorrem para a assumpção da tutela desta rede comercial de lojas de proximidade a MAXI e a Continental, uma das quais deverá substituir a empresa portuguesa Gestão de Comércio Total (GCT), cujos negócios faliram em Portugal.

A situação destas pequenas lojas pode ser um pouco mais complexa, segundo admitiu a fonte deste jornal, metendo pelo meio o Banco de Poupança e Crédito (BPC) que tem um H balcão em cada uma delas.

A fonte não pôde precisar o tipo de relação entre a direcção das lojas e o p banco, ressaltando tão só o facto de as obras de construção de novas lojas p no Kilamba – Kiaxi terem paralisado há muito tempo, por alegada falta de financiamento que estaria a ser assegurado pelo BPC.

Com um capital de 200 mil dólares a para construir as lojas “Poupa Lá”, segundo a fonte deste jornal acordou-se com a hipoteca da rede ao Banco de Poupança e Crédito.

Neste caso, também está a ser colocada sobre a mesa a discussão da dispensa de alguns trabalhadores, senão mesmo a maioria, e a resolução da dívida acumulada durante a gestão da GCT.

A concretizar-se este cenário, a fonte, que é trabalhadora de uma das lojas ‘Poupa Lá’, diz que “vamos aguardar que nos paguem a devida indemnização e com este dinheiro nós vamos “comprar” outros empregos.

Executivo honra palavra

A considerar pronunciamentos de altos responsáveis do gabinete do chefe do Executivo, esta medida era já uma imposição para recuperar não só os investimentos públicos feitos pelas autoridades Angolanas no PRESILD, estimados em dois mil milhões de dólares norte americanos, como s também garantir os postos de trabalho. E urna destas medidas, reportando declarações do ministro de Estado e Chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, durante um encontro de balanço trimestral das

acções do Executivo, era a intervenção do sector privado no negócio.

Esta ideia foi também expressa pela assessora do Presidente da República e Chefe do Executivo para a Área social, Rosa Pacavira, para quem o Estado não pode continuar a fazer tudo sozinho, defendendo a associação deste ao empresariado privado.

Durante uma entrevista ao Semanário Económico, a assessora de José Eduardo dos Santos deixou vincada esta necessidade, dizendo que “temos que ter parcerias público – privadas” e sublinhou que, “naturalmente, a revitalização do ‘Nosso Super’ passa por uma parceria dessas”.

Além de admitir criticamente a cópia decalcada deste projecto de uma realidade exógena, sem atender as condições do mercado e da economia Angolanos, a governante enfatizou, de certo modo, a maneira desarticulada como o programa de logística e abastecimento de bens essenciais à população foi conduzido.

Entendido o caso de outro modo, a destituição da direcção do PRESILD, liderada pelo antigo director Gomes Maiato, foi o sinal mais evidente da necessidade de mudança de estratégia na gestão comercial ‘Nosso Super’.

O Executivo Angolano aplicou vários milhões de dólares na construção desta rede nacional de lojas que passou a gerir, merecendo muitas críticas de entendidos na matéria económica, por considerarem uma actividade que deveria ser inteiramente assegurada pelo sector privado.

3.3 Kupapatas ganham espaço em Luanda

Folha 8

10 de Setembro de 2011

De algum tempo para cá, os luandenses vão testemunhando as kupatatas ganhar espaço no concorrido mercado de transporte da capital, contrariando o conhecimento comum que coloca este meio de transporte a províncias como Kwanza Sul, Benguela e Huambo. A referida situação levanta certa curiosidade, na medida que outrora os luandenses encaravam as kupapatas como um meio de transporte provinciano e estranho. Poucos não eram os luandenses que ao regressar de uma das províncias onde as kupatatas desde então reinaram, manifestavam-se curiosos e honradas por circularem de motorizada de porta em porta ao invés dos táxis de Luanda. O cenário actual é diferente. Os luandenses estão habituados às Kupapatas o que motiva interrogar a razão da alteração

do cenário. Várias são as explicações. Algumas defendem que tal situação espelha que muitas são as pessoas com dificuldades financeiras para suportar outros meios de transportes como é os táxis. “Não acredito muito desta tese uma vez que as kupapatas compram o mesmo que os táxis”, argumentou uma moradora do município de Cacuo e habitual utilizadora do referido transporte. Outras vozes defendem tratar-se de uma consequência do crescimento desordenado de Luanda que deu origem a zonas e bairros sem acesso de viaturas e distantes das estradas principais. “De moto táxi é mais fácil escapar dos engarrafamentos e também é mais fácil entrar nos bairros e te deixa na porta da residência”, argumentou Morais de Almeida intitulando-se membro do Clube dos Amigos da Moto Táxi. No entanto, Morais de Almeida apelou para os cuidados que se deve ter para evitar os acidentes, argumentando ser imperioso o potencial passageiro estar atento para o estado de emocional do motoqueiro em virtude de muitos conduzirem embriagados. A vendedora do mercado do 30 em Viana, Maria dos Céus complementou a ideia das vantagens e desvantagens de ser usuário de moto táxi.

Por sua vez, o motoqueiro João Mário, na profissão há 3 anos, confirmou existir razões para as pessoas preocuparem-se com os eventuais acidentes, porquanto “existe de facto muitos colegas irresponsáveis”, argumentou lembrando que dão 4 mil Kwanzas por semana aos proprietários das motos.

3.4 Ministério dos transportes facilita gasosa dos agentes de trânsito

Folha 8

10 de Setembro de 2011

Muito se tem falado na falta de definição na actividade de táxi por parte das autoridades governamentais. O tratamento que as viaturas ligeiras que fazem serviço táxi recebem das autoridades é uma prova da falta de clareza e definição das autoridades para a actividade. Os responsáveis dos transportes não licenciam as mesmas por suposta falta de condições técnicas, enquanto as autoridades policiais exigem o referido documento aos taxistas, causando embaraços. Os taxistas são, desta feita, obrigados a dar gasosa constantemente gasosa aos agentes da polícia ou a pagar multas por falta de licença de aluguer. A argumentação das autoridades segundo a qual as viaturas ligeiras não reúnem condições técnicas para fazer serviço de táxi, no entanto, é contrária não só a realidade em países mais desenvolvido como também a vivida no País anos atrás, bem como contrasta com a frota das empresas formais de serviço de táxi. E são estes, de resto, os argumentos dos proprietários das referidas viaturas para justificar que têm sido injustiçados.

“Este argumento de que estes carros não estão em condições de fazer táxi é falso porque as empresa de táxi usam viaturas destes modelos, os táxis nos outros países são estes e não os hiaces”, argumentou um dos taxistas contactado na Ilha de Luanda, zona onde os referidos carros trabalham em número considerado. Folha8 apurou que muitos dos que fazem táxi com o referido tipo de viaturas são pessoas aposentadas que investiram na compra das mesmas para o sustento das respectivas famílias.

3.5 O emprego fantasma

Jornal a capital

17 de setembro de 2011

Nesta história apenas mudam os nomes e os rostos das pessoas envolvidas: Neusa António Riqueicha, Domingos António Fuxi e Helena Mateus, de 20, 25 e 27 anos, respectivamente. Porém, partilham a mesma dor: são as mais vítimas recentes de um caso de burla, protagonizado por um suposto funcionário da loja Nosso Super, que se acha na 20na Frescangol, ao Cazenga, e Dimuca, no município do Sambizanga.

Dados apurados pelo A capital junto dos lesados dão conta que ‘Samuel’, como é se identificou o tal indivíduo, agora rotulado como burlador, contactou a jovem Helena Mateus numa loja de venda de material de frio, onde ambos, por ironia do destino, procuravam, cada qual, peças para os seus electrodomésticos avariados. “Foi ali que lhe ouvi dizer que trabalhava no Nosso Super e que o chefe dele lhe solicitou o recrutamento de três pessoas para ingresso imediato, sendo duas para trabalharem no caixa e a terceira pessoa, na arrumação dos produtos das prateleiras”, contou.

Uma vez desempregada e, à semelhança dos demais companheiros do embuste, interessou-se logo pela proposta, sem que suspeitasse que estava a cair no conto do vigário. Abordou o jovem e acertaram os detalhes da pseudo contratação.

“Ele parecia alguém sério e não parecia um burlador. Aquilo aconteceu numa sexta-feira. Acertamos que entregaríamos até domingo as cópias dos bilhetes de identidade e mais 100 dólares cada um, já que o prazo seria até na segunda-feira, dia em que iríamos ser apresentados ao tal chefe no Cazenga”, explicou.

Embora alguns documentos estivessem em falta, como as cópias dos certificados de habilitações literárias dos outros dois jovens, ficou acordado que os mesmos poderiam ser entregues depois de admitidos, porque as cópias do B.I. e as fotografias eram as prioridades.

“Nos dias que antecederam a segunda-feira, isso (I é, sexta-feira e sábado, ele ligava constantemente, mos-

trando-se preocupado e a pressionar-nos para entregarmos os documentos e o dinheiro”, disse Domingos Fuxi.

E porque havia toda a necessidade de obterem o emprego, viram-se na obrigação de emprestarem o dinheiro com a promessa de que ressarciriam tão logo recebessem o primeiro ‘salário, antevendo já o enquadramento. Viriam a encontrar-se com o tal Samuel na manhã de domingo, algures na paragem de táxis da zona da Cuca, com o mesmo a mostrar-se apressado, alegando que estava a trabalhar naquele dia e aproveitaria entregar tudo ao suposto patrão.

A alegria durou muito pouco. O tal recrutador nunca mais seria visto. Simplesmente, desapareceu do mapa. Evaporou. “Acordamos que nos encontraríamos às dez horas de segunda-feira na porta da loja, para sermos apresentados ao chefe e começar a trabalhar ou a fazer a formação”, afirmaram.

Para o espanto dos três, indivíduo revelou-se um autêntico logro. Aquela supostamente, por lhe ter sido diagnosticado um quisto no abdómen, alegadamente, na maternidade Lucrecia Paím. Para os devidos efeitos, ela deveria ser submetida à uma pequena cirurgia. Também doente de drepanocitose, Rosita recebeu que fazendo a cirurgia, teria que perder muito sangue, pondo a vida em risco. Foi assim que recorreu aos produtos naturais, que segundo sua crença, resolveram problema.

“Procurei um médico tradicional

Expliquei-lhe a minha situação e ele recomendou-me um chá vendido nas organizações Forever, numa dosagem de três vezes ao dia, durante um mês”, explicou, acrescentando que, numa manhã, sentiu uma vontade estranha de ir à casa de banho. “Quando dei conta, o bicho tinha saído”, contou Rosita, visivelmente satisfeita, agora grávida de quatro meses. Doenças como febre tifóide, diabetes, hemorróidas, paludismo, gastrite e outras complicações, vão tendo soluções nas mãos de especialistas e médicos tradicionais. As constantes enchentes nos centros de saúde e hospitais de medicina convencional, parecem contribuir para que tal aconteça.

Durante constatação feita pelo A Capital, são muitas as famílias que, hoje, levam os seus pacientes às diversas casas de cura que abundam um pouco por toda a parte, com maior incidência para os bairros periféricos. Em Luanda, wnas como, Petrangol, Golfe, Palanca, Cazenga, Hoji-ya-Henda e Viana, assumem a liderança das casas de tratamentos e venda de medicamentos naturais, a base de raízes e plantas importadas de diferentes regiões do país, e não só. Ouvido à propósito por este semanário, o medico tradicional, Zugo Manuel, confirmou que nos dias que correm a medicina tradicio-

nal tem estado a conhecer melhores momentos. Prova disso, adiantou, é o registo de cada vez mais pacientes buscarem auxílio das plantas e raízes africanas. A viver no bairro Tala-Hady, ao município do Cazenga, onde o encontramos, Manuel é tido como o “salva vidas” de muitas famílias naquela circunscrição de Luanda. A actividade dele começa às primeiras horas do dia.

Com poucas palavras e um comportamento frio, o nosso interlocutor diz que não dorme para preparar os medicamentos e estudar novas formas curativas. Tudo começa a partir de um diagnostico, que consegue através de um diálogo aberto e sincero com os pacientes. Estes expõem os problemas ao médico tudo aquilo que sentem. Quando lá chegou nossa reportagem, eram precisamente 6h00 da manhã, altura em que o “dr Zugo”, já tinha uma fila considerável de pessoas no quintal à espera de serem atendidas.

Entre os doentes estava Soraya, 18 anos, acometida de paludismo, há mais de um mês. Foi-lhe receitado um tratamento que consiste em banhos e compressas de uma planta, identificada apenas por “ditumbate”, seguidos da toma um xarope de liamba para evitar a tosse. “Já fomos aos hospitais, mas a doença tende sempre a voltar. Por isso, tivemos que fazer, mesmo, o tratamento com o papá Zugo, porque dizem que ele salva muita gente aqui no bairro”, frisou dona Paula, a mãe da jovem adoentada.

Também terapeuta é Maria Sofia

Conhecida como médica tradicional é igualmente vendedora de medicamentos no mercado do Asa Branca. Na bancada dela, encontra-se de tudo um pouco, no que a remédios naturais se refere, com propriedades curativas para as mais diversas doenças.

Mana Sofia como é carinhosamente tratada, avançou a este semanário que aprendeu a pratica aos 12 anos com a sua falecida mãe na província do Uíge. Medicamentos para infertilidade, impotência sexual, colo aberto, miomas, cabeça aberta, hepatite e diarreias, constam do leque mixórdias expostas na sua bancada Para além de ser a sua forma de ganhar a vida, Sofia diz que exercer a actividade de comerciante e medica tradicional, é algo que lhe enche de prazer e satisfação.

Salvamos muita gente

Nossas mãos são abençoadas por Deus. Aqui curamos todo tipo de doença e cobramos barato”, sustentou. No negócio, estão também asiáticos. Em diverc;as ruas de Luanda, é possível observar igualmente a venda de medicamentos naturais por cidadãos chineses. Tal como os Angolanos, eles vendem os produtos consoante a necessidade do paciente. Chá e raízes, são os produtos

que mais se zungam. Apesar de não falarem a língua portuguesa, eles vendem os produtos e sabem determinar receitas com horários e tudo. Dona Felibina que não suportando as dores reumáticas que a perturbam, recorreu aos chineses para superar o seu problema de saúde. Para a anciã, o importante não é a linguagem ou a origem dos remédios. Basta, como disse, que se sigam as orientações dadas por eles.

O que é certo é que até a própria OMS já vai admitindo a importância da medicina natural e apela os estados a investirem no aperfeiçoamento da arte de curar com produtos naturais, tendo

3.6 A dura vida das zungueiras

Semanário Agora
17 de Setembro de 2011

A vida de Maria, uma jovem Angolana de 17 anos de idade, não lhe oferece nada do que uma vez sonhou, para o futuro, quando era mais pequena. Embora seja ainda uma adolescente, vive já como uma mulher adulta, ao contrário do que seria normal para raparigas da sua idade. Todos os dias, quando o relógio marca as oito horas, a jovem, residente no município do Cazenga, deixa a casa dos pais e cumpre, a pé, um trajecto que a conduz invariavelmente a parte incerta desta Luanda. Na viagem quotidiana, Maria leva sempre consigo alguns produtos – no dia em que a conhecemos transportava pratos – que exhibe aos transeuntes e aos moradores de todas as residências das ruas por onde passa, na esperança de encontrar alguém que as compre. Ela é o exemplo de vendedoras que em Luanda são conhecidas por zungueiras.

A palavra “zungueira” deriva da união de verbo “cu zunga”, da língua kimbundo, que em português significa “andar”, e do sufixo “eira”, que quer dizer profissão. O vocabulário luandense não poderia encontrar uma palavra mais perfeita para identificá-las, faltando apenas uma componente que melhor ajudaria a ilustrar a profissão que estas pessoas exercem: tratam-se de vendedores ambulantes que circulam, a pé, por Luanda, desde os musseques onde residem, até à parte baixa da cidade, onde desenvolvem o seu negócio. A nova palavra do vocabulário luandense é frequentemente articulado no género feminino, embora hajam também homens nesta condição. Mas é ao género feminino que aqui nos reportamos.

A existência das chamadas “zungueiras” não é um fenómeno novo e houve tempos em que chegou mesmo a ser considerada parte dos usos e costumes locais, como o atesta o poema “Makezu”, do livro de Viriato da Cruz, bem como outras obras de consagrados autores Angolanos. No entanto, apesar das semelhanças,

muitas coisas diferenciam as “zungueiras” de hoje das “avós-ximinhas” dos outros tempos. A principal reside no contexto temporal em que as coisas acontecem: a esmagadora maioria das “zungueiras” de hoje são pessoas fugidas da guerra e das suas regiões de origem, que fazem parte da grossa fileira de deslocados em Luanda. É o caso de Teresa Albino, de 35 anos de idade, que deixou Malange, a sua terra natal, abandonando a casa, a lavra e outros bens que possuía, há quatro anos. Durante algum tempo Teresa viveu num acampamento para deslocados de guerra, mas teve de o abandonar pois não suportava as precárias condições aí disponíveis. “Não agüentei mais e aceitei o convite de algumas amigas, que me emprestaram dinheiro para começar a zungar”, conta. “Hoje já trabalho com o meu próprio dinheiro e até aluguei uma casa onde vivo com os meus filhos. O meu marido morreu na guerra”.

Algumas dessas mulheres abandonaram as suas zonas de origem, não por causa da guerra, mas apenas pelas dificuldades económicas por que passavam. Acreditaram que, vindo para Luanda, encontrariam o paraíso. Enganaram-se! E Rosária Chicapa, de 25 anos, atesta-o: “Vim de Benguela porque a vida lá é muito difícil e porque me contaram que em Luanda tudo era mais fácil. Afinal não é nada disso. Como tenho necessidades, estou aqui a zungar”.

A faixa etária das “zungueiras” é variável e tanto se podem encontrar pessoas com 45 anos, ou mais, como crianças de até dez anos. Maria, de quem nos referimos no início da prosa, é apenas um dos muitos exemplos. É praticamente ela quem sustenta a família, incluindo os pais, deslocados de guerra. Aliás, quase todas as “zungueiras” são chamadas a desempenhar um papel preponderante no sustento das suas famílias, face à condição de desempregados em que se encontram a maioria dos maridos, ou à exiguidade dos salários que auferem os poucos que conseguem emprego.

“A vida está muito difícil, e se ficar em casa vou ver os meus filhos passarem fome”, conta-nos Marta Manuel, de 22 anos, refugiada em Luanda há seis anos, proveniente de Malange. “Tenho marido que trabalha, mas o salário dele não dá para nada. É professor no Hoje Ya-Henda e só ganha 200 kwanzas por mês”.

As donas de casa dizem sentir-se aliviadas com a existência das “zungueiras” porque, a seu ver, são uma alternativa para quem, por qualquer razão, não pode deslocar-se a um supermercado ou a um dos muitos mercados paralelos que existem na cidade. “Há coisas que elas vendem a preços muito mais baratos que os dos supermercados, para além de que há muito mais segurança do que, por exemplo, no Roque Santeiro”, explica Margarida Nascimento, moradora no bairro Neves Bendinha.

“Zungar” é uma das muitas formas de sub emprego que os Angolanos adoptaram na tentativa de minimizar as dificuldades causadas pelo desemprego e o aumento do custo de vida. Daí a razão pela qual, muitas dessas mulheres não exercem a profissão que têm.

Manuel Isaías, de 49 anos, diz que em Malange, onde vivia, era sapateiro. Fugiu da guerra que lhe deixou viúvo, e chegou a Luanda, tudo fez para conseguir um emprego, sem resultado. “Comecei então nesta vida, para conseguir algum dinheiro. Agora já consigo sustentar a família, embora com dificuldades”.

“Civilitos” e gatunos são os grandes problemas

O grande problema das zungueiras são as polícias que elas julgam estarem ao serviço do Governo Provincial de Luanda. A estes polícias elas chamam de civilitos porque actuam a civil, tal como as viaturas em que se fazem transportar. Todas com quem falamos disseram que já tinham sido presas, pelo menos uma vez, por “civilitos” que se limitaram a apreender, sem qualquer hipótese de recuperação, os bens que comercializam. São situações que lhes causam enormes prejuízos. Marta Manuel diz que já caiu por três vezes nas mãos dos “civilitos”: Nas duas primeiras ainda me levaram na 2ª Esquadra, mas na terceira vez nem sequer me deixaram subir no carro. Me levaram só o negócio”.

Não são apenas os “civilitos” que fazem das suas com as “zungueiras”. Há também os ladrões, principalmente os meninos de rua que estão sempre à espreita de uma oportunidade para assaltá-las. Diante destas situações, elas resolveram criar uma espécie de mútua defesa, razão pela qual vemo-las a andarem sempre em grupos de três ou mais pessoas. Para tal não existem critérios pré-definidos, nem sequer se levam em conta questões como o parentesco ou vizinhança. Têm apenas a consciência de que, cada uma delas têm obrigações para com as parceiras. A solidariedade é fundamental.

Depois dos polícias, dos gatunos e dos clientes que se recusam a pagar, o que mais as preocupa é o cansaço próprio de quem passa o dia a andar, a pé, vários quilómetros. Muitas delas perderam a vaidade própria de mulheres e uma grande maioria tem, geralmente, menos idade do que aparenta.

Mas, como no tempo do poeta Viriato da Cruz, as “zungueiras” de hoje ainda guardam, também elas, sonhos para o futuro. Maria continua a sonhar com a possibilidade de um dia fazer o seu curso de enfermagem, e todas elas anseiam pela paz. Por uma paz que parece não querer chegar.

3.7 Falsificação de produtos prejudica Estado na arrecadação de receitas

Jornal O Independente
17 de Setembro de 2011

O director nacional de Inspeção e Investigação das Actividades Económicas, José Alexandre Canelas, afirmou hoje (quinta-feira), em Luanda, que a contrafacção de produtos diminuiu o poder do Estado de arrecadação de receitas fiscais.

Emoresponsável que falava no acto de abertura do fórum nacional sobre “Propriedade intelectual para os decisores políticos e instituições intervenientes”, o responsável acrescentou que a falsificação de bens causa igualmente a redução do investimento, da iniciativa no domínio da investigação e da inovação e o aumento do desemprego.

Quanto à situação da propriedade intelectual em Angola a fonte referiu que coma crise mundial, a área se tomou um -campo bastante fértil para os contrafactores por haver escassez de liquidez na economia mundial e menos investimentos.

Os prevaricadores aproveitam esse momento para introduzirem os seus produtos no mercado e com isto obterem mais facilidade na sua comercialização, realçou. José Canelas salientou que a Polícia Económica reforçou a inspeção e investigação para desencorajar este tipo de comportamento e impedir que produtos contrafeitos de todos os sectores cheguem ao mercado.

O que temos feito é dificultar a entrada destes produtos e levar a barra da justiça todos aqueles que praticam este acto a todos os títulos ilegais e reprovável», deplorou.

Sobolema “por uma propriedade intelectual ao interesse social, desenvolvimento tecnológico e económico fortaleçamos o sistema na dona da propriedade intelectual”, no fórum aborda-se questões como Papel estratégico da propriedade intelectual para o desenvolvimento económico e propriedade intelectual, sistema de patentes invenções”,

Organizado pelo

Governo, em parceria com as organizações mundial e africanas da propriedade intelectual, o invento aberta pela ministra da cultura, Rosa Cruz e Silva, conta com participação de responsáveis e técnicos do Ministério da Industria, da policia económico, alfandegas e Inadec.

3.8 Lixo “asfixia” pescadores

Semanário Angolense

De 17 a 24 de Setembro de 2011

O mercado do peixe, denominado como “praia da velha Mabumda situada no município da Samba, existe há mais de vinte anos. Segundo contam os munícipes o nome da praia foi atribuído em homenagem a uma velha peixeira. Importa aqui realçar que neste mercado não se comercializa apenas peixe, mas também outros tipos de produtos, como legumes, bebidas alcoólicas, roupas entre outros artigos.

Há dois anos o projecto Kaluanda visitou pela primeira vez esta mesma zona. Na altura, os munícipes e os próprios vendedores manifestavam preocupação em relação ao excesso de lixo na praia, provocando um cheiro nauseabundo por toda a sua extensão. Como consequência estavam a perder a clientela. “Estamos a perder os clientes por falta de uma empresa que limpa a zona”, diziam.

Outra preocupação apontada pelos moradores daquela área era a falta de água potável, energia eléctrica e os roubos constantes que haviam no bairro.

Numa radiografia feita pela equipa deste jornal na área, constatou-se que dentre as várias reclamações que as vendedoras expuseram há dois anos, a situação do lixo ainda é notória.

O relógio marcava dez horas quando chegamos na praia da Mabunda, o sol já mostrava o brilho da sua cor. Havia um grande fluxo de vendedoras conhecidas como “peixeiras” com os seus cestos esperando pela chegada dos pescadores a fim de adquirirem o peixe, num lado e do outro, estavam homens de carros de mão, denominados por “roboteiros” a espera para transportar a carga das peixeiras e receber uma quantia monetária como pagamento dos seus serviços.

Haviam ainda os chamados “escamadores” (rapazes que escamam o peixe de quem compra). Outro aspecto que chamou a nossa atenção foi a quantidade de lixo que há por toda extensão da referida praia, tripas de peixe espalhas ao longo da beira do mar e nos arredores das bancadas onde são tratados os peixes.

Ana de Sousa, vendedora, estava a tratar do seu peixe, em diálogo com a mesma contou-nos que paga oitocentos Kwanzas a quem escama o peixe e quinhentos Kwanzas no roboteiro que transporta até a sua casa. Em relação ao lixo disse que normalmente é recolhido a partir das dezasseis horas, mas que não tem sido frequente, porque por vezes, aumenta-se o lixo do dia anterior e têm de pagar cem Kwanzas todos os dias para a limpeza.

Filipe Lourenço, escamador há três anos, referiu que aos fins-de-semana são os dias que consegue facturar mais, por causa do fluxo de pessoas que vão comprar peixe e pedem para que o mesmo escame. “Por dia posso facturar doze mil Kwanzas”, confidenciou, tendo acrescentado que os preços variam de acordo com a quantidade e também a apresentação do cliente. “Olhamos pela roupa se esta bem vestido cobro sete mil Kwanzas”, disse. Mais adiante estava Domingos Dumbo, roboteiro, com seu carro de mão debaixo do sol, na sua face denotava-se o aborrecimento, tão logo que nos aproximamos contou que estava assim porque desde as sete horas que havia chegado até as onze horas e ainda não havia conseguido trabalho. “Hoje está difícil trabalho, não há peixe”, referiu, tendo acrescentado que normalmente cobra duzentos Kwanzas para transportar a carga das senhoras que compram o peixe. Já Paizinho, disse que o valor que cobra varia consoante a quantidade do produto. “Por dia podemos facturar novecentos Kzs e trabalho de segunda a sábado, das seis da manhã até dezasseis horas para transportar o peixe, cobro sempre setecentos Kwanzas”, disse Manuel outro roboteiro.

Por outro lado, Bruno de Carvalho, um dos munícipes, referiu que em relação há dois anos a energia actualmente melhorou, mas os cortes de água são constantes. Quanto a delinquência disse estar razoável no bairro. Andreia de Sousa, outra munícipe, também realçou que, no que toca a energia não têm problemas” isto só no tempo de frio, mas no tempo de calor falha muito”, frisou, tendo acrescentado que em termos de criminalidade não há com que se preocupar porque a zona é calma “acontece um caso ou outro, mas sem relevância”, garantiu. Parte dos munícipes destacaram o lixo como sendo ainda o principal problema da zona. Os munícipes afirmaram que o lixo que se verifica ao longo da praia é causado pelos escamadores. “Escamam o peixe e deixam ficar o lixo”.

3.9 Vendedores de medicamento contornam fiscais

Jornal O Independente

17 de Setembro de 2011

A venda de medicamentos nos mercados informais continua, embora não tão a vista como era feito em tempos não muito longe dos dias actuais. De um tempo a esta parte o governo, directamente com o Ministério da Saúde, tem procurado sensibilizar as pessoas, através dos meios de informação, a não comprarem os medicamentos nas praças ou na zunga, o que também acontece, isto porque os medicamentos são produtos sensíveis e que requerem cuidado e conservação adequado. Entretanto nos mercados a venda de medicamentos ainda se faz sentir.

Este semanário saiu em alguns mercados da capital para poder constatar e ouvir compradores e vendedores de medicamentos. Joana Narciso, moradora do município do Cazenga, disse que tem consciência que os medicamentos do mercado não oferecem garantias devido a forma como os mesmos são guardados mas assume que é prática sua comprar medicamentos na praça. Quanto aos motivos que levam tal atitude, dona Joana revela que em alguns casos a prontidão dos mercados é maior mas que principalmente ainda são os preços que a levam a comparar os medicamentos no mercado. Já no que toca a alguns efeitos colaterais, a moradora da Cuca deixou claro que não algum momento que tenha comprado medicamento que tenha feito mal a alguém de sua casa.

Alteram prazos de validade

Segundo pudemos saber no local, alguns vendedores alteram a data de validade de alguns medicamentos para que estes possam ser consumidos por mais tempo. Jorge, jovem de 23 anos, morador do Kikolo, afirmou mesmo que a prática é feita quando estes compram medicamentos em grandes quantidades mas a venda a retalho demora. O jovem afirmou mesmo que esta é uma realidade e aconselhou a ter cuidado com a compra de medicamento nos mercados informais.

Alguns nem se importam com isso •••

O caso é ainda mais triste para algumas pessoas distraídas que não reparam ou não levam a sério a questão da data de validade, afirma o jovem. O mesmo realçou que em muitos casos pessoas há que vão ao mercado confiando que quem vende tem bagagem suficiente para orientar a medicação.

Como os fiscais são contornados

Quando esta equipa de repórter chegou ao local deu conta que são pessoas apenas sem nada mão que vêm ao encontro dos potenciais compradores. Quando se chega nos locais de venda de medicamento alguns vendedores interpelam perguntado o que é que o senhor procura. Só depois de falar que vem a procura de medicamentos é que eles se identificam como vendedores de medicamento. No mercado dos Kwanzas o cenário é um pouco diferente visto que ainda há pessoas que expõem os medicamentos nas bancadas, mas maioritariamente mulheres. Quando se chega ao local dos medicamentos há sempre bancadas que chamam a atenção mas sem muita coisa, minutos depois é que aparece alguém para perguntar o que procura.

Assim de maneira disfarçada é a forma como a venda de medicamento tem decorrido nas praças da capital. Também se pode constatar que os mesmos não escondem aos clientes que lá vão que estão a fugir dos fiscais, visto que está revelação é das primeiras coisas que

dizem para justificar a não exposição dos medicamentos nas bancadas.

Onde guardam

Ao que pudemos apurar, os vendedores de medicamento não tiram as coisas do processo. Todos os dias de venda os mesmos apenas deixam as coisas em lugares de fácil alcance para quando virem buscar qualquer coisa não haver dificuldade.

3.10 Mutondo proporciona condições dignas

Jornal de Angola
22 de Setembro de 2011

Os antigos vendedores do extinto mercado informal do Chioco, na cidade do Lubango, passaram a exercer a actividade comercial em condições dignas, com a entrada em funcionamento da praça do Mutundo. O novo mercado dispõe de bancadas à sombra, água canalizada, energia eléctrica, agência bancária, armazéns para depósito de mercadorias, câmaras frigoríficas, posto médico e esquadra da Polícia. No edifício há também uma casa de câmbios, restaurantes, lojas, salão de beleza e creche.

O governador da província, Isaac dos Anjos, visitou o mercado para se certificar das condições em que estão instalados os cinco mil vendedores provenientes dos vários mercados da cidade do Lubango e o funcionamento dos transportes públicos que servem o local.

A primeira parte do edifício destina-se à venda de alimentos, como frutas, hortícolas, peixe fresco, carne, óleo vegetal, leite em pó, arroz e fuba, e a segunda, li lojas, bancos, restaurantes, creche e área administrativa. Na parte exterior, onde a construção de bancadas e de armazéns para a venda a grosso ainda não foi concluída, está a maioria dos vendedores, entre outros produtos, de roupas, calçado e electrodomésticos.

Em funcionamento há duas lojas, três restaurantes, uma agência bancária e um armazém para depósito de mercadorias.

Em breve, devem abrir outra agência bancária, nove lojas da Associação Agro-pecuária – Comercial e Industrial do Lubango e quatro armazéns. No final da visita, Isaac dos Anjos deu ordens à direcção do mercado para serem melhorados o abastecimento de água potável na zona exterior do edifício, o saneamento básico e os jardins e pediu a abertura dos estabelecimentos fechados.

3.11 Actividade de moto-taxi ganha espaço e facilita a circulação de pessoas e bens

Jornal de Angola
22 de Setembro de 2011

As motorizadas deixaram de ser apenas transporte pessoal e passaram a meio de subsistência de muitas famílias, com o recurso à actividade de moto-taxi, os chamados cupapatas, como acontece em Ondjiva. O negócio é novo na província, mas, nos últimos dias, ganha espaço, pois à falta de outros meios de transporte, entre a cidade e algumas localidades, as moto-taxi é alternativa para muitas pessoas. De moto-taxi chega-se, com maior rapidez, aos mercados, escolas e a outros locais, afirmaram, ao *Jornal de Angola*, algumas pessoas. As moto-taxi não têm lugares próprios para esperarem por clientes. Percorrem a cidade à procura de passageiros, cobrando por corrida entre 50 a 100 Kwanzas.

António Jamba, funcionário público, disse que passou, diariamente, a ir de casa para o serviço e vice-versa de moto-táxi.

“Moro no bairro da Kashila e antes, por falta de transporte, era-me muito difícil chegar cedo no serviço, mas desde que começaram estes serviços isso já não aconteceu”, congratulou-se.

Pedro Ndeulikufwa, que também aderiu aos cupapatas, afirmou que as moto-táxis têm sido, muitas vezes, a salvação.

Jovens no negócio

Jeremias Bonifácio, 24 anos, exerce a actividade de moto-taxi há dois anos. Utiliza a motorizada de um vizinho e no fim do dia consegue sempre ter dinheiro suficiente para repartir com o proprietário.

Deixou a Matala, onde concluiu a 7ª classe, há cinco anos, para ir de casa para o Cunene. Não prosseguiu os estudos por dificuldades financeiras, mas tem esperança de, graças ao que consegue juntar com o negócio, em breve voltar a pegar nos livros.

João Kamati, 31 anos, é pai de três filhos. O trabalho de moto-taxista permite-lhe, como refere, “aguentar a cozinha”, pois, diariamente, factura entre quatro a cinco mil Kwanzas, o que, faz contas, lhe proporciona um lucro mensal de 85 mil.

Sebastião Calenga, 19 anos, é estudante da 8ª classe. Há nove meses, passou a inventar tempo para ser moto-taxista. Factura, todos os dias, cerca de três mil Kwanzas, dinheiro que entrega ao patrão. “Trabalho todos os dias e tenho um dia de folga por semana. Com o que ganho consigo pagar os estudos”, disse.

Atropelamento ao código de estrada

Muitos dos moto-taxistas não cumprem o Código de Estrada e seu Regulamento, afirmou, ao *Jornal de Angola*, o comandante da Unidade da Polícia de Trânsito do Cunene. “A má condução de alguns moto-taxistas tem causado vários acidentes, muitos deles por desconhecimento código de estrada e do seu regulamento”, garantiu o intendente Salvador dos Santos. Com o propósito de se evitarem acidentes provocados por motociclistas, referiu, a Unidade de Trânsito tem realizado acções de sensibilização junto dos cupapates, fazendo-lhes ver a importância de cumprirem o Código de Estrada.

“Esboçamos um plano de prevenção rodoviária que tem o objectivo de sensibilizar os motociclistas sobre as vantagens do uso de capacete, tanto pelo condutor, como pelo passageiro”, disse.

3.12 Governador destacou importância de “kupapatas”

Jornal de Angola
22 de Setembro de 2011

O governador provincial do Bié, Boavida Neto, considerou na segunda-feira ser nobre o trabalho exercido pelos moto-taxistas, vulgo “kupapatas”, no transporte de pessoas e bens.

Boavida Neto, que falava no Cuito, durante um encontro mantido com 250 motoqueiros que circulam pelas ruas daquela parcela do Bié, alertou os presentes para a necessidade de respeitarem as leis existentes na Constituição da República e de legalizarem a actividade junto dos órgãos do Estado.

A paz adquirida com sacrifício deve ser preservada por todos, a fim de que se mantenha a tranquilidade e se dê a oportunidade aos cidadãos na obtenção de um posto de trabalho, realçou o governador.

Por outro lado, salientou que a população deve acreditar nos programas executados e nos que falta serem executados pelo governo, pois eles vão permitir melhorar a vida dos cidadãos.

O responsável da Associação de Motoqueiros de Angola (Amontrang), Bento Rafael, afirmou que a sua direcção tem comprado capacetes e luvas para os condutores e passageiros, no sentido de manter a segurança de todos. Bento Rafael falou ainda da necessidade de uma comunicação permanente entre o governo provincial e os moto-taxistas, para se encontrarem as melhores soluções para a resolução dos problemas que afectam a actividade e aconselhou os kupapatas a inscreverem-se na associação, para que esta possa defender os seus interesses.

3.13 Trabalho infantil atinge um quinto

Jornal de Angola
24 de Setembro de 2011

Em Angola, 20 por cento das crianças entre os cinco e 14 anos realizaram actividades consideradas como trabalho infantil, de acordo com o Inquérito Integrado sobre o Bem-Estar da População (IBEP) de 2008-2009, lançado recentemente em Luanda. O relatório informa que esta realidade predomina nas áreas rurais, com 32 por cento, sendo apenas 11 por cento nas cidades. O documento revela que os tipos de trabalho mais efectuados pelas crianças dos cinco aos 14 anos de idade são actividades domésticas e negócios familiares. Relativamente às tarefas domésticas, o relatório descreve as compras de casa, transporte de água, limpeza e o zelo para com outras crianças como as mais frequentes. No tocante aos negócios familiares, das crianças contribuem para o sustento da casa com a venda ambulante nas ruas e praças. Neste quesito, as diferenças entre os géneros se acentuam entre os 21 e 20 por cento nas raparigas e rapazes, respectivamente. Estes dados, segundo a fonte, contrariam as tendências mundiais, que referem uma menor percentagem para as raparigas, 12 por cento, e 16 por cento para os rapazes. As estatísticas a nível mundial apontam um aumento das crianças envolvidas em trabalho infantil perigoso. Em Angola, as actividades consideradas perigosas incidem em 21 por cento nas crianças entre os cinco e 11 anos, comparativamente a 18 por cento do grupo de 12-14 Anos de idade.

No mundo, descreve o relatório, a proporção de crianças em situação de trabalho infantil atinge os 15 por cento, tendo diminuído em dez. por cento entre 2004 e 2008. O documento refere ainda que, de acordo com a Organização Internacional do Trabalho, 215 milhões de crianças dos cinco aos 17 anos realizam trabalho infantil, sendo que 115 milhões estão sujeitas a actividades de risco.

Progresso desigual

A mesma fonte refere que o progresso no combate ao trabalho infantil é desigual entre os continentes e países. Deste modo, destaca-se a África sub-sariana, com um elevado índice de trabalho infantil. Nesta região, uma em cada quatro crianças exerce alguma actividade considerada trabalho infantil.

Em Angola, o trabalho infantil remunerado é insignificante. O relatório do IBEP refere um quadro de um por cento na zona rural, contra dois por cento nas cidades. O trabalho infantil não remunerado atinge proporções alarmantes na província do Zaire, com 28 por cento, seguindo-se o Bengo, Kuando-Kubango e Cunene, com oito, 0,3 e 0,4 por cento, respectivamente, refere a fonte.

Uma das características marcantes do trabalho infantil em Angola, informa o relatório, consiste no facto das crianças estudarem e ao mesmo tempo exercerem a actividade laboral.

Os dados estatísticos do IBEP dizem que entre 83 e 88 por cento das crianças que trabalham frequentam também a escola,

O trabalho infantil é designado pelo UNICEF e Organização Internacional do Trabalho (OIT) como toda a forma de trabalho, com ou sem remuneração, efectuada por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal.

A OIT determina que a idade mínima para a entrada no mercado de trabalho é aos 15 anos. Razões históricas, económicas e culturais, fazem com que as crianças cheguem mais cedo ao mercado de trabalho, em condições desfavoráveis.

3.14 Mercados precisam de melhor organização

Jornal de Angola
24 de Setembro de 2011

A ministra do Comércio disse ontem, em Luanda, ser necessário melhorar e organizar os mercados municipais, com a ajuda dos administradores, apesar de existirem infra-estruturas.

Idalina Valente fez esta afirmação no final da visita que efectuou aos mercados do Asa Branca e dos Kwanzas, armazéns Dadika, e Centro Comercial Plaza, com o objectivo de verificar o nível de organização dos estabelecimentos comerciais e de aplicação da Lei das Actividades Comerciais que, na sua opinião, também devem funcionar sob a égide dos administradores municipais.

A ministra afirmou ser da competência do Ministério do Comércio executar a política da actividade comercial e acompanhá-la a nível das provinciais, municípios e comunas, mas as administrações municipais devem segui-la de perto. A governante referiu que o seu Ministério está a trabalhar na organização do sistema da rede de produtos nacionais, porque são os mercados aos quais chegam os produtos nacionais, como o feijão, a ginguba, gergelim, a fuba de bombo e de milho e outros produtos do campo, que podem ajudar a dimensionar e avaliar a direcção do comércio e permitir um escoamento mais célere da produção nacional. “Os mercados são o centro por excelência para o escoamento da produção nacional”, afirmou. Por isso, defende que um

número considerável de mercados sejam reabilitados e concebidos como centros para o cliente, que fica satisfeito ao “encontrar um mercado organizado e limpo, diferente de um merca desarrumado”, referiu.

Idalina Valente alertou os comerciantes para o facto de ser necessário que os mercados cumpram os regulamentos. Todos os comerciantes devem ter o cartão de contribuinte, o alvará e outros requerimentos, que garantam que os produtos consumidos pela população estão livres de bactérias.

Durante a visita, considerou o mercado dos Kwanzas o mais organizado, com as vendedoras a apresentarem-se com batas e os produtos organizados por sectores, porque o administrador do mercado também é conselheiro do Instituto Nacional dos Direitos do Consumidor (INADEC) e exige que, por exemplo, o vendedor de fuba não esteja no mesmo lugar com o de carne ou peixe.

“Isso ajuda a organizar política sectorial para a área dos mercados”, realçou.

A ministra constatou algumas falhas relativamente à Inspeção Nacional, no que diz respeito à actualização de alvarás, pagamento de taxas de imposto sobre o rendimento, falta de cartão de contribuinte e outros aspectos ligados à actividade comercial. Foram, por exemplo, encontrados vários estabelecimentos comerciais e armazéns sem documentos, ou apenas ostentando um alvará para três ou quatro comerciantes.

“É necessário que a inspeção nacional ponha cobro a estas situações”, declarou.

O Ministério do Comércio vai continuar a salvaguardar o exercício da actividade comercial, mas todos os vendedores devem ter um documento, um cartão fácil de se tratar, que tenha um número de identidade fiscal que o identifique como comerciante, realçou.

Para obter o cartão de vendedor

é apenas necessário uma fotografia e dados pessoais, podendo ser tratado nas administrações municipais ou até mesmo no próprio Ministério do Comércio.

3.15 Vendedores gostariam de saltar do chão para o balcão

Folha 8

24 de Setembro de 2011

Vender no chão, em passeios e pracinhas, não agrada às quitandeiras que pelo sim ou pelo não comercializam fora do perímetro dos mercados. Dizem que gostariam de saltar do chão para o balcão. Só não o fazem por limitações, entre outras, financeiras. Ter loja com prateleiras recheadas de mercadoria diversa, mais ou menos do tamanho das chamadas lanchonetes que proliferam pelos bairros periféricos dos centros urbanos do país; estar ela própria por detrás do balcão, a atender à clientela é sonho da quitandeira que vende no chão da pracinha e nas ruas e ruelas que percorre em cidades do país, com bacia carregada de variedades. Apurou o Folha 8 em depoimentos colhidos junto das quitandeiras da 3ª idade que durante a era colonial viram com tristeza os colonialistas portugueses donos exclusivos do direito de serem comerciantes. “Vendemos em passeios, frente aos estabelecimentos comerciais, em andamento por ruas e ruelas, simplesmente por não termos dinheiro para construirmos lojas não cabermos todas nos mercados existentes. Se tivéssemos possibilidades construiríamos casas para comércio, com balcão, prateleiras e condições de atendimento à clientela. Quem consegue vender no chão e manter o seu negócio vivo durante anos também consegue atender ao balcão”. A frase pertence Com a anciã de 57 anos que se apresentou com o nome de Judith, acrescentando ambicionar vir a ter uma loja de 4 por 4 metros para ver se descansa. “Se tivesse possibilidades financeiras construiria um lugar para vender. Sou viúva, mãe de 4 filhos estudantes”, argumentou a vendedora de velas, pilhas, petróleo, alfinetes, agulhas, sabão, sabonetes, entre outros bens. Parte do pouco que ganha, estima, “vai direitinho para a panela” e o restante vai “guardando para as propinas dos órfãos”, reforçando que “gostaria de ter pelo menos um boteco” o que tem sido difícil por falta de ajuda tanto das instituições públicas e de caridade como de familiares e outras pessoas de quem já recebeu promessa. “Até mesmo um primo meu que me tinha prometido ajudar, depois de construir o espaço, preferiu alugar o mesmo a um Bari (estrangeiro com cantina) só porque comigo ficou acordado que lhe pagaria apenas dois meses”, desabafou.

A apiraçãoà _ desilusao do cidadao

Quando, nos anos 60, os Angolanos decidiram negar a ocupação, a repressão, a exploração e a humilhação colonial tinham dito, claramente, que queriam deixar de não ter direito à nada. Tinham declarado abertamente interesse pela posse da riqueza que aos Angolanos pertence. Nunca quiseram esconder a razão de ser da sua pretensão de luta pela Independência Nacional. Foram

claros na definição dos ideais que perseguiram até a conquista do dia 25 de Abril de 1974, data que assinala a queda do fascismo em Portugal e abriu caminho para conversações para o entendimento entre os Movimentos Nacionais de Libertação e conseqüente marcação do dia 11 de Novembro de 1975 para data da proclamação da Independência Nacional Angolana. A intenção dos pioneiros da luta pela Independência de Angola ao reivindicarem Independência foi tão clara que atingiu as camadas academicamente menos esclarecidas, tendo tocado fundo a sensibilidade dos oprimidos, explorados e deprimidos do campo e da cidade que ao apelo ao não à colonização atarantaram os portugueses ao ponto do desespero patente nos rostos, bem como nos ditos e escritos da imprensa portuguesa dos anos 60 claramente rendida às evidências. A noção de Independência não é nova para os Angolanos. Foi encaixada desde há muito e daí a facilidade de identificação do que é ser ou não ser independente e não haver em face disso razão para se pensar que é necessário haver António a dizer ao João e à Joana; ao Frederico e à Francisca que pressupostos definem o estado real de Paz, Liberdade, Independência, Justiça Social, direito à vida, ao conforto, à livre expressão e outros perseguidos pelos mais velhos que na década de 60 apelaram ao não à colonização. Os Angolanos acreditavam que mais dia, menos dia, teriam a alegria que não tinham; que tarde ou cedo passariam a ter o bem que os seus pais e avós haviam sonhado, nomeadamente serem donos de botequins, bares, lojas, restaurantes, oficinas, bares e demais pequenas e médias manufacturas que, mau grado os ditames do regime colonial lhes tinham sido negadas. Por isso, Dói-lhes ver escapar até agora o direito de atender ao balcão em lojas que antes da Independência só o colono tinha direito de ter. Dizem não entender como e porque é que o simples boteco de compra de açúcar, vela, candeeiro, petróleo, continua a ser pertença do Bari.

Comerciante também apalpa cliente

Não se trata de xenofobia ou outra coisa qualquer. O que faz espécie aos idosos é o facto de que na era colonial os Angolanos, sempre que pudessem preferiam comprar os seus cigarros negrita, francesinhos ou quaisquer outros tipos de mata ratos na loja do patrício. Para eles era melhor ir largar os seus tostões no boteco do Angolano. Enquanto faziam a sua pequena despesa na loja de um tuga onde tinham azar de ver o comerciante a tocar na bunda ou na chucha da vizinha alheia murmuravam: “Até quando é que teremos mais lojas de patrícios” onde quase não se via o comerciante a apalpar. O acesso às fontes de aquisição de mercadoria de venda comercial continua a ser alheio. Para o Angolano continua a triste sina de comprar e ver a filha, a sobrinha, mãe, a tia ou a madrinha a serem apalpadas, assediadas e levadas na conversa de “deixar estar o troco”.

Angolano constrói e aluga ao estrangeiro

As pessoas resmungam ao constatarem que Bari que monopoliza o direito de ter boteco comporta-se da mesma maneira que se comportava o fubeiro “Jaquim”. Enquanto de um lado uns resmungam ao verem as lojas em mãos alheias, por outro lado, descontentamento existe da parte dos que não vêm com bons olhos a moda que pegou de ser o Angolano a construir para alugar ao Bari, irritando mais ainda este facto por dar a entender aos mais novos que estar ao balcão de um botequim no bairro pertence exclusivamente aos estrangeiros. Nos anos 60 era inimaginável pensar-se que o empreendedorismo do Angolano já ofuscado sob regime de Salazar e Caetano fosse novamente eclipsado pelos governantes sentados em cadeirões de mando. Numa só palavra, os mais velhos, responsáveis pelo apelo ao fim do colonialismo português em vida murmurando vão dizendo que se os arautos da liberdade hoje do lado de lá da vida terrena ressuscitassem chorariam ao verem que os botequins e as lojas em bairros periféricos outrora propriedade dos fubeiros portugueses são hoje pertença exclusiva dos famosos “baris”. Se ressuscitassem chorariam ante ao monopólio da construção civil pelos estrangeiros; dariam um murro na parede ao encontrarem desconhecidos, ao balcão das lojas dos bairros em que residem. Não murmurariam como murmuram a maior parte dos anciãos a tristeza de contrariamente ao seu envelhecido sonho não puderem em seu bairro ter loja do patrício tal como se orgulhavam outrora quanto tinham loja dos tios Zé, Simão e Chica; Joana, Mendes, Calinone, com patrícia ou patrícia ao balcão.

4 OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Sector social leva maior fatia do orçamento

Jornal de Angola
10 de Setembro de 2011

O Executivo atribuiu ao sector social no Orçamento Geral do Estado para reduzir, mais rapidamente, os níveis de pobreza, afirmou o ministro das Finanças. Num encontro com parlamentares espanhóis, Carlos Alberto Lopes explicou a estratégia do Executivo para o combate à fome e à pobreza e as prioridades para os investimentos no país.

No Orçamento Geral do Estado para este ano, as despesas com o sector social representam 31,5 por cento do valor total. O ministro informou que, uma das prioridades para os investimentos públicos, é o financiamento da construção de barragens hidroeléctricas, para aumentar a produção e distribuição de energia e água no país.

Para a concretização dos projectos, disse o ministro, o Executivo adoptou estratégias, com destaque para a criação do Fundo de Infra-estruturas para o Desenvolvimento do Sector Energético.

Os projectos, explicou, têm como objectivo contribuir para o crescimento da economia Angolana e melhorar a vida da população. O titular da pasta das Finanças esclareceu que existem também projectos no sector das novas tecnologias.

Projectos concluídos

No encontro com parlamentares espanhóis, a coordenadora da Comissão de Luta Contra a Pobreza, Rosa Pacavira, apresentou os dados dos programas em curso nos municípios e zonas rurais que visam garantir o acesso à educação e à saúde, através da construção de pequenas escolas e postos de saúde.

Rosa Pacavira, que é também a secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República, afirmou que 70 por cento dos projectos enquadrados no programa de luta contra a pobreza já estão concluídos. Explicou que a linha de crédito de 100 milhões de euros da Espanha para financiamento de projectos em Angola vai, principalmente, para desenvolvimento dos municípios.

“Pretendemos promover a descentralização administrativa dando autonomia às administrações para a melhoria de vida da população”, realçou, acrescentando que os valores a atribuir aos municípios vão depender da sua dimensão. Os mais extensos, do tipo A, vão receber três milhões de dólares, enquanto os do tipo B vão ser abrangidos com valores na ordem dos dois milhões de dólares. “Temos uma interação muito forte com a Cooperação Espanhola a nível do reforço institucional e administrativo”, disse, acrescentados que têm sido desenvolvidas campanhas de sensibilização com cartilhas de informação.

Rosa Pacavira anunciou a realização de acções nos municípios para identificar as potencialidades minerais e agrícolas, além dos índices de natalidade e de mortalidade. As províncias do Kwanza-Sul e Uíge vão ser as prioritárias. “Os programas nos municípios vão estar dirigidos ao comércio rural, água para todos e educação alimentar”, disse.

O presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, José Martinz, ficou satisfeito com as informações sobre o ambiente social, político e económico de Angola e manifestou-se orgulhoso com o trabalho efectuado pela Cooperação Espanhola em Angola. Afirmou que o seu país está disposto a apoiar os programas de combate à fome e à pobreza, com a transferência de conhecimentos no sector da educação.

Transferência de tecnologia

O presidente do Congresso dos Deputados de Espanha, José Martinz, informou, em Luanda, que as empresas espanholas têm grande interesse em transferir tecnologia para Angola. “A comunidade empresarial espanhola está entusiasmada para conhecer e apoiar o mercado Angolano a desenvolver”, sublinhou. O secretário de Estado da Indústria, Kiala Gabriel, informou que o Executivo, através do Ministério da Geologia e Minas e Indústria, está apostado na produção diamantes e de ouro.

“Queremos produzir outros recursos minerais como o ouro, transformado como produto acabado para contribuir para a economia do país” disse, revelando a existência de contratos para exploração de ouro na província da Huíla.

5 GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 Criado site para reclamações

Semanário Factual

De 17 a 24 de Setembro de 2011

Na opinião do provedor, podem aceder ao referido site qualquer cidadão nacional que queira apresentar reclamação contra um órgão de Estado, do Executivo, de um ministério, empresa pública ou qualquer outro organismo do qual a Provedoria da Justiça pode intervir junto dela para se repor a legalidade das coisas.

O referido serviço, disse, foi aberto na base do “princípio de que ‘é a Provedoria da Justiça ou o provedor de justiça tem de ir ao encontro do cidadão e não o cidadão procurar o provedor e a Provedoria de Justiça”.

Paulo Tjipilica aproveitou a ocasião para dar a conhecer que a sua instituição tem desenvolvido um trabalho positivo junto das populações que, diariamente, enviam mensagens escritas com as suas reclamações, assim como as feitas, através das chamadas telefónicas provenientes de várias províncias.

No mesmo âmbito, manifestou a sua preocupação pela necessidade de os seus serviços continuarem a estender-se, cada vez mais, junto das populações rurais que se comunicam, sobretudo em línguas nacionais, além de ter necessidade de reforçar os recursos humanos.

Outro obstáculo da nossa actividade, acrescentou, “reside, neste momento, no facto da não discussão e aprovação da alteração das leis n.º 4/06 e 5/06, ou seja o Estatuto e Lei orgânica da Provedoria de Justiça”, a fim de adequá-las à actual Constituição e que se encontra na Assembleia Nacional, desde Agosto de 2010.”

Fez, igualmente, referências às outras actividades que a sua instituição tem desenvolvido, com destaque para as cadeias, tendo lamentado o elevado número de pessoas que se encontram nas cadeias de Viana e da comarca de Luanda, onde disse haver excessivo número da população presidiária, em função das capacidades instaladas para essas cadeias.

Comentado a situação das manifestações registadas na cidade capital do País, Paulo Tjipilica reafirmou que as manifestações, independentemente das suas motivações, devem ter sempre a componente da preservação e salvaguarda da legalidade.

Em contrapartida, apelou, para que se evitassem os excessos e a violência contra os manifestantes, na medida em que “há aqui aspectos realmente de direitos consagrados na Constituição da República, concretamente no artigo 47, que estipula o direito de associação e de manifestação pública, embora em local e com os objectivos bem definidos”, pontualizou.

“Não se devem lesar os direitos do outro”

O pastor da Igreja Evangélica Reformada em Angola (IERA), Fernando Makiesse, defendeu que as manifestações devem ocorrer sem violência, ofensas morais nem desrespeito ao próximo. Mencionou que o ser humano tem direito a manifestar o seu descontentamento sobre alguma coisa, mas fazendo recurso à lei e não lesando os direitos de outros. Salientou que as exteriorizações podem acontecer sem recurso ao furor, através da ordem e do respeito às outras pessoas, que é um direito fundamental.

“As manifestações devem ser feitas através de actividades não violentas e por meio da presença da palavra”, salientou.

A fonte frisou ser função do Executivo e da sociedade civil criar mecanismos para normalizar tais actos, como acontece noutros países, com o intuito de as mesmas acontecerem de forma pacífica.

5.2 Executivo garante o aumento das verbas reservadas às administrações municipais

Jornal de Angola

13 de Setembro de 2011

O Executivo vai aumentar as dotações do Orçamento Geral do Estado para as Administrações Municipais a partir do próximo exercício económico, anunciou, sábado, a Rádio Nacional de Angola, citando fonte oficial.

Com este aumento, o objectivo é dar maior autonomia às Administrações Municipais na execução de projectos que visam o combate à pobreza, segundo a secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais, Rosa Pacavira, citada pela Rádio Nacional de Angola, “Potencializamos cada município com uma verba de três milhões de dólares, Começamos com este valor, mas no ano que vem o valor é aumentado”, disse a secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais. Rosa Pacavira justifica a decisão com as intervenções de cada município entre 2010 e 2011.

“Temos uma base de dados, onde estão todos os projectos a nível dos municípios. Temos equipas de monitoria e avaliação no campo, que quinzenalmente constatarem o trabalho feito com os administradores, municipais e empresários, que fazem a adjudicação directa de projectos”, disse.

“A secretária do Presidente da República para os Assuntos Sociais informou que o Executivo vai exercer mais fiscalização na gestão dos fundos a serem postos à disposição das Administrações Municipais. Rosa Pacavira afirmou que 70 por cento dos projectos enquadrados no programa contra a pobreza já estão concluídos. Explicou que a linha de crédito de 100 milhões de euros da Espanha para financiamento de projectos em Angola vai, principalmente, para desenvolvimento dos municípios do país, “Pretendemos promover a descentralização administrativa dando autonomia às administrações para a melhoria devida da população”, realçou, acrescentando que campanhas de sensibilização com cartilhas de informação.

Rosa Pacavira anunciou a realização de acções nos municípios para identificar as potencialidades minerais e agrícolas, além dos índices de natalidade e de mortalidade. As províncias do Kwanza-Sul e Uíge vão ser as prioritárias.

“Os programas nos municípios vão estar dirigidos ao comércio rural, água para todos e educação alimentar”, disse a secretária para os Assuntos Sociais do Presidente da República os valores a atribuir aos municípios vão depender da sua dimensão. Os mais extensos, do tipo A, vão receber três milhões de dólares, enquanto os do tipo B vão ser abrangidos com valores na ordem dos dois milhões de dólares.

“Temos uma interacção muito forte com a Cooperação Espanhola a nível do reforço institucional administrativo”, disse, acrescentados que têm sido desenvolvidas

Luta contra a pobreza

A Cooperação Espanhola foi apontada como um dos principais parceiros de Angola, na luta contra a pobreza, reconheceu a coordenadora da Comissão Nacional de Combate à Fome e a Pobreza, Rosa Pacavira, à RNA.

Disse que tem recebido muito apoio em termos de reforço da capacidade institucional, descentralização e desconcentração administrativas, principalmente em termos de desenvolvimento rural. “Temos feito muita investigação sobre estas matérias de combate à pobreza. Portanto, tudo aquilo que gera desenvolvimento local, a Cooperação Espanhola está sempre em primeiro lugar para nos dar um grande apoio”, disse. A Espanha disponibilizou 100 milhões Euros para programas de fornecimento de água, educação, saúde e segurança alimentar nos municípios.

5.3 Governo barra delegação da sociedade civil da SADC

Angolense

27 de Agosto 02

de Setembro de 2011

A delegação era constituída por diversas organizações da sociedade civil da SADC, entre eles, o Conselho de Coordenação das Igrejas da África Austral, o de Ong’s da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, o de Sindicatos da SADC e especialistas convidados. A comitiva pretendia participar de um encontro da sociedade civil da SADC, que teria lugar dia 13 de Agosto, em Luanda, no hotel Talatona, quadro dias antes da 31 Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) que decorreu de 17 a 18 de Agosto, no Centro de Convenções de Talatona. Trata-se, caso tivesse lugar, do 7º fórum da sociedade civil da SADC, cujo objectivo é influenciar a agenda dos chefes de estado e de governo da região.

Este tipo de encontro, de acordo com o presidente do Fórum das Ong’s Nacionais (FONGA), António Kiala, tem lugar antes da Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da SADC, para influenciar a sua agenda. “Este encontro acontece anualmente e é realizado no país que assume a presidência da SADC, daí este encontro ter sido agendado no nosso país, porque Angola está na presidência até 2012. O ano passado quem acolheu este encontro foi a Namíbia, o ano ante passado foi a República Democrática do Congo (RDC)”, explicou o presidente do FONGA.

Antes de partir para Angola, um delegação de mais de 100 membros da sociedade civil da SADC esteve reunida em Joanesburgo, na África do Sul, onde se produziu um comunicado que seria submetido a alguns ministros e embaixadores da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, convidados, a participar do fórum da sociedade civil de Luanda. “Devido aos custos com o alojamento e alimentação em Luanda, o grosso dos 14 membros da sociedade civil esteve reunido na África do Sul nos dias 8 e 9 de Agosto, durante os trabalhos foi produzido um comunicado que seria entregue aos ministros da SADC. Ao invés dos 100 membros, optou-se por discutir os problemas da região na África do Sul, onde os custos de alojamento são mais baratos e se reduzir o número da delegação ao fórum de Luanda”, disse António Kiala, numa alusão de que por esta razão a delegação deportada do aeroporto de Luanda era de 19 elementos.

Segundo o responsável do FONGA, dois dos 19 integrantes da delegação chegaram ao país na quarta-feira,

10 e não tiveram qualquer constrangimento com os serviços migratórios.

No dia seguinte, portanto, na quinta-feira, 11, para o espanto de todos, fazendo fé no presidente do fórum das ong's nacionais, o grande número da delegação, cerca de 17 elementos foram interditos de entrar no território nacional e horas depois foram repatriados para a África do Sul. “Devido ao facto dos delegados participarem antes no encontro de Joanesburgo, os que partiram para Luanda não tinham vistos, mas para o efeito, recorremos a Unidade Técnica de Coordenação das Ajudas Humanitárias (UTCH) que entrou em contacto com os Serviços de Emigração Estrangeiros que deram um parecer favorável na resolução do caso”.

Quando menos se esperava, explicou o responsável do FONGA, receberam a indicação que a delegação fora repatriada por alegadas ordens superiores. “Nós desconhecemos as razões, porque, inclusive, a UTCH mandou ao aeroporto um dos seus técnicos, mas todo o esforço redundou em fracasso, a delegação acabou repatriada”, referiu.

De acordo com António Kiala, tudo estava preparado para que o fórum da sociedade civil da SADC tivesse lugar em Luanda, pois entende que “a SADC e o país perdeu uma grande oportunidade, porque a imagem do país sai mal na, o fotografia. “Tínhamos tudo, pago, inclusive, o hotel só que na véspera do encontro o hotel o Talatona disse que o encontro e não poderia ser realizado t, naquela instituição hoteleira a por razões de segurança, afirmou, acrescentando que, quando se tinha já encontrado outro lugar ocorreu problemas com a delegação. “Devido a complicação com a delegação decidimos em cancelar o encontro. Lamentamos muito por isso”, apontou.

O responsável do FONGA, que lamentou o facto do número de Ong's estar a reduzir, estando a controlar neste momento perto de 80, disse que o encontro pretendia aflorar vários assuntos que tem a ver com a região. “As Ong's estão a reduzir devido a crise financeira, a falta de apoios porque os doadores se viraram para outras partes do mundo devido ao crescimento económico de Angola, portanto, para os doadores nós já não precisamos de ajuda”, salientou.

Os temas que não passaram do papel

O fórum da sociedade civil da SADC, no seu plano de influenciar a agenda da 31 Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da África Austral programou vários temas, cuja discussão ficou nas calendas gregas porque não chegaram a ser debatidos devido a interdição da delegação ao nosso país.

Dos temas, constava a discussão do “Contexto Nacional”- perspectivas e soluções da sociedade civil Angolana junto a cimeira da SADC. Neste mesmo tema, estava previsto um sub tema denominado “Governança e responsabilização”, onde se poderia discutir questões chaves e desafios.

A média e o acesso a informação, era um dos outros assuntos que poderia aquecer o debate, onde se deveria aflorar os desafios e lições.

Um dos outros assuntos a tratar era a “integração regional”, onde a circulação de pessoas e bens estaria na mesa da discussão. De temas não é tudo. A segurança humana também estava na agenda do encontro, cujo acesso a terra, a água, educação e saúde iria igualmente preencher o fórum. “Diálogo com os fazedores das políticas – questões chaves e o comunicado do fórum da sociedade civil que decorreu na. África do Sul”, “questões emergentes e desafios, mudanças climáticas e a venerabilidade das crianças na África Austral, entre outros, são alguns assuntos que estavam agendados cujo comunicado final seria remetido aos Chefes de Estado e de Governo da SADC.

6 URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Alegria em Kaxicane com novas habitações

Jornal de Angola
01 de Setembro de 2011

População agradece os esforços do Executivo pela construção das casas sociais que inclui. No município de Icolo e Bengo as comunidades cantam e dançam. O povo está alegre com as novas casas da Vila Nova de Kaxicane. São 372 casas, das quais 200 já estão construídas e prontas para entrega aos moradores na próxima semana, pela secretária de Estado do Fomento Rural, Filomena Delgado.

Kaxicane, Passos Diogo, Ginganga, Luís Miguel, Kubaza, Banza Bombo, Kindemba e Uango são as comunidades que vão ser beneficiadas nesta primeira fase do projecto habitacional coordenado pela Secretaria de Estado da Agricultura, por serem as comunidades mais carenciadas e também porque vivem na zona ribeirinha, em situação de risco.

As casas têm quintal, luz e água potável. A Vila Nova de Kaxicane já tem uma escola com nove salas e capacidade para 300 alunos, um campo de jogos e uma área administrativa. A escola funciona em dois turnos (diurno e nocturno) e tem um gerador de 100 Kva para garantir o fornecimento de energia eléctrica nas aulas nocturnas. O arranque das aulas está previsto para o próximo ano lectivo.

Um posto médico também já foi construído na Vila Nova de Kaxicane e está ainda em construção um mercado, um armazém, o posto policial uma igreja, um jango comunitário para a ocupação dos tempos livres da comunidade e uma instituição bancária.

Das oito comunidades seleccionadas o destaque recai para Kaxicane, uma comuna histórica da província do Bengo, pelo facto de ser lá que nasceu o primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto. A área é habitada por pessoas pobres que dependem do cultivo dos campos para sobreviver. As antigas casas eram feitas de pau a pica e capim. Com o passar do tempo, os rendimentos que os camponeses tiravam da venda dos produtos agrícolas, deram para comprar chapas de cinco e modernizar as suas casas. Bebiam água do rio Kwanza. Não havia electricidade nem outros serviços básicos.

Casas e escola

As famílias contempladas com as novas casas estão desejosas de mudar para as novas casas na Vila Nova

de Kaxicane. A inauguração estava marcada para a segunda-feira passada mas foi adiada. Nem mesmo isso tirou a alegria dos camponeses, como afirmou à nossa reportagem o soba grande de Kaxicane, João Mendes, que manifestou a sua satisfação pela iniciativa do Executivo. “Estou muito feliz porque o Executivo melhorou o nosso nível de vida. Hoje temos casas grandes e vamos cuidar bem delas”, disse, acrescentando que gostava que a outra fase do projecto arrancasse já, porque “ainda há muita população que não foi contemplada e as chuvas já começaram”., Alegre, Sara António de 27 anos é uma das contempladas. Sara António vivia na margem do rio, na aldeia de Kaxicane, hoje tem uma residência em Vila Nova e sente-se feliz: “sou dona da casa número 277. Estou contente porque já não vou apanhar chuva, nem fugir das águas que inundam a minha casa. Quero agradecer ao Executivo e pedir para olharem sempre por nós”. A casa de Beatriz Pinto era feita de pau a pique. Hoje tem uma casa de construção definitiva: “estou sem palavras. Esperamos muito por este momento. Nós já nem acreditávamos que um dia podíamos receber estas casas. Só temos de agradecer ao nosso governo por ter construído as casas e a escola para os nossos filhos. Até creche para os nossos bebés temos na Vila Nova”.

Sobre o projecto

O projecto envolve a construção de 600 casas de construção definitiva com três quartos e a empreitada começou em Maio de 2008.

A Secretaria do Estado do Desenvolvimento Rural informou que mais 172 casas da primeira fase vão ser entregues em Dezembro.

O projecto vai beneficiar oito povoações e 600 famílias, visando mitigar o índice de pobreza das comunidades locais, que têm como actividades principais a agricultura, pesca e comércio. O projecto foi apresentado em Catete pela secretária do Estado do Desenvolvimento Rural, Filomena Delgado.

6.2 Reversão de municípios a bom ritmo

Jornal de Angola
02 de Setembro de 2011

A primeira fase de reversão urbana dos municípios do Cazenga e Sambizanga, em Luanda, vai estar concluída dentro de dois anos.

O director do Gabinete Técnico de Reversão Urbana do Cazenga e Sambizanga, Bento Soito, informou que, actualmente, está em curso a instalação, entre outros serviços, das redes de drenagem das águas pluviais residuais, energia eléctrica e de distribuição de água potável.

Bento Soito, em declarações à Angop, informou que cerca de 40 por cento da área definida para a primeira fase já conta com as infra-estruturas implantadas.

A fase de edificação das habitações sociais, acrescentou, começa após o termo da implantação das infra-estruturas, dentro dos próximos dias.

O antigo vice-governador de Luanda para a área técnica assegurou que, nos dois municípios, as obras estão a decorrer a bom ritmo. “Nós vamos realizar a obra dentro dos prazos previstos. Dentro de dois anos teremos a primeira fase concluída”, declarou o director técnico da reconversão urbana.

O projecto conta também com a iniciativa privada, além da responsabilidade e execução do Estado.

6.3 Construir casas na vertical “diminui custos de projectos

Jornal de Angola
02 de Setembro de 2011

O arquitecto Angolano José Ferreira Correia disse quarta-feira, em Luanda, que o modelo da construção de habitações na vertical diminui os custos em espaço e infra-estrutura dos projectos.

Em declarações à Angop, referiu que a redução destes custos é uma boa razão para se optar pela construção na vertical em detrimento da horizontal, que consome mais espaço geográfico.

“Quando estamos a ver a questão habitacional do país, construir na vertical fica sempre mais barato devido às infra-estruturas a serem envolvidas”, disse. Apesar disso, o especialista lembrou que nas novas urbanizações também há construções térreas e deu o exemplo das cinco mil casas, cuja primeira pedra foi lançada pelo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, na semana passada.

Localizado a três quilómetros a sul do centro da cidade do Kilamba, onde já existem mais de três mil moradias, o projecto está integrado no plano director da zona.

José Ferreira Correia fez saber que as novas urbanizações ajudarão a resolver a procura de habitação e vão melhorar as condições sociais na província de Luanda.

6.4 Construção de habitações nos municípios

Jornal de Angola
08 de Setembro de 2011

O ministro do Urbanismo e da Construção disse, na terça-feira, no Huambo, que o Executivo tem programado para os próximos tempos, para cada um dos municípios do país, a construção de 200 fogos habitacionais. “O Executivo está a executar o seu Programa Nacional de Habitação para dar resposta ao défice habitacional no país”, afirmou Fernando da Fonseca, frisando que 70 por cento da população Angolana não tem habitação condigna.

O ministro Fernando da Fonseca, que falava na abertura da segunda reunião internacional do grupo de peritos sobre os assentos urbanos, referiu que a Comissão Nacional de Habitação optou também pela construção de casas sociais nas reservas fundiárias identificadas pelos 160 municípios do país, para assegurar o acesso à habitação social de todas as camadas da sociedade e solucionar definitivamente o problema habitacional. Por recomendação do Presidente da República, salientou, o projecto deve ter carácter prioritário.

O ministro garantiu que o compromisso social do Executivo avança e consolida-se e que o programa para a melhoria dos realojamentos precários urbanos vai ajudar a vencer este grande desafio de mudança estrutural nas condições de vida dos habitantes do país.

6.5 Executivo e Banco Nacional de Angola promovem inflação

Folha 8
10 de Setembro de 2011

Na centralidade Kilamba, as casas estão ser vendidas em dólares, quando seria muito mais consensual elas serem negociadas em moeda nacional, pois deste modo, com a venda em dólares, o que mais se incentiva é a inflação, por via de momento substancial de procura de verde.

Perante este critério, a primeira questão que vem à mente, depois de digerida a má notícia da exorbitante subida dos preços, de sessenta mil mentirosamente anunciados pelo presidente da República até aos cento e vinte e cinco e duzentos mil dólares reais, relaciona-se essencialmente com a origem e causas dessa subida.

Uma primeira mirada vai sem falhar para o Banco Nacional de Angola, que, naturalmente, se descarta dessa jogada executada fora de normas por um Executivo dominador. A empreitada passou-lhe à frente do nariz sem lhe ter sido dada a mais pequena possibilidade de intervir. O actual governador, que um dia talvez venha

a ser exonerado por não ter sido capaz de controlar eficazmente a inflação, viu-se de mãos atadas impossibilitado de dar uma para a caixa na tremenda bofetada dada assim à sua tão entusiasta como utópica cruzada contra tendência inflacionista nacional.

No Ministério das Finanças, a água do capote é sacudida da mesma maneira que no BNA, argumentando-se nessa esfera de governação que as decisões tomadas a respeito da centralidade do Kilamba, nunca, jamais, em tempo algum foram da sua competência. Perguntem ao executivo, aconselham os seus responsáveis, que ele saberá dar-lhes a resposta certa. Mas como o Executivo não dá respostas a perguntas que lhe são feitas e só responde a quem, pela ocasião, não lhe fez perguntas nenhuma, o Angolano fica a malucar, a perguntar de onde poderia ter vindo todo este desacato em torno de promessas tão rapidamente enviadas às favas a juntar-se ao desprezo manifesto por planos de acção.

Postos assim no seu lugar, ou melhor, naquele que lhes tem sido doado desde sempre, em mais de 400 anos de opressão estrangeira e quase 40 anos de ditadura, o da ignorância, o mesmo Angolano, habituado a engolir cobras - lagartos, repete o refrão de sempre, «E próprio! Vamu fazê kumentão ?», o que significa que no nosso país as vias do Executivo assemelham-se às do Senhor, são impenetráveis.

Contudo, o Executivo, que de semelhanças com o Senhor apenas tem a letra maiúscula que o denomina, não tem nada que se pareça com vias impenetráveis, e os como cicerones em seu redor para as mostrar são mais que as mãos e a mentira é friável, uma oportuna incursão nos bastidores do actual efémero poder político permitiu ao Folha 8 desvendar uma parte deste misterioso passo em falso, o que, trocado em miúdos, quer dizer deste tiro nos pés, que tem todo o aspecto de ser um plano, altamente rentável, preparado de antemão.

O terreno da centralidade (dá vontade de rir este vocábulo, pela pretensão de ser original e apenas ser ridículo) foi comprado ao preço da uva mijona. Era um pedaço de mato e mais uma ou outra lavra, cujos verdadeiros legatários foram simplesmente “neutralizados”, isto é, expulsos, fora com eles ao preço de uns patacos por hectare, ou segundo o número de árvores frutíferas plantadas na totalidade do espaço a expropriar.

A globalidade da empreitada foi confiada pelo principal a empreiteiros chineses, cuja eficácia já não é preciso demonstrar. Quanto ao capital necessário para levar a cabo o plano urbanístico acabado, esse não teria sido movimentado pelo Estado Angolano, mas sim por uma entidade privada, o nosso já conhecido traficante de armas, Pierre Falcone, também conhecido agora pelo cognome de “Senhor China”, pois, segundo a nossa

fonte, ele pôde obter dos cofres desse país asiático, após convencimento, pasme-se, mais de 1.500 milhões de dólares para a implantação desse mega projecto urbanístico em Angola, depois de o ter proposto a JES. Este deu a sua anuência e assim nasceu a centralidade do Kilamba Kiaxi, que não parou, mesmo estando ele preso durante cerca de dois anos em França na sua qualidade de traficante de armas.

Quanto à venda do projecto, que está por ora na sua fase inicial, o que parece é que, como escrevemos na nossa última edição «(...) aqui é que a porca torce o rabo, pois as negociações para a venda do projecto de Falcone não parece terem sido pacíficas, com a nossa fonte, e outras mais, a garantir que o ex-traficante franco-Angolano teria pedido pela sua intervenção qualquer coisa a rondar os cinco biliões de dólares.

Assunto a seguir com muita atenção, razão pela qual certamente voltaremos numa das próximas edições». Estas são as informações que chegaram à Redacção do Folha 8, vindas da mesma fonte que permitiu ao nosso bissemanário avançar pormenores que nunca foram desmentidos sobre o caso do “Angolagate”. Trata-se de um fonte segura e credível. Seria bom que a estas revelações aqui noticiadas se seguisse seja uma confirmação oficial, seja uma denegação devidamente justificada e com provas irrefutáveis.

Conclusão

A centralidade do Kilamba não é mais do que uma monumental negociata de que se augura um benefício que já não poderá ser contado em milhões de dólares, mas sim em biliões.

O preço de venda foi, portanto, concebido por via de uma espécie de cesariana financeira de modo a satisfazer o principal investidor e não em função de um qualquer plano de construção de habitações em benefício do povo Angolano.

Essa vertente social foi colada posteriormente ao projecto principal e não só peca por não ter qualquer consistência institucional, mas também por nem sequer ter sido inserida num projecto global e sustentável. Reina a improvisação e o desenrasca-te. As expectativas junto dos populares, em Luanda, com realce para a juventude foram goradas e esta última acusa o governo de enveredar por preços astronómicos. Vários analistas têm sugerido às autoridades para que passem para um plano B, consubstanciado no aluguer das casas a Na noite de sábado (27.08), a Zimbo TV, teve de cancelar à última da hora um debate semanal em que dois convidados iriam trocar argumentos a cerca das casas do Kilamba. Os realizadores daquela

Entretanto, bem à moda da nossa querida terra, vão florescendo os cambalachos. Na semana passada circularam em Luanda informações, ainda não desmenti das, dando conta da existência de um esquema para aquisição dos apartamentos. Segundo o club k, «O esquema, segundo as informações é feito por um grupo que, alegam ter os canais para os quais se paga “uma certa quantia” em dólares para inserção do nome dos interessados na lista dos compradores das casas. Há também conhecimento de casos de pessoas cujos nomes já estão na lista antes do anúncio oficial feito pelas autoridades. A facilidade terá sido oferta através de familiares envolvidos com o processo de cadastramento».

Eis os magníficos resultados de mais uma clarividente prova do talento do nosso Executivo no lançamento de areia aos olhos dos Angolanos.

6.6 Centenas de casas dão nova imagem a Caxicane

Jornal de Angola

10 de Setembro de 2011

Caxicane é a aldeia que viu nascer, no dia 17 de Setembro de 1922, António Agostinho Neto, o primeiro Presidente de Angola e Herói Nacional. Zona de agricultores humildes, Caxicane viveu sempre sob a ameaça das inundações do rio Kwanza, que destruíam casas e tudo o que encontravam pelo caminho e obrigavam a população a procurar refúgio nas terras altas da Quissama. Hoje nasceu uma nova Caxicane, com centenas de casas sociais, para alojar as populações ribeirinhas.

A aldeia tem 300 novas casas sociais, que fazem parte de um projecto de 600, construídas no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, coordenado pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural.

As novas habitações servem as populações das aldeias de Caxicane, Passos Diogo, Ginganga, Luís Miguel, Kubaza, Banza Bombo, Kindemba e Uango.

De Catete a Caxicane, andámos nove quilómetros em estrada asfaltada. Durante o percurso passámos pela aldeia de Sonda, uma comunidade que pertence à zona onde nasceu Agostinho Neto. A entrada, uma placa mostra a “Nova Caxicane”. No interior do bairro, encontramos o soba de Caxicane, Andrade João Mendes, e os beneficiários das novas casas a fazerem limpeza dentro e à volta das casas.

A água para consumo não é tratada. É retirada directamente do rio Kwanza. A rede de distribuição de energia não existe. O coordenador de Caxicane disse que todo esse mar de problemas tem sido desgastante para os seus habitantes.

A agricultura que se fazia em grande escala, hoje reduziu drasticamente. “Caxicane produzia quase tudo, mas devido às cheias não temos conseguido colher o que produzimos”, lamentou o coordenador.

O memorial

Em Caxicane há dois bustos de António Agostinho Neto. Um em frente à Igreja Metodista, com uma placa a referenciar o sítio como histórico e cultural e outro no local da casa onde nasceu e cresceu Agostinho Neto, com informações referentes à sua vida e obra. A igreja Metodista de Caxicane foi a primeira escola de Agostinho Neto e onde seu pai, Agostinho Pedro Neto, foi pastor durante anos. De paredes brancas e janelas e portas azuis, o espaço, em homenagem ao reverendo Agostinho Pedro Neto, continua a realizar cultos aos domingos. A conservação da igreja, de acordo com Cândido João Gomes, só foi possível com o apoio dos habitantes da região. “Se não nos tivéssemos juntado e reabilitado a igreja, não sei o que ia ser da alma deste povo de Caxicane”, disse, acrescentando que por três vezes a igreja beneficiou de obras, sob responsabilidade dos seus habitantes. A casa onde nasceu Manguxi, como é tratado pelos seus coetâneos, desapareceu com as cheias do rio Kwanza: Eva Diogo, 72 anos, disse que a casa do primeiro Presidente da República ficava em frente à Igreja e próxima do rio, mas já há muito que desabou: “no local onde estava a casa da família de Agostinho Neto já nada existe, só água”, explicou. Próximo do local, o MPLA, para imortalizar o fundador da Nação, colocou um busto de Agostinho Neto.

Os poderes mágicos

Andrade João Mendes, 76 anos, aplaude a presença de jornalistas em Caxicane. De cabelo branco, corpo franzino e trajado com a indumentária das autoridades tradicionais, contou à nossa reportagem: “eu ando sempre atrás da chuva e nunca à frente, graças a esta bengala”, disse sorrindo, mostrando o seu bastão que também o ajuda a andar. Mas os poderes da sua “bengala mágica” não conseguiram parar as cheias do rio Kwanza. Sobre o assunto, Velho Andrade preferiu não se pronunciar, alegando que “isto é conversa dos mais velhos”.

O soba Andrade tem uma gindamba, instrumento utilizado para chamar a chuva para as lavras, curar enfermidades e pedir paz para aldeia de Caxicane. Disse ter também o makulu, uma pequena capela onde são feitos os pedidos.

Povo de Neto

António Agostinho Neto, o primeiro Presidente de Angola, nasceu no dia 17 de Setembro de 1922, na aldeia de Caxicane, região de Icolo e Bengo. Passaram-se 89 anos desde o seu nascimento e 32 desde a sua morte

no dia 10 de Setembro de 1979. Apesar do tempo, Neto continua bem vivo na memória do povo de Caxicane e de todos os Angolanos. Aos que o conheceram e Viveram a sua presença em Caxicane, o sentimento é de “um grande orgulho”.

Avó Eva lembra Agostinho Neto ainda na igreja: “ele era um jovem exemplar e um bom amigo”. Quando voltou, já como líder dos Angolanos, Neto incentivava os jovens e adultos a estudar e a cultivarem a terra para não faltar comida na aldeia. Tal como hoje, avó Eva sempre trabalhou no campo. Na altura, conta, o algodão era um dos maiores rendimentos dos agricultores da região de Icolo e Bengo, mas hoje já não existem os campos brancos de algodão. “Parece que tudo parou em Caxicane depois da morte de Neto”, disse.

“Antigamente os camponeses conseguiam dinheiro com o cultivo do algodão mas hoje só trabalhamos para comer”, disse. O soba de Caxicane fica muito orgulhoso sempre que se fala de Agostinho Neto “porque além de ser o nosso líder e o pai da Independência Nacional era um homem muito inteligente e culto”. Lembrou que o seu avô foi colega de Neto e contou-lhe muitas histórias sobre a sua infância: “pelo meu avô eu soube que na escola de Caxicane ele era um estudante exemplar”.

Velho Andrade recorda que “antigamente eram poucos os que estudavam até à quarta classe. Mas Neto deixou o povo de Icolo e Bengo de orgulho por ter feito a quarta classe e chegado a médico”. O soba foi investido como autoridade tradicional pelo próprio Presidente Neto.

Jorge Manuel da Silva nasceu na Quissama e conheceu Agostinho Neto em Caxicane. Há mais de 50 anos no bairro da Sonda, o velho Jorge, hoje corria 71 anos, disse que viu Neto de perto durante um comício popular, em 1975: “era muito difícil ver Neto nos comícios, o povo era tanto que ele desaparecia no meio das multidões, só conseguíamos ouvir a sua voz”, contou.. Velho Jorge diz que o que mais o marcou foi a forma extraordinária como o Presidente Neto lidava com o povo: “sempre gostou de trabalho e tinha muito amor ao próximo. Era isso o que ele mais ensinava aos Angolanos”, disse a concluir.

6.7 Executivo reafirma compromisso de melhoria dos assentamentos urbanos

Jornal O Independente
10 de Setembro de 2011

O Executivo Angolano pretende implementar de forma gradual, a médio e a longo prazo, o seu programa de melhoramento dos assentamentos urbanos precários, com propósito de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das populações e reduzir o impacto negativo causado por tais assentamentos precários ao meio

ambiente. Esta pretensão foi reafirmada na cidade do Huambo, pelo secretário de Estado do urbanismo e construção, Joaquim Silvestre, quando discursava na cerimónia de encerramento da 2ª reunião internacional de peritos sobre os assentamentos urbanos. Para si, o evento produziu um conjunto de recomendações operativas que vão traduzir-se num plano de acção imediato da estratégia do planeamento urbano participativo. Informou que a materialização do programa de melhoramento dos assentamentos urbanos precários no país vai contar com o apoio técnico da Organização Não-Governamental Habitat-Angola, no quadro do convénio de cooperação assinado entre esta organização e o Ministério do Urbanismo e Construção, no domínio dos assentamentos humanos.

“O que tem se verificado em todo mundo e em Angola não é diferente, o crescimento dos centros urbanos tem levado a uma acentuada queda de qualidade de vida e um crescimento dos problemas sociais e dos desequilíbrios ambientais. Este encontro foi realizado com objectivo de trocar experiências, recolher opiniões e aconselhamento sobre a melhor forma de avançar na preparação de um plano de acção de intervenção imediato”, referiu.

A 2ª reunião internacional de peritos sobre os assentamentos urbanos, que durou dois dias, contou com a participação de especialistas ligados ao programa das nações unidas para os assentamentos humanos, do conselho europeu de urbanistas, da associação internacional dos urbanistas, da ordem dos arquitectos de Angola, da federação iberoamericana de urbanistas, além de peritos nacionais ligados ao sector da construção e habitação. Questões relacionadas ao planeamento, requalificação e regulação fundiária dominaram o referido encontro, cujo acto de abertura foi orientado pelo ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Alberto de Lemos Soares da Fonseca, na presença do governador do Huambo, Fernando Faustino Muteka.

6.8 Executivo e Banco Nacional de Angola promovem inflação

Folha 8
10 de Setembro de 2011

Na centralidade Kilamba, as casas estão ser vendidas em dólares, quando seria muito mais consensual elas serem negociadas em moeda nacional, pois deste modo, com a venda em dólares, o que mais se incentiva é a inflação, por via de “fomento substancial de procura de; verde.

Perante estegio, a primeira questão que vem à mente, depois de digerida a má notícia da exorbitante subida dos preços, de sessenta mil mentirosamente anunciados pelo presidente da República até aos cento e vinte e cinco e duzentos mil dólares reais, relaciona-se essencialmente com a origem e causas dessa subida.

Uma primeira mirada vai sem falhar para o Banco Nacional de Angola, que, naturalmente, se descarta dessa jogada executada fora de normas por um Executivo dominador. A empreitada passou-lhe à frente do nariz sem lhe ter sido dada a mais pequena possibilidade de intervir. O actual governador, que um dia talvez venha a ser exonerado por não ter sido capaz de controlar eficazmente a inflação, viu-se de mãos atadas impossibilitado de dar uma para a caixa na tremenda bofetada dada assim à sua tão entusiasta como utópica cruzada contra tendência inflacionista nacional.

No Ministério das Finanças, a água do capote é sacudida da mesma maneira que no BNA, argumentando-se nessa esfera de governação que as decisões tomadas a respeito da centralidade do Kilamba, nunca, jamais, em tempo algum foram da sua competência. Perguntem ao executivo, aconselham os seus responsáveis, que ele saberá dar-lhes a resposta certa. Mas como o Executivo não dá respostas a perguntas que lhe são feitas e só responde a quem, pela ocasião, não lhe fez perguntas nenhuma, o Angolano fica a malucar, a perguntar de onde poderia ter vindo todo este desacato em torno de promessas tão rapidamente enviadas às favas a juntar-se ao desprezo manifesto por planos de acção.

Postos assim no seu lugar, ou melhor, naquele que lhes tem sido doado desde sempre, em mais de 400 anos de opressão estrangeira e quase 40 anos de ditadura, o da ignorância, o mesmo Angolano, habituado a engolir cobras ~ lagartos, repete o refrão de sempre, «E próprio! Vamu fazê kumentão?», o que significa que no nosso país as vias do Executivo assemelham-se às do Senhor, são impenetráveis.

Contudo, o Executivo, que de semelhanças com o Senhor apenas tem a letra maiúscula que o denomina, não tem nada que se pareça com vias impenetráveis, e os como cicerones em seu redor para as mostrar são mais que as mães e a mentira é friável, uma oportuna incursão nos bastidores do actual efémero poder político permitiu ao Folha 8 desvendar uma parte deste misterioso passo em falso, o que, trocado em miúdos, quer dizer deste tiro nos pés, que tem todo o aspecto de ser um plano, altamente rentável, preparado de antemão.

O terreno da centralidade (dá vontade de rir este vocábulo, pela pretensão de ser original e apenas ser ridículo) foi comprado ao preço c:: uva mijona. Era um pedaço de mato e mais uma ou outra lavra, cujos verdadeiros legatários foram simplesmente “neutralizados”, isto é, expulsos, fora com eles ao preço de uns patacos por hectare, ou segundo o número de árvores fruíferas plantadas na totalidade do espaço a expropriar.

A globalidade da empreitada foi confiada pelo principal a empreiteiros chineses, cuja eficácia já não é predso

demonstrar. Quanto ao capital necessário para levar a cabo o plano urbanístico acabado, esse não teria sido movimentado pelo Estado Angolano, mas sim por uma entidade privada, o nosso já conheddo traficante de armas, Pierre Falcone, também conheddo agora pelo cognome de “Senhor China”, pois, segundo a nossa fonte, ele pôde obter dos cofres desse país asiático, após convendmento, pasmese, mais de 1.500 milhões de dólares para a implantação desse mega projecto urbanístico em Angola, depois de o ter proposto a JES. Este deu a sua anuênda e assim nasceu a centralidade do Kilamba Kiaxi, que não parou, mesmo estando ele preso durante cerca de dois anos em França na sua qualidade de traficante de armas.

Quanto à venda do projecto, que está por ora na sua fase inidal, o que parece é que, como escrevemos na nossa última edição «(...) aqui é que a porca torce o rabo, pois as negociações para a venda do projecto de Falcone não parece terem sido pacíficas, com a nossa fonte, e outras mais, a garantir que o ex-traficante franco-Angolano teria pedido pela sua intervenção qualquer coisa a rondar os dncos biliões de dólares.

Assunto a seguir com muita atenção, razão pela qual certamente voltaremos numa das próximas edições».

Estas são as informações que chegaram à Redacção do Folha 8, vindas da mesma fonte que permitiu ao nosso bissemanário avançar pormenores que nunca foram desmentidos sobre o caso do “Angolagate”. Trata-se de um fonte segura e credível. Seria bom que a estas revelações aqui notidades se seguisse seja uma confirmação ofidal, seja uma denegação devidamente justificada e com provas irrefutáveis.

Conclusão

A centralidade do Kilamba não é mais do que uma monumental negodata de que se augura um benefido que já não poderá ser contado em milhões de dólares, mas sim em biliões.

O preço de venda foi, portanto, concebido por via de uma espêde de cesariana financeira de modo a satisfazer o prindpal investidor e não em função de um qualquer plano de construção de habitações em benefido do povo Angolano.

Essa vertente sodal foi colada posteriormente ao projecto principal e não só peca por não ter qualquer consistência institucional, mas também por nem sequer ter sido inserida num projecto global e sustentável. Reina a improvisação e o desenrasca-te.

As expectativas junto dos populares, em Luanda, com realce para a juventude foram goradas e esta última acusa o governo de enveredar por preços astronómicos. Vários analistas têm sugerido às autoridades para que passem para um plano B, consubstanciado no aluguer

das casas a Na noite de sábado (27.08), a Zimbo TV, teve de cancelar à última da hora um debate semanal em que dois convidados iriam trocar argumentos a cerca das casas do Kilamba. Os realizadores daquela.

Entretanto, bem à moda da nossa querida terra, vão florescendo os cambalachos. Na semana passada circularam em Luanda informações, aiQda não desmentidas, dando conta da existência de um esquema para aquisição dos apartamentos. Segundo o club k, «O esquema, segundo as informações é feito por um grupo que, alegam ter os canais para os quais se paga “uma certa quantia” em dólares para inserção do nome dos interessados na lista dos compradores das casas. Há também conhecimento de casos de pessoas cujos nomes já estão na lista antes do anúncio oficial feito pelas autoridades. A facilidade terá sido oferta através de familiares envolvidos com o processo de cadastramento». Eis os magníficos resultados de mais uma clarividente prova do talento do nosso Executivo no lançamento de areia aos olhos dos Angolanos.

6.9 Presidente da centralidade do Kilamba garante venda de casas sem segregação

Jornal de Angola

11 de Setembro de 2011

A comercialização de habitações na Cidade do Kilamba está aberta a todos os cidadãos nacionais, sem qualquer tipo de segregação, esclareceu, em Luanda, o presidente daquela centralidade, Joaquim Israel Marques.

“Estamos a trabalhar para que as pessoas possam obter casas na nova cidade sem qualquer tipo de segregação e para que todas as classes sociais interajam na mesma localidade”, disse à Angop, Joaquim Israel Marques. a processo de inscrição para a aquisição de habitações começou em finais de Agosto. a surgimento da Cidade do Kilamba, segundo o presidente daquela centralidade vai reduzir o crescimento desordenado de novas habitações nos arredores a capital do país.

Criada no quadro da iniciativa do Executivo de resolver o problema habitacional, a Cidade do Kilamba está contemplada com infra-estruturas básicas, como rede viária, drenagem de águas pluviais e águas residuais para 35 mil metros cúbicos por dia, tendo também subestações de energia eléctrica e rede pública de distribuição, telecomunicações e terminais de transportes públicos. a referido projecto é uma parceria público-privada, abrangendo diversas vertentes que incluem projecto de engenharia, construção de edifícios, infra-estruturas viárias e hidráulicas.

O projecto global foi concebido para se desenvolver em três fases, com 80.000 apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. a Presidente da República, José Eduardo dos Santos, inaugurou a Cidade do Kilamba, a cerca de 20 quilómetros do centro de Luanda. Numa primeira fase foram disponibilizados 115 edifícios, com 3.180 apartamentos, 48 lojas e dez quilómetros de armamentos. A nova Cidade do Kilamba, cujo projecto global contempla 710 edifícios, 24 creches, nove escolas primárias e oito escolas secundárias, e 50 quilómetros de vias, constitui um elo de transição para a nova urbe de Luanda, que se vai situar junto à margem do rio kwanza. Dos 12 projectos, quatro já estão em execução nas províncias de Luanda, Bengo, Cabinda e Luanda Norte. Em Luanda, o projecto tem conclusão prevista para Outubro de 2012, e, até lá, o empreiteiro deve entregar mais 595 edifícios, que correspondem a 16.822 apartamentos e 198 lojas. Recentemente, o arquitecto José Ferreira Correia reconheceu que a Cidade do Kilamba foi edificado com as infra-estruturas indispensáveis para o bem-estar dos moradores, anunciou o arquitecto rreia.

6.10 “Os preços das casas dependem do mercado e da lei da oferta e procura”

Jornal expansão

16 de Agosto de 2011

Como avalia os projectos do Executivo, particularmente os de carácter social ?

Do ponto de vista de resolução do problema habitacional para as populações, acredito que esses projectos, ainda que de forma paulatina, estão a contribuir para minimizar a carência que se verifica no que à habitação diz respeito. Julgo apenas que o défice que ainda se regista será combatido com a perspectiva do Executivo em estender essas iniciativas a todas as províncias do País.

As centralidades que estão a ser erguidas um pouco por toda a extensão territorial, com a introdução de novos modelos de gestão das cidades, são o corolário para colmatar, como disse há pouco, paulatinamente, as dificuldades que ainda perduram no acesso à habitação, e tentar descongestionar os centro das cidades, proporcionando deste modo melhores condições de vida às populações.

Pensa que os projectos estão a ser bem direccionados, do ponto de vista da população-alvo ?

Penso que o Executivo está a direccionar esses serviços para a camada mais necessitada por ser justamente a maioria em situação de necessidade de carência habitacional.

Qual é a sua opinião sobre os preços praticados nesse segmento ?
Penso serem os mais justos, devido aos elevados investimentos requeridos na área imobiliária, e o imperativo que persiste para o retorno desses investimentos que, para todos os efeitos, é o segredo para a continuidade desses mesmos projectos em benefício da maior parte dos Angolanos. Podiam ser, eventualmente, um pouco mais baixos, mas o comportamento do mercado terá contribuído para o estabelecimento desses preços.

Paralelamente a isso, devo dizer que o Governo é soberano em rever as políticas utilizadas para os cálculos dos custos das casas e tentar gizar um plano para subvencionar os preços e atenuar um pouco os números que giram em torno da aquisição de moradias.

Como equilibrar os preços, face à baixa média salarial de algumas classes profissionais, particularmente as do funcionalismo público, como enfermeiros e professores ? A média salarial não me parece ser equilibrada com os preços praticados no mercado. Por isso, falei há pouco sobre uma eventual subvenção desses preços com o concurso da banca nacional para permitir que a maioria dos cidadãos nacionais possam ter casa própria para viver.

Para além das subvenções, pensa que se colocam alternativas ao Executivo ?

O Estado é o órgão que regula e gere o mercado, acredito que tem formas de adoptar políticas para tentar afrouxar os custos. Para tal, deveria deixar-se que o Executivo avance com mais projectos habitacionais, como os que temos estado a verificar, para se poder atingir o equilíbrio e entre a procura e a oferta.

Por outro lado, sabemos que o mercado deve ser livre e soberano nos seus preços. Quem faz o preço dos produtos é o mercado. A chamada lei da oferta e da procura é incontornável nesse sentido: quanto mais oferta, menor será o preço. Portanto cabe ao Executivo criar condições para haver mais oferta.

Não acha que, directa ou indirectamente, as pessoas inseridas no sector informal estão excluídas desses serviços, tendo em conta os preços praticados no mercado se comparados com o poder aquisitivo destas ?

Se levarmos em conta que Angola alberga um grande número da população inserida no mercado informal, acredito que não há exclusão nesse processo. Devo lembrar apenas que as pessoas inseridas no mercado informal são pessoas que não proporcionam impostos ao Estado, nomeadamente o IRT (Imposto do Recolhimento do Trabalho).

Mas, ainda assim, essas pessoas beneficiam desses projectos. Esse não é um caso para pensar. É um por menor a reter e tentarmos analisar o alcance-político e social desses projectos.

É possível estimar algum retorno desses investimentos, a favor do Estado ?

Do ponto de vista habitacional e para os objectivos a que se pretende atingir, acredito que sim. Mas. Atenção: se a perspectiva é o retorno financeiro do investimento feito acredito que não. Estou a referir-me ao ponto de vista político e social. Nessa perspectiva julgo que o Executivo tem estado a obter retornos satisfatórios.

Qual é a sua perspectiva relativamente à participação do sector privado no processo do fomento habitacional em todo o país ?

Acho que é uma participação aceitável e podemos dizer até de participação possível.

Possível porquê ? Acha que o Governo devia fazer mais para uma presença mais visível do privado ?

Não nos esqueçamos de que o privado precisa de existir e cada vez mais. Ou seja, tem de se criar maiores condições para o sector, que passam pela disponibilização de mais áreas (como a Talatona, por exemplo), infra-estruturadas e regularizadas (possuem escritura).

O Governo não deve sozinho construir projectos. Deve também incorporar oportunidades para o investimento particular com o fornecimento de terras infra-estruturadas e vendê-las na forma de loteamento.

Deste modo, o sector privado compra e mete em prática os seus projectos, impulsionando assim mão-de-obra nacional, crescimento da indústria interna, formação profissional, empregos e a criação de valores de rendimento, através da colheita de impostos pelo próprio Governo.

Como avalia o posicionamento da banca Angolana em relação à sua intervenção nesse segmento, nomeadamente as políticas adoptadas para o acesso ao crédito à habitação ?

A banca é, como sempre, o grande parceiro do Estado para esses grandes projectos. Os bancos comerciais são empresas privadas como quaisquer outras. E como tal, precisam de ter segurança nas suas operações para garantir o lucro.

Penso que, havendo esse entendimento, a banca sempre estará a apoiar essas iniciativas sem qualquer tipo de constrangimento.

6.11 Sonangol e delta acertam criterios para a venda dos imoveis

*Jornal o expansão
16 de Agosto de 2011*

Numa altura em que ainda decorre a primeira fase de inscrições dos candidatos à aquisição de casas na cidade do Kilamba, etapa que se resume na entrega da cópia

do bilhete de identidade e do cartão de contribuinte, o Expansão apurou que existem ainda indefinições quanto aos passos subsequentes. Fonte da empresa contratada pela Sonangol Imobiliária para proceder à comercialização dos imóveis, a Delta Imobiliária, confirmou ao Expansão que estava marcado para esta semana um encontro entre as duas entidades, para definirem os procedimentos a ser cumpridos pelos candidatos, após a conclusão da fase das inscrições.

Criticada por algumas vozes, a falta de critérios previamente definidos em processo do género, no entanto, é considerada “normal” pelo jurista Bruno Dicidi, argumentando tratar-se de uma das brechas do “princípio da liberdade” de que estão revestidos os contratos. “É normal que ocorra esta falta de critério porque estamos em presença de um contrato entre a Delta Imobiliária e a Sonangol Imobiliária e os contratos são de carácter do contrato entre a Sonangol Imobiliária e a Delta Imobiliária, a jurista Pulquéria Van-Dúnem defendeu tratar-se de uma situação incomum, sendo que “o norma seria as pessoas conhecerem as condições (de compra) e depois candidatar-se”. Este cenário apresentado pela jurista é defendido por grande parte dos candidatos que falaram à reportagem. “Mas isto seria o normal num mercado normal em que a oferta e a procura são proporcionais”, argumentou Pulquéria Van-Dúnem para depois acrescentar que a falta de definição não irá causar prejuízos directos aos candidatos e nem deve ser encarada como prenúncio de falta de clareza no processo.

Continuando, acrescentou que a indefinição nos critérios pode ter resultado ainda da desorganização no processo, resultante de alguma inexperiência das partes envolvidas na comercialização de inúmeros imóveis. Porém, algumas vozes temem que a falta de critérios e definições no processo de venda dos imóveis na centralidade do Kilamba venha a provocar gargalos na comercialização e, sequencialmente, especulação dos preços como aconteceu com o projecto Nova Vida, motivando a correcção dos preços no primeiro semestre do ano em curso. “O que aconteceu é que anteriormente o Nova Vida tinha preços demasiado baixos e havia fenómenos especulativos gerados pelos compradores das casas, o Governo teve isso em consideração para alterar os preços porque uma vivenda T4 que foi vendida a 70 mil USD era revendida a 500 mil USD, foi essa razão que esteve na origem da correcção dos preços”, explicou Rui Cruz, da Imogestim, quando anunciava rectificação dos preços. Os mesmos passaram de 112 mil para 230 mil USD, enquanto os apartamentos do tipo T3 subiram de 90 mil para 120 mil USD. Porém, os preços especulativos do Nova Vida têm sido utilizados por algumas pessoas para considerar “baixos” os preços da centralidade do Kilamba, o que “é errado”, no entender da economista Paulo Tomás.

Quem está em condições de comprar? A interrogação que se mantém é sobre quem são as pessoas em condições de adquirir as casas do programa habitacional do Executivo face aos preços praticados. Segundo estudo atribuído ao BIC, apenas pessoas com salário mínimo de 3 mil USD estão em condições de adquirir as da cidade do Kilamba comercializadas entre 120 e 200 mil USD. Tal realidade coloca de parte grande parte dos funcionários públicos, tendo em conta a tabela salarial em vigor, em que o salário mínimo nacional é de 14 mil Kz. Antes de se tornar públicos os preços das casas do Kilamba, o ministro de Estado e chefe da Casa Civil, Carlos Feijó, explicou que o Executivo estava a negociar com a imobiliária no sentido de reduzir o preço que a imobiliária apresentara como sendo o ajustado. “Mesmo com os níveis de redução de encargos fiscais, as conclusões a que a imobiliária está a chegar vão no sentido de ainda assim o preço ser relativamente alto. Por esta razão, estamos a ultimar alguns estudos que permitirão ao Governo reduzir ainda mais estes encargos fiscais para atingir um preço mais acessível.” Garantiu que era intenção da vertente habitacional do programa Angola Jovem do Ministério da Juventude e Desporto, que prevê a construção de várias casas nas dezoito províncias do País. As primeiras noventa casas sorteadas em Luanda estavam orçadas a 170 mil USD, e os sorteados manifestaram-se incapazes de pagar 80 167 Kz por mês, de amortização, durante 20 anos como estava previsto.

O Ministério da Juventude e Desporto, na altura, atribuiu a referida situação a falha no sorteio que foi feito de forma colectiva, ou seja, apenas pessoas com capacidade para adquirir aquelas casas deveriam participar. “O sorteio acabou por seleccionar pessoas sem capacidade económica. Agora assiste-se a uma aceleração na construção das casas de baixa renda porque ficou acordado que aquelas pessoas que não têm capacidade de pagar as casas de média renda aguardassem pelas económicas”, explicou na altura Cardoso José, director nacional da Juventude e Desporto.

Executivo encontrar um preço que permitiria “a recuperação do investimento, mas também “assegurar um preço acessível ao cidadão”. A segunda intenção, entretanto, não foi alcançada para o economista Fernando Heitor, visto que grande parte -da população não tem acesso a 120 mil ou 200 mil USD. O mesmo cenário aventa-se para as casas económicas e os funcionários públicos. No entanto, grande parte dos economistas contactados considera desajustados os preços apresentados para as casas económicas tendo em conta a tabela salarial da função pública. Por exemplo, o Executivo apresentou no passado dia 26 de Agosto o projecto de construção de cinco mil casas económicas nos arredores da centralidade do Kilamba que, segundo estimativa da empreiteira, custa-

rão entre 50 e 60 mil USD. Com estes preços, segundo cálculos do Expansão, estavam em condições de adquirir estas casas as pessoas com salário até ou acima de 100 mil Kz (1000 USD), tendo em conta a política de juro e amortização (12% a 40%/20 anos). Na classe dos enfermeiros, por exemplo, apenas a enfermeira especial do 1.º escalão (117969,60 Kz) estaria em condições de concorrer a quatro das cinco classes existentes, enquanto entre os professores apenas os do 1.º (269 644,80 Kz), 2.º (252 792,00 Kz) e 8.º Escalões (117 969,60 Kz) do 2.º Ciclos do ensino secundário estariam em condições, sendo que os outros salários oscilam entre 30 mil e 55 mil Kz. Entre os técnicos apenas os das categorias especialista principal (123 868,08), o especialista de La classe (112 071,12) e os técnicos especialistas de 2.ª classe (103 223,40) estão em condições de suportar os referidos preços. Perante a incapacidade que grande parte dos funcionários públicos adquirir casas aos preços praticados, a questão que se levanta tem que ver com os projectos para satisfazer a necessidades dos trabalhadores informais onde se pode colocar o trabalhador doméstico em virtude da falta de legislação da actividade.

Defendendo que os preços praticados actualmente são “os mais justos devido aos elevados investimentos requeridos na área imobiliária, e o imperativo que persiste para o retorno desses investimentos”, o director comercial da Imolink, Eugénio Kitumba, reconhece não existir equilíbrio entre “a média salarial e os preços praticados no mercado”. “Por isso, falei o Programa Habitacional do Executivo com o objectivo de minimizar as do País, sobretudo em Luanda, o de sete projectos, sendo uns de e outros de cariz comercial. Os p às pessoas que residem em zona Estado. A zona do Panguila e dos projectos, enquanto o Nova Vida são os destaques entre os projecto também se pode agrupar o projecto Angola Jovem. Considerado o prioridade do Executivo, o Nova Vida teve i para duas fases.

Entrevista da página 6] de uma eventual subvenção desses preços, com o concurso da banca nacional para permitir que a maioria dos cidadãos nacionais possam ter casa própria.”Continuando, Eugénio Kitumba sublinha que “o Estado é o órgão que regula e gere o mercado”, pelo que “deve ter formas de adoptar políticas para tentar afrouxar os custos”, sublinhando a necessidade de o mercado atingir o “equilíbrio entre a procura e a oferta”. O Governo tem estado a desenvolver projectos habitacionais desde 2002 com o objectivo de minimizar as dificuldades no sector, sobretudo na capital do País, onde se contabilizam cerca de sete projectos entre os quais os de carácter meramente social (destinados a acolher pessoas a viver em zona de risco ou de interesse do Governo) e os de carácter meramente comercial, como são os casos do Nova Vida, Kilamba e Angola Jovem.

6.12 País pode gerar receitas com a regularização fundiária

Jornal expansão

16 de Agosto de 2011

Dados das Nações Unidas apontam que 3, 2 mil milhões de habitantes no mundo vivem em cidades e deste número pelo menos 1000 milhões vivem em zonas suburbanas, musseques ou favelas. A previsão, segundo a mesma organização, é que nos próximos 20 anos o mundo conte com 8 mil milhões de habitantes, destes, 5 vão viver em cidades e 3 vão viver em condições de habitabilidade precária.

Boa parte do crescimento urbano no século XXI está a acontecer em países em desenvolvimento, por isso, prevê-se que os problemas, no futuro, serão urbanos. Em Angola a situação não é diferente, porquanto houve fluxo migratório em relação aos países vizinhos e sobretudo migração interna de pessoas do campo para as pequenas cidades, e destas para as grandes cidades.

Segundo o programa das Nações Unidas para os assentamentos humanos (UN-HABITAT) actualmente 57% da população Angolana vive nas zonas urbanas e as projecções apontam para um crescimento na ordem dos 2,8% ao ano.

Estes dados foram avançados na II Reunião Internacional de Peritos sobre os Assentamentos Urbanos, realizada na província do Huambo, sob o lema, “Planear, Requalificar e Regular”.O evento em forma de Workshop foi promovido pelo Ministério do Urbanismo e Construção, com o objectivo de fazer recomendações que possam traduzir-se num plano de acção imediato, da estratégia do planeamento urbano participativo que integra respostas de curto, médio e longo prazo.

Especialistas internacionais que dissertaram no evento apontaram possíveis caminhos que o País pode seguir para resolver o problema habitacional face ao crescimento das zonas urbanas. Uma das medidas adoptadas, de acordo com o representante da Namíbia, Herman Strydom, é a regularização fundiária. Segundo disse, através deste processo, o País poderá arrecadar receitas para resolver outros problemas infra-estruturas. “Na Namíbia existem 220 mil lotes demarcados, 14 fazendas e todos os terrenos são registados, constituindo desta forma uma base de rendimento do Estado, que arrecada 35 milhões USD anualmente, através de impostos e venda de terrenos”, adiantou Herman Strydom.

Por sua vez, o presidente do Conselho Europeu de Urbanistas, João Teixeira, defendeu a necessidade da criação de uma indústria de habitação no País, entendida aqui como o sistema de registo, da facilitação do crédito

à habitação, a existência de produtores de materiais de construção. Ou seja, todos os equipamentos são necessários à habitação, dado que as perspectivas populacionais para Angola apresentam uma taxa de crescimento muito alta. Na sua intervenção, o ministro do Urbanismo e Construção, Fernando Alberto da Fonseca, disse que o Executivo está a implementar o seu Programa Nacional de Habitação para dar resposta ao défice habitacional no País. O governante frisou que 70% da população Angolana não tem habitação condigna. Por este facto, a Comissão Nacional de Habitação optou também pela construção de casas sociais nas reservas fundiárias identificadas em todos os municípios do País, com vista a assegurar o acesso a todas as camadas da sociedade.

“Estamos cientes de que ainda temos muito por fazer. O desemprego é alto, e o País é importador de alimentos, o que contribui para o encarecimento do custo de vida. A grande maioria da população urbana está fora da economia formal, e a sua renda é precária”, reconheceu o governante.

6.13 Cidade do Kilamba: reviravolta nos preços ?

Jornal O País
16 de Setembro de 2011

Durante o acto de massas de quinta – feira no pavilhão da Cidadela Desportiva de Luanda, o MPLA, na pessoa do seu primeiro secretário na capital, Bento Bento, avançou com um anúncio que poderá suavizar os anti-corpos levantados por aquilo que boa parte dos interessados chama de “surpresa dos preços” dos fogos habitacionais da Cidade do Kilamba.

Na sua alocação, com efeito, Bento Bento deu a entender que o Chefe de Estado, José Eduardo dos Santos – que como se sabe é também o Presidente do MPLA – considera a possibilidade de adoptar novas medidas relativamente àquela centralidade, que podem estar relacionadas com uma mexida nos preços, tidos como “demasiado afastados” das reais capacidades de reembolso dos cidadãos.

“O camarada Presidente está a reflectir sobre as casas do Kilamba”, disse sem grandes detalhes o secretário do MPLA na capital.

Apesar de enigmática, foi uma das referências mais aplaudidas no rol de abordagens sociais que o político fez, capítulo em que aproveitou para desancar, novamente, sobre os seus adversários. Falou das dificuldades no abastecimento de água e fornecimento de energia eléctrica, realidades que ninguém, de resto, escamoteia,

mas realçou os esforços que o *Executivo empreende para que o quadro seja mudado. Sarcástico, perguntou se o facto de que “não há água, não há energia, dá direito a marchar com pedras e paus e promover a arruaça ?”*

6.14 Taxas da nova cidade já entraram em vigor

Jornal de Angola
17 de Setembro de 2011

O Presidente José Eduardo dos Santos, no uso das prerrogativas que a Constituição lhe confere, promulgou e mandou publicar vários Decretos Presidenciais. Segundo uma nota da Secretaria para Assuntos de Comunicação Institucional e Imprensa do Presidente da República, entre os diplomas constam os que aprovam o Regime de Taxas da Cidade do Kilamba e o Quadro Conceptual das Reservas Internacionais. Fazem igualmente parte o decreto que transfere provisoriamente a gestão do Sistema Hidráulico do Kikuxi do Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas para o Ministério da Energia e Aguas. O documento dá ainda conta que fazem parte destes decretos o que aprova o Protocolo de Cooperação Económica e Financeira entre Angola e a Guiné- Bissau e ainda os que aprovam os estatutos orgânicos do Centro Nacional de Investigação e do Instituto Nacional de Avaliação e acreditação do Ensino Superior.

6.15 Primeiras casas entregues em Dezembro

Jornal de Angola
18 de Setembro de 2011

Em dia de feriado nacional, data em que o país rende homenagem à memória do fundador da nação, Agostinho Neto, o Chefe de Estado desenvolveu, ontem, uma intensa jornada de campo, visitando algumas obras de impacto socio-económico, como as novas centralidades do Cacuaco, projecto que contempla mais de 20 mil habitações, e do Quilómetro 44, cujo projecto contempla igual número de casas. Acompanhado por uma delegação composta por ministros e altos responsáveis do seu gabinete, o Presidente José Eduardo dos Santos começou a jornada, precisamente, na nova urbe do Cacuaco, onde cumprimentou o colectivo de trabalhadores, entre técnicos e engenheiros, Angolanos e chineses, e visitou um dos apartamentos já concluídos. Até Dezembro próximo, vão ser entregues pelo menos 10 mil fogos habitacionais.

No local, José Eduardo dos Santos recebeu explicações pormenorizadas sobre o material que está a ser utilizado, o curso das obras e também a observação de prazos.

O projecto habitacional, com obras a cargo da China TieSiju Civil Engineering Co. Ltd, conta com uma área total de construção de 1.718.881 metros quadrados, dos quais 1.643.881 se destinam à construção de residências. O cronograma geral de execução dos trabalhos indica que a conclusão da parte referente às residências está prevista para Dezembro de 2012, que vão ser entregues em quatro etapas.

O Jornal de Angola apurou que, por exigência do dono da obra, a Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), a empreiteira já completou a proposta de infra-estrutura e a de acessos, além do plano de recursos humanos e de equipamentos. Em declarações aos jornalistas, o administrador municipal do Cacuo disse que o projecto demonstra a vontade e a preocupação do Executivo em proporcionar à população casas com condições óptimas de habitabilidade.

Cafussa acrescentou que o seu município vai ganhar uma obra de grande impacto, cujo reflexo imediato vai ser diminuir o fluxo de luandenses que querem adquirir casa na Cidade do Kilamba.

“Cacuaco vai ganhar uma nova cidade que a todos nós vai orgulhar, porque, de certo modo, também vai trazer valências enormes que devem ser consideradas em termos de desenvolvimento desta região de Luanda”, disse o administrador, acrescentando que gostava que obras desta grandeza “sejam vistas pela nossa população como mais uma prova inequívoca do esforço que o Executivo tem estado a empreender, tendo em conta o conceito de proporcionar melhores condições de habitabilidade. Portanto, o que se quer é que a população deixe de tomar de assalto aqueles espaços que, no futuro, vão constituir o exemplo desta centralidade e de outras que temos a surgir no país”.

Esta centralidade vai ser uma alternativa, para as pessoas escolherem livremente se pretendem ficar na do Kilamba, de Cacuo ou Zango, pois está garantida a disponibilidade de todos os serviços que vão permitir aos habitantes desta nova urbe viverem com autonomia, sem necessidade de se deslocarem ao centro da cidade ou a outra centralidade próxima para ter acesso a um bem ou serviço público. Na nova centralidade do Cacuo, além de habitações, estarão igualmente disponíveis áreas de serviços, comércio, restauração, equipamentos sociais, de turismo, infra-estrutura urbana, indústrias, armazéns, lazer, estadia, estruturas verdes de urbanização, e rede viária urbana e estacionamento.

A jornada de campo do Presidente da República teve como segunda paragem o Quilómetro 44, zona de Sanzala Grande, no Bengo, onde está a ser edificada, a ritmo acelerado, uma nova urbe, composta por edifícios

geminados de dois pisos, com apartamentos de tipo T3. Também propriedade da Anip, o projecto habitacional contempla mais de 400 edifícios, com acessibilidades por terra para vários pontos de Luanda. A primeira fase, aprazada para Dezembro, contempla mais de dez mil habitações.

Casas de qualidade e a bom preço

A terceira e derradeira etapa da jornada foi a localidade do Zango 1, onde José Eduardo dos Santos tomou contacto com três modelos de habitações apresentados pela empreiteira chinesa China International Fund Limited. Trata-se de casas de tipo “Conforto A”, “Conforto B” e “Económico”, sendo os dois primeiros modelos compostos por três quartos, igual número à e WC, cozinha, corredor e quintal.

Durante aproximadamente meia hora, o Presidente da República percorreu os compartimentos dos três modelos. As casas do tipo A têm uma área de 85,87m² (metros quadrados), com um quintal de 600m², e custam 60 mil dólares cada, enquanto as do tipo “Conforto B” ocupam uma área de construção de 72,44m² e quintal de 300m², no valor de 45 mil dólares.

As “casas Económicas” ocupam uma área de 68,7m², de superfície, um quintal de 150m² e possuem três quartos, uma cozinha, casa de banho, sendo o preço estipulado de 20 mil dólares. Segundo o empreiteiro, a distribuição dos quartos, a forma, cobertura de chapa betuminosa e a cor, correspondem às características africanas.

As habitações, projectadas para 50 anos (com opção para permanente), são “ajardinadas e com estilo de vida confortável, económico e seguro e enquadram-se no programa habitacional do Executivo Angolano”.

O projecto habitacional está aberto ao concurso dos governos provinciais e também às entidades particulares, que podem fazer encomendas de qualquer modelo de casas para construir onde quiserem, desde que seja feita em espaços cuja titularidade esteja legalmente constituída.

6.16 Materiais de construção estão cada vez mais caros

Jornal de Angola
19 de Setembro de 2011

Construir no Uíge está cada vez mais difícil. Nos últimos meses, a província registou uma subida vertiginosa dos preços dos materiais de construção, nos pontos de venda habituais, onde as empreiteiras e pessoas singulares adquirem o material para erguerem moradias,

estabelecimentos comerciais e outras infra-estruturas sociais. Até Julho deste ano, uma chapa de zinco, por exemplo, custava 650 Kwanzas, encontrando-se actualmente, no famosíssimo quintalão do bairro Quixicongo, a 1.300. A situação deixa preocupados os cidadãos residentes na província, cada vez mais interessados em possuírem casa própria, mas a esquivarem-se dos valores altíssimos no arrendamento de imóveis, sobre tudo na cidade do Uíge e arredores.

“Os preços dos materiais de construção, particularmente as chapas de zinco, estão muito elevados. Para muitos desempregados, como eu, preciso um milagre para se conseguir juntar dinheiro para comprar 20 folhas de chapa”, disse Zelha Malungo, que está a construir a sua residência no município do Uíge.

Os principais materiais necessários para a construção de casas de média e baixa renda, projectadas no programa habitacional do Executivo, como chapas de zinco onduladas e caneladas, tintas, cimento, e outros, são encontrados em poucas quantidades em lojas ou armazéns, factor que está a influenciar a subida dos preços dos mesmos.

João Manuel, vendedor do mercado do Quixicongo, comercializa portas e janelas de madeira, chapas, ferros, entre outros materiais. O jovem diz que a subida de preços se deve à escassez dos mesmos na província.

“O preço dos artigos de construção sofreu uma certa alteração, nos últimos tempos, porque há pouco material no mercado e a procura é superior à oferta”, referiu. Actualmente, as chapas de zinco onduladas estão a ser comercializadas a 1.300 kwanzas e as caneladas dois mil. Um varão de 10 milímetros varia entre 1.800 e dois mil kwanzas.

Um funcionário das Organizações Wamba, uma das maiores empresas de comercialização de materiais de construção civil da província, referiu que as chapas de losalite, mosaicos e tintas, são as que mais faltam no mercado local, por isso é que os preços estão cada vez mais alto.

6.17 Administração do município doou chapas

Jornal de Angola
20 de Setembro de 2011

A administração municipal de Caculama começou recentemente a distribuição de terrenos e chapas de zinco aos funcionários públicos e população que esteve deslocada do município, para construir a sua casa. Segundo o administrador Serrote Gio, a iniciativa pretende ajudar as populações com poucos recursos a terem casa própria e minimizar os problemas no domínio habi-

tacional. Ainda em Caculama, as autoridades administrativas estão a envidar esforços no sentido de construir mais salas de aulas para, no próximo ano lectivo, procurar ter o maior número possível de alunos integrado no sistema de ensino.

O administrador Serrote Gio disse existir um total de 559 crianças que não se encontram a estudar, tendo acrescentado que a luta das entidades ligadas ao sector da educação naquela região de Malange é no sentido de inserir todas as crianças no processo educativo. No quadro do Programa de Combate à Pobreza, a administração de Caculama construiu postos de saúde e escolas nas comunas de Muquixe e Kaxinga. Além destas estruturas, foram também construídas unidades policiais para permitir a acomodação condigna dos homens que garantem a ordem e tranquilidade pública. Está em curso a construção de diversas infra-estruturas sociais e económicas.

6.18 Executivo quer acelerar entrega de habitação

Jornal de Economia
20 de Setembro de 2011

O Presidente da República José Eduardo dos Santos, empreendeu, sábado último, em Luanda, uma intensa jornada de campo que serviu para constatar no essencial o andamento das obras de edificação de casas sociais.

Durante a sua visita ao projecto residencial do Zango I, município de Viana, em Luanda, o Chefe do Executivo Angolano, acompanhado de ministros e funcionários do seu gabinete, constatou os diferentes modelos de habitação que a empresa chinesa, encarregue pelos trabalhos, executa. São casas do tipo A, B e Económico, sendo os dois primeiros modelos compostos de três quartos, igual número de WC, cozinha, corredor e quintal.

As casas do tipo A medem 85,87 metros quadrados, com um quintal de 600 m², e custam 60 mil dólares cada, enquanto as do tipo B ocupam uma área de construção de 72,44 metros quadrados e quintal de 300 m², no valor de 45 mil dólares.

Já as Casas económicas, ocuparão uma área 68,7 l^o m² de superfície, um quintal de 150 e computarão três quartos, Uma cozinha, casa de banho e vão ser comercializadas ao preço de 20 mil dólares.

Conforme constatação da equipa presidencial; a distribuição dos quartos, forma, cobertura de chapa betuminosa e a cor correspondem às características sócio-culturais dos africanos.

Responsáveis da empresa construtora avançaram que as casas foram projectadas para um período igualou superior a 50 anos, são ajardinadas, o que cria um estilo de vida confortável, económico e seguro. Este projecto enquadra-se no programa habitacional do Executivo Angolano. A fonte disse, igualmente, que os governos provinciais e os cidadãos interessados poderão recorrer à empresa para encomendar a construção de casas conforme os modelos expostos.

6.19 Estado revela aumento de habitações com a construção de vários projectos

Jornal de Angola
25 de Setembro de 2011

O ministro do Urbanismo e Construção revelou que a província de Luanda apresenta uma necessidade de cerca de 60 mil novas habitações sociais por ano, em função do seu crescimento demográfico.

Fernando Fonseca, que citava um estudo realizado sobre a matéria apresentado na sexta-feira durante o jantar-conferência sobre a política habitacional, garantiu que o desafio do Executivo é responder a essas carências à medida das suas capacidades financeiras e prioridades.

Segundo indicou, em 1990 havia a necessidade de construção de 485.267 habitações no país, mas em 2004, o Executivo já tinha reduzido o défice habitacional em cerca de 60 por cento, com a construção de vários projectos. Em 2006, a carência aumentou para 878.068 habitações, numa estimativa de 15 milhões de habitantes em todo o território nacional.

Na província de Luanda, calculava-se que, em 2004, havia um défice de 170 mil habitações.

O ministro indicou que entre 1993 e 2005 foram desenvolvidas em Luanda múltiplas operações de realojamento, como a construção de mais de três mil casas económicas no Projecto Morar, 6.300 casas nos projectos Zango, Panguila e Sapú na província de Luanda.

Aumentaram, igualmente, a oferta de habitações sociais em Luanda o projecto de casas económicas no Camama, a Vila Chinesa, em Viana, o projecto Nova Vida. Estes projectos, segundo Fernando Fonseca, foram “sinais positivos” da atenção dispensada pelo Estado à satisfação das preocupações da população neste domínio. O ministro do Urbanismo e Construção disse que o país conheceu igualmente um aumento considerável de habitações, com a elaboração de legislação para o sector.

O ano 2006, segundo o ministro, foi o que maior crescimento apresentou no sector imobiliário.

6.20 Direcção dos caminhos-de-ferro e moradores da Precol de costas viradas

Angolense
De 27 de Agosto
a 03 de Setembro de 2011

De acordo com os inquilinos, a primeira grande discórdia prende-se com o facto de o arrendatário ser obrigado proceder à devolução do imóvel findo o contrato, que é de um ano, ou em caso de mudança ou abandono deste, salvo acordo com o senhorio. Para os moradores, esta é uma cláusula “armadilha da”, na medida em que o senhorio pode decidir pela não renovação e mandar “despejar” os inquilinos. “Estamos todos receosos, porque já vimos muitas vezes pessoas a serem corridas das suas próprias casas e nós ficamos tristes com isto, já que o que acontece com os outros, pode também acontecer connosco”. O segundo aspecto da discórdia, que consideram dos mais graves, tem a ver com o facto de o imóvel, sendo objecto de contrato, serem intransmissíveis, não podendo ser cedidos a um ascendente ou descendente do arrendatário. “Como é que o meu filho não vai herdar a casa, se nasceu aqui e esta casa é do pai dele? questionou uma das moradoras.

De realçar que os moradores dizem estar naquelas residências desde 1974, tendo sido cedidas aos antigos funcionários dos Caminhos-de-ferro de Luanda, todos eles já falecidos. Neste momento, as viúvas dizem-se injustiçadas pelo facto de estarem naquelas residências há mais de trinta anos e não lhes terem sido vendidas. Aqueles inquilinos, esperam ainda que as respectivas residências, num total de dezasseis, lhes sejam vendidas, pois nem querem ouvir falar em outros compradores que não sejam eles. “Se for para vender, tinham que vender a nós”, reclamou um dos herdeiros, que questiona a autenticidade do documento. Embora no contrato não venha escrito, os moradores revelaram que o valor do arrendamento está no valor de 75 dólares, ao contrário dos 2 mil e quinhentos Kwanzas, a semelhança do que os funcionários do Porto de Luanda pagam. “Se o decreto é o mesmo, como é que os funcionários dos caminhos-de-ferro pagam um preço e os do Porto pagam outro? O arrendamento não é justo, há uma grande diferença, porque o Porto de Luanda trata os seus inquilinos com mais dignidade”, elogiou um dos inquilinos que pediu anonimato, para além de que o valor da renda para os anos subsequentes será sujeito a uma renegociação com o interesse das partes, mas como a “corda rebenta sempre do lado mais fraco, os inquilinos receiam que o senhorio venha a estipular preços exorbitantes e usar o pretexto do não pagamento para desalojar as pessoas.

De acordo com os discordantes, depois da morte de alguns funcionários dos Caminhos-de-ferro de Luanda, as suas viúvas foram retiradas dos domicílios. São os casos de Maria Domingos de Almeida, de 74 anos, Teresa António da Costa, 68 anos entre outros exemplos. Para Fernão “Fulà”, um dos moradores daquela zona, o que espanta é a atitude vinda de uma entidade do Estado, que vem encurralar as populações ao invés de as proteger. “Há um esforço muito grande para concedermos melhores condições de vida ao nosso povo. Estranhamente, uma empresa do Estado, que visa apoiar as políticas de desenvolvimento e de apoio social vem com este tipo de atitude desumana, disse o também militante do MPLA, tendo acrescentado ser urgente a resolução deste problema, por se tratar de famílias de trabalhadores que durante várias décadas, desde a independência nacional, deram tudo para a construção e manutenção dos caminhos-de-ferro.

6.21 Programa Angola Jovem promove o auto emprego

Jornal de Angola

28 de Setembro de 2011

O “Angola Jovem”, promovido, desde há três anos, pelo Ministério da Juventude e Desportos, em parceria com bancos comerciais nacionais, tem fomentado o auto emprego na Huíla, disse, ao Jornal de Angola, uma fonte ligada ao programa.

O director da Juventude e Desportos na Huíla afirmou que, com a concretização do programa Angola Jovem em vários pontos da província, “são superados múltiplos problemas” e satisfeitos “anseios e expectativas dos jovens, fundamentalmente nos domínios do emprego, habitação, formação técnico-profissional e académica e ocupação dos tempos livres”.

A materialização do programa, que engloba o crédito jovem, auto emprego, infra-estruturas, autoconstrução dirigida, formação profissional em várias áreas da construção civil e distribuição de instrumentos de trabalho, referiu Francisco Barros, já contemplou um número considerável de jovens.

As 87 cooperativas, que agrupam 940 jovens, de ambos os sexos, criadas no âmbito do programa, declarou, prestam serviços, a nível do comércio, pequena indústria, construção civil e agro-pecuária. Em bairros dos municípios do Lubango, Chibia, Humpata, Cacula, Cuvango, Gambos e Matala, disse, há pequenos estabelecimentos comerciais, com os produtos mais procurados, criadores de animais para o fomento do comércio e artesãos.

Naqueles municípios, 374 cooperativas receberam instrumentos de trabalho destinados a engraxadores,

lavadores de viaturas, recauchutagem, mecânica auto e máquinas de fabrico de gelados e pipocas. Dentro do mesmo processo, foram entregues, a jovens com talento para a música, 26 pianos e outras tantas violas. Até ao momento, foram concluídos processos relativos ao Crédito Jovem que beneficiam 101 novas cooperativas que, a qualquer momento, iniciam a actividade, anunciou, acrescentando que o Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) procede à elaboração de 47 processos de planos de negócios. Os jovens sem ocupação, sugeriu, devem dirigir-se aos sobas, chefes de povoações, administradores comunais e municipais e às associações juvenis para se inteirarem dos programas que têm por objectivo a sua integração social.

Os jovens organizados, adiantou, podem recorrer à direcção da Juventude e Desportos, Instituto Nacional de Apoio a Pequenas e Médias Empresas e cooperativas para ficarem a saber que oportunidades têm de obtenção de micro-crédito, os locais onde podem frequentar cursos de formação profissional e quais os instrumentos de trabalho disponíveis.

Francisco Barros elogiou as associações de jovens com “êxito na prestação de serviços e facturação animadora”, referindo as cooperativas de recauchutagem, com 186 elementos, de mecânica, com 144, e de pedreiro, com 156, como as que têm mais pessoas a trabalhar.

Autoconstrução dirigida

O programa de autoconstrução dirigida envolve um número considerável de jovens associados em agremiações desportivas, partidárias, culturais e universitárias. Ao todo, foram distribuídos 300 lotes, cada um deles com mil metros quadrados. Nas zonas das novas urbanizações – com terrenos preparados e divididos em talhões pelo governo provincial – foram distribuídos dez mil lotes, sendo visível o empenho de jovens e empresas na construção de casas.

Na Chimukwa, Chavola, Mutundo, Eywa, nos arredores da cidade do Lubango, já é possível ver casas, com arquitectura modernas, em construção.

“O programa de construção de habitação na província vai muito bem em termos de concessão de terrenos, levantamento de reservas fundiárias e criação das bases gerais para o seu desenvolvimento”, afirmou o governador da Huíla, Isaac Maria dos Anjos.

Em construção, referiu, estão mais de quatro mil casas em vários pontos da província, maioritariamente nos municípios do Lubango, Chibia e Humpata.

O director provincial da Juventude elogiou a atribuição de espaços para construção com o respectivo título de propriedade, o que, disse, permite aos jovens beneficiarem de financiamento bancário.

“O título de propriedade é o documento fundamental para a obtenção de crédito, pelo que os que o têm deve conservá-lo”, alertou. No âmbito do programa de autoconstrução dirigido pelo Ministério da Juventude e Desportos, iniciado em 2007, foram distribuídos cem kits constituídos por vários materiais de construção civil – chapas de zinco, carros de mão, fechaduras, dobradiças e outros utensílios aos jovens mais necessitados, disse Francisco Barros.

Jovens recebem casas

Os jovens elogiaram o programa de construção e distribuição de 92 de casas do tipo T2 no bairro da Chavola, arredores da cidade do Lubango.

Sílvia Ima Panzo, funcionária pública, uma das contempladas, afirmou, ao Jornal de Angola, que realizou um sonho, pois possuir casa própria é “indispensável para ter marido e constituir família”.

Os beneficiados disseram estar igualmente satisfeitos com as modalidades de pagamento da casa, no valor equivalente em Kwanzas a 40’ mil dólares:

“Entregamos, de entrada, o equivalente a quatro mil dólares e o resto é descontado no salário durante 15 a 20 anos, conforme opção de cada um”.

As obras de construção das 92 casas estão orçadas em 2,7 milhões de dólares e foram financiadas pelo Executivo. Francisco Barros manifestou a esperança das novas casas incentivarem o regresso à Huíla de jovens formados que vivem noutros pontos do país e que podem vir a contribuir para o desenvolvimento da província.

“Há muitos jovens professores, enfermeiros, médicos, gestores, economistas e juizes que só não regressam às zonas origem por falta de incentivos”, declarou, sublinhando:

“As casas vão proporcionar o regresso de muitos técnicos que vivem há muitos anos em outras partes de Angola”.

7 TERRA

7.1 Desalojados da «cintura verde» atirados ao Camama

Semanário Angolense
03 de Setembro de 2011

Depois de inúmeras denúncias, o *Semanário Angolense* confirmou nesta semana o que os desalojados da «Cintura Verde» diziam a respeito das suas penosas vidas, que, segundo eles, eram uma arrepiante noção de humanidade.

Quando chegámos ao local, o relógio marcava já 11 horas e alguns minutos de terça-feira, 30, e fomos recebidos por um aglomerado de pessoas, em casebres improvisados com sacos usados e sujos, achados em qualquer esquina, com cobertura de papelões velhos, para se abrigarem do sol brando que precede à época chuvosa e de intempéries.

Com as mãos no rosto, procuravam acertar as ideias, pois, a época chuvosa já se faz anunciar. De mobílias, só pedaços, simbolizando a acção do «kamortelo» sobre as suas residências, não poupando nada, nem mesmo os agasalhos. Enfim, um acto selvático que levou todos os populares a sentir novamente a crueldade da «guerra» em tempo de paz.

As cerca de oitocentas famílias que residiam na «Cintura Verde», no bairro Mbondo Chape, comuna do Camama, município do Kilamba Kiaxi, na capital do país, foram atirados à sua sorte, de forma tão grosseira, numa clara animalização daqueles que pedem apenas dignidade e direito à habitação.

A acção de desalojamento, iniciada na manhã do dia 7 de Julho do ano de 2008, em que o «kamartelo» do Governo Provincial de Luanda e fiscais foi protegido por um forte cordão de segurança formado por elementos das Forças Armadas Angolanas e a Polícia Nacional, numa composição que totalizou cerca de uma centena de homens, “tomou de «assalto» a favela. Os que estavam nas suas casas, podiam sair, mas aos que se encontravam fora, não era permitido entrar.

Acto contínuo, sem que se desse explicações a ninguém, começara então a fase de execução da demolição, enquanto uns tentavam, sob risco, aproveitar conservar parte dos seus haveres. Face à ostentação de força intimidatória, as vítimas nada puderam fazer, pois a acção destrutiva não contou com a presença de nenhum membro da Administração Municipal do Kilamba Kiaxi.

Ao cair da tarde, a equipa que esteve em serviço de demolição foi substituída por uma outra, que instalara uma unidade militar, que lá permaneceu uma semana, com a rotação de homens munidos de armas ligeiras e pesadas.

Após a demolição, os desalojados viram-se obrigados a «alojar-se» em árvores que havia a 200 metros do local da acção demolidora. Em meio a grande insatisfação e desespero, os estropiados decidiram pedir explicações à Administração Municipal, que não acreditava. No dia 5 de Agosto do mesmo ano, uma comissão, integrada também pelo administrador municipal, compareceu no local e constatou «insitu», a dura realidade daqueles populares, tratados abaixo de cão. Dois meses depois de terem vivido o drama, os desalojados viram-se forçados a abandonar o local, devido a acções de vandalismo que têm ocorrido, protagonizado por elementos até ao momento não identificados e que, empunhando armas de fogo, batiam e violavam mulheres, para além de destruírem o nada que havia de móveis.

A fuga

Numa noite fria, mas quente de agitação, os populares foram submetidos a um teste do tipo salvasse quem puder. O destino foi o Cap 78, junto à comissão de moradores do Mbondo Chape, onde, num gesto humanista e magnânimo, uma cidadã, conhecida apenas como Rosa, emprestou o seu terreno para acolher aquela gente desprotegida.

No seu terreno encontram-se 800 famílias em condições de extrema pobreza, que, para além de estarem acometidas de doenças várias, resultantes da desnutrição, estão desprovidas de assistência médica e medicamentosa. Ao longo desse tempo, os assaltos não cessaram, tendo numa das acções, no dia 10 de Fevereiro de 2009, desaparecido uma criança, de oito anos, e deixado um número elevado de feridos.

Exaustos, escreveram para a Administração Municipal do Kilamba Kiaxi, dando a conhecer o sucedido. Na missiva, os desalojados solicitavam segurança, devido à onda de assaltos que haviam tomado a zona.

Em meio a todo este sofrimento, as vítimas tentaram, sem sucesso, bater à porta do presidente da República, Governo Provincial de Luanda, da Casa Civil e a Assembleia Nacional.

Entretanto, o mutismo dessas instituições criou um grande alvoroço e revolta no seio dos cidadãos, que, em retaliação, ameaçam cortar o vínculo de militantes do MPLA, por, na sua óptica, não estar a resolver os problemas do povo.

Segundo alguns dos desalojados, em conversa com o SA, nunca se levantou a possibilidade de um realojamento, razão que os tem levado a uma situação de total desconforto, agravado pelo facto de estarem num espaço privado e que, a qualquer instante, a proprietária poderá solicitar. Para o coordenador do bairro; Agostinho Sebastião Zagi, já estiveram reunidos com a então governadora, Francisca do Espírito Santo, que, na altura, negou que tivesse conhecimento do assunto, tendo orientado os passos a dar para que se pudesse resolver o assunto. Assim sendo, cumpriram as orientações, mas «nada mais foi feito, porque o administrador municipal, José Francisco Correia, encaminhou o caso ao seu adjunto, Avelino Manuel da Costa, que «nos abandonou e até à data presente, não resolveu o problema.»

Desde a última informação: de que a documentação já se encontrava na área habitacional do GPL, nada mais transpirou que viesse aliviar o sofrimento daqueles flagelados.

«Estamos a morrer lentamente, eu, que cheguei aqui com dois fios de cabelos brancos, hoje, tenho toda a cabeça branca, «através» dos pensamentos, porque até hoje, não há transparência quanto à nossa estada aqui nem o dia nem a hora que vamos sair daqui. Nós nunca tivemos advogado, mas estamos a pedir socorro, estamos a pedir socorro», desabafou, com o rosto banhado em lágrimas. Marcela Cabaça Bartolomeu, outra desalojada, acrescentou que, depois de os homens terem andado muito, foi a vez das mulheres, que, nas suas andanças, chegaram às Administrações Comunal e Municipal, que, também, não conseguiam dar solução. Numa das passagens pela administração, um dos funcionários ter-lhes-á dito: «Se os Papás deixaram de andar, é porque estão a sentir na carne e no osso.» Depois foram ter com o administrador adjunto, Erasmo, que lhes deu «muitas voltas», dizendo que «existe muita gente como vocês.»

«Nós dissemos que os outros estão nas tendas e nós estamos nos sacos. Só estamos a pedir ajuda, mas as pessoas não nos vêm ajudar, até parece que não conhecem o lugar onde estamos. Mas quando é actividade do partido, os autocarros aparecem aqui para buscar as mamás burras», lamentou.

7.2 Organizações civis saúdam suspensão das demolições no Lubango

Novo jornal

9 de Setembro de 2011

A decisão do executivo de Isaac dos Anjos de suspender de início de mais uma vaga de demolições, que abrangiam o bairro Dr. António Agostinho Neto, conhecido por Arco-Íris, alegadamente por falta de condições, foi saudada pelas associações Construindo Comunidades

(ACC) e Mãos Livres, duas organizações não governamentais ligadas à defesa dos direitos humanos na província da HUI1a. O padre Jacinto Pio Wacussanga, coordenador executivo da ACC, organização que desde os primórdios, ao lado da congénere de Benguela, Omunga, se bateu contra a forma como as demolições de 2010 decorreram: disse que a decisão, foi o resultado de um conjunto de pressões exercidas, externa e internamente, sobre o governo de Isaac dos Anjos.

As denúncias das organizações locais e os sinais de insatisfação verificados no interior do próprio partido no poder terão sido decisivos no “reco” da decisão, disse o sacerdote católico, para quem os apelos das organizações internacionais sobre a necessidade de observância do respeito pelas normas dos direitos humanos também pesou no desfecho das demolições, que deveriam ter arrancado no mês de Setembro.

No entender do padre Jacinto Pio Wacussanga, cuja organização que dirige há muito se vem batendo em prol das vítimas das demolições, novas destruições trariam um grande desgaste na imagem do governador, Isaac dos Anjos. “Não é bom que um governador tão inteligente como é o nosso, com tantos projectos na área imobiliária e no reordenamento da cidade se meta a fazer coisas que ferem as fímbrias de crime contra a humanidade. Não é bom que isso se repita” rematou. Por seu turno, Jeremias “Simão, coordenador regional sul da Associação Mãos Livres, encarou a decisão do governo da HUI1a como um reco. E disse-se surpreendido pelo facto de o executivo de Isaac dos Anjos ter alegado falta de condições para avançar para as demolições. Isto porque, na sua visão, os desalojamentos de 2010 foram feitos nas mesmas circunstâncias: “sem condições”.

Mais contundente, Jeremias Simão disse que seria um “genocídio da população” tirar as famílias das suas pobres casas e levá-las para uma “mata”. Gesto com consequências • graves, sobretudo, em crianças em idade escolar. Jeremias Simão foi mais longe e apontou também as eleições de 2012 como razão que teria pesado na decisão final em não avançar para as demolições.

7.3 Terreno preparado para casas

Jornal de Angola

10 de Setembro de 2011

O Instituto Nacional de Desminagem entregou oficialmente, na quarta-feira, ao governo do Uíge, livre de engenhos explosivos, a reserva fundiária do Quipumba II, onde vão ser construídas 200 casas sociais.

As 200 casas no Quipumba II, a cerca de dois quilómetros da sede municipal de Mucaba, fazem parte do pro-

gramado Executivo Angolano a construção, até 2012, de um milhão de fogos habitacionais. Dos 573.460 metros quadrados de terrenos pesquisados em 91.605 metros quadrados foram removidos engenhos explosivos e outros metais. O representante do Instituto Nacional de Desminagem disse, ao Jornal de Angola, que a operação durou sete meses e permitiu a remoção de uma mina anti-pessoal do tipo M3 5, -4- engenhos explosivos, entre os quais obuses de canhão PG-9, canhão de 75 mm, D-6, morteiros de 60 mm, RPG-7, propulsores e munições de Castor e Zu. Mais de 16 mil objectos metálicos diversos também foram removidos do local. A administradora municipal adjunta de Mucaba, Adelina de Fátima, anunciou que o início da construção das casas sociais está previsto para o último trimestre deste ano.

7.4 Ex-moradores da Boavista vivem melhores dias

Semanário Factual

De 10 a 17 de Setembro de 2011

Milhares de antigos moradores das favelas da Boavista, agora a residirem no Zango, na comuna do Calumbo, município de Viana, reconhecem ter havido melhorias significativas nas suas vidas, resultantes da decisão do Executivo de os retirar da zona de risco em que viviam. “Não há comparação possível. Certamente, refutámos de início em cá vir. Apesar das dificuldades nos primeiros tempos, agora reconhecemos que foi necessária e oportuna a medida tomada na altura pelo Executivo”, foram unânimes centenas de moradores dos Zangas I, II, III e N (os dois últimos em construção), ouvidos pela reportagem do *Semanário Factual*.

Em jeito de introdução, recordar que, numa das nossas edições de Agosto, nomeadamente no trabalho sobre o hospital Josina Machel, vulgarmente chamado Maria Pia, havíamos prometido, mensalmente, uma abordagem sobre o impacto de determinados investimentos do Executivo em prol das comunidades.

Em cumprimento à promessa, desta vez, falamos com moradores do gigantesco bairro dos Zangas I, II e III sobre o resultado nas suas vidas dos programas de realojamento levados a cabo nos últimos anos pelo Executivo que os retirou das perigosas barrocas da Boavista, no município do Sambizanga.

Não se apresenta uma abordagem fácil, dados vários contornos do problema. Assim, vamos a terno às condições de habitabilidade e à estabilidade social. No caso concreto do Zango, os primeiros moradores chegaram vindos das favelas da Boavista em 2003, tendo sido, inicialmente, alojados em tendas.

Actualmente, o Zango I comporta 16 quarteirões com cerca de quatro mil e 500 residências, enquanto o II, 3.700 casas. Os Zangas III e N estão em construção.

Estima-se que o Zango III compreendesse aproximadamente 10 mil residências, enquanto o N perto e 20 mil Segundo entrevistados, na Boavista, as condições eram deploráveis a todos os níveis. Houve muitas mortes por desabamento de terras; a delinquência era alarmante tanto de dia como à noite, sem energia eléctrica nem água, condições de que desfrutavam no Zango.

“Reconhecemos que era um convívio difícil, sobretudo quando chovesse, havia famílias que perdiam tudo, inclusive os seus parentes, devido aos aluimentos de terra. Era uma lástima”, revelaram, com dor lembrando-se do passado.

Com satisfação, as fontes sublinharam que o bairro do Zango, no município de Viana, está a tornar-se numa referência nacional e mundial de programa de realojamentos de grande porte, enquadrado nos projectos do Executivo de habitação para as populações.

“De início, ninguém queria cá vir morar. As pessoas ignoravam, mas agora diariamente aparecem cada vez mais interessados em adquirir residências em qualquer um dos Zangos”, revelam. Na Boavista viviam uns em cima dos outros.

Na opinião destes, o mesmo povo, que vivia praticamente uns em cima dos outros, onde cada procurava, a todo o custo, impor-se, seja lá pelo que fosse, hoje mostra outra face. “É uma população tranquila que, mesmo sem grandes recursos, procura, a todo o custo, preservar a residência que recebeu do Executivo. Cada um na sua casa sem interferir com os vizinhos”, salientaram com orgulho. Segundo testemunhas, a urbanização do Zango ajudou a criar nova consciência nas pessoas.

“É motivo para aferir que o meio social faz o ser social”, remataram, acrescentando que este programa habitacional está a tomar dimensões de pequenas cidades.

O desenvolvimento urbano do Zango conta com 26 mil e 600 unidades habitacionais para 160 mil pessoas, pelo que devem ser aumentadas as infra-estruturas básicas que garantam condições mínimas de vida dos cidadãos. As residências têm ajudado na melhoria da qualidade de vida de milhares de famílias, permitindo a execução de infra-estruturas estruturantes da cidade de Luanda e são um alívio da demanda de unidade de habitação.

Zango terá maiores hospitais de Luanda

Uma das grandes novidades constatadas pela reportagem do *Semanário Factual* é que está em construção, no Zango, um dos maiores hospitais de Luanda seja-se, no futuro, a construção de mais 20 mil unidades resi-

denciais melhoradas e respectivas infra-estruturas na área do Zango, para o contínuo apoio ao programa de aumento da oferta de habitação de custos controlados. O programa de emergência habitacional foi concebido para realojar famílias que vivem em situações precárias provenientes do bairro da Boavista, município do Sambizanga, de modo a permitir a reconstrução de infra-estruturas básicas destas zonas e a sua requalificação. Este programa procedeu, na primeira etapa, entre 2002 e 2003, à elaboração de planos urbanísticos e detalhes construtivos das casas, para abrigar cerca de três mil famílias na área do Zango.

Foram, igualmente, construído, ao abrigo do projecto águas de Luanda, uma rede básica de abastecimento de água da capital, através de fontenários e uma rede de iluminação pública, incluindo uma subestação nova e uma linha de 60KV, para atender às populações alojadas. Presentemente, populações provenientes de áreas onde decorre a execução de diversas obras estruturantes da cidade de Luanda podem ver as suas condições de habitação e de habitabilidade melhoradas, com acesso a diversos serviços básicos.

Tendo em conta os resultados obtidos com os realojamentos das populações da Boavista e outras, é motivo para a reportagem deste semanário concluir que “Valeu a pena”.

Em contrapartida, importa salientar a urgente necessidade de se alargar a estrada de acesso ao Zango, tendo em conta o número de habitantes que já possui, a construção de mais escolas e centros comerciais.

7.5 População do bairro Zango vive carência de transportes

Jornal de Angola
12 de Setembro de 2011

A população moradora no bairro Zango IV, no município de Viana, quer ver reforçados os serviços de transportes públicos, para facilitar a movimentação regular de trabalhadores e estudantes para o centro de Luanda.

O coordenador da comissão de moradores do Zango IV, Eliseu Laurindo, disse ser preocupante a ausência de autocarros na localidade, o que obriga os moradores a aguardarem por transportes públicos que já vêm lotados de outros pontos.

Eliseu Laurindo frisou que tem sido um transtorno a carência de transportes públicos, principalmente para os estudantes e trabalhadores, que acordam de madrugada e, mesmo assim, não conseguem chegar atempadamente aos locais pretendidos.

“As pessoas ficam muito tempo nas paragens e quando chega o transporte é insuficiente para o número de passageiros”, lamentou o coordenador do Zango IV.

O bairro Zango, localizado no município satélite de Viana, é um bairro social, onde têm sido realojadas pessoas que, anteriormente, viviam em áreas de risco.

7.6 Autêntica salada russa

Jornal a capital
17 de setembro de 2011

Miguel António garante que não descansar sem que veja o caso resolvido. É como se fosse a última missão na face da terra. Ainda que pareça impossível, procurará, ao máximo cumprir a mesma “É a minha luta”, disse. Para ele, não há a mínima dúvida: “há gato neste processo”. É que procurador, José da Silva Neto, após ter afirmado desconhecer as circunstâncias que ditaram a soltura do violador confesso, reconheceu, diante daquele inconsolado progenitor, que, a julgar pela forma como o crime ocorreu, não tinha como mesmo ser posto em liberdade, antes mesmo dos demais comparsas serem também detidos.

Pouco depois, diante ainda do pai de Madó, aquele representante do Ministério Público viria, pouco depois, a reconhecer que procedimentos pouco ortodoxos poderão estar por detrás daquela meteórica soltura.

É que, a deprender das palavras do procurador, segundo Miguel António, muitos casos têm ocorrido sem o seu conhecimento”, razão pela qual tenha prometido punir os culpados pela libertação do marginal em causa.

Tais revelações foram feitas num dia em que o mesmo apresentava ares amistosos. É que dois dias depois, ao contactar o mesmo procurador, este mostrou-se com cenho cerrado, dando o dito pelo não dito. “Assumi, sim senhor o processo, mas recusou-se a apresentar -me quer a referida documentação, quer o investigador do caso”.

Perdido por um, perdido por mil, Miguel António ganhou coragem para enfrentar o mundo, nem que para tal chovessem ameaças. A necessidade de ver o trauma da filha desaparecer falou mais alto. Vendo mergulhado mm emaranhado de incertezas remeteu o caso à Procuradoria-GeralDa República (ofício nº 1540, de 341 de Dezembro de 2009) dando a conhecer o caso. A PGR por sua vez, instou o procurador junto da Direcção Provincial de Investigação Criminal (DPIC) a investigar o caso. Este último, através do ofício nº 13JUW3411O, datado de 13 de Janeiro de 2010 exige que a PGR-Cazenga apresente os fundamentos legais que estiveram na base da soltura do detido.

Passado um ano, a família continua a aguardar por alguma resposta. Mas tal tarda em ser dada. Contactou a comissão parlamentar para os Direitos Humanos da Assembleia Nacional que por sua vez, já pressionou a PGR a pronunciar-se sobre este caso.

A batata quente está, neste momento, nas mãos da Procuradoria-Geral da República Para quem julgava que o caso estava já encerrado, o caso volta a conhecer a luz do dia e com pano ainda para muita manga.

7.7 Famílias “penam”ao relento

Jornal a capital

17 de setembro de 2011

Domingas Bernardo, que I pertence ao grupo de lesados, conta que reside naquela área desde 2004, período em que encontraram o espaço dominado pelo capim, C algumas cobras e ratos. Chegou àquela área disposta a concretizar o sonho da casa própria, razão pela qual arregaçaram as mangas, desbravaram a p terra e ergueram as primeiras casas, a inicialmente de chapas.

Porém, oito depois, as coisas viriam e a mudar de figurino. É que, os moradores do bairro começaram a verificar d movimentações estranhas. Homens que se apresentaram como fiscais, supostamente a soldo da administração municipal de Cacucaco, apareceram no local, em companhia de um cidadão de raça branca, cujo nome não identificaram, mas que, agora, se faz passar por proprietário do terreno.

Desde aquela data, aqueles populares passaram a viver em sobressalto, receando que, mais dias, menos dias, poderão parar na cadeia.

Nesses dias que correm, os moradores foram surpreendidos com a construção de um quintalão, cuja propriedade os populares desconhecem, embora, no fundo, no fundo, desconfiam que se trata do tal cidadão de raça branca, que se apresentou como legítimo titular do espaço, embora, tal como salientaram, desconheçam a sua real identidade.

Sem qualquer esclarecimento, decidiram contactar a edilidade de Cacucaco, mas tal revelou-se infrutífero. Dos fiscais conheceram uma atitude e resposta musculada. “Disseram que tínhamos que sair daqui, porque o local já tinha sido vendido”, reclamaram os visados.

Domingas Bemardo, de quem falámos no início, revela que, no início das suas obras, cada família teve que desembolsar quatro mil kwanzas, um valor pago aos fiscais da administração do Cacucaco. Mesmo com este

dinheiro pago, os fiscais, ao que disseram, procuram, ainda assim, demolir as casas daquela gente. “Quando os fiscais aparecem na zona e encontram uma pessoa a construir, levam-na à esquadra da Polícia, onde a mesma é detida e tem que pagar uma caução de 50 mil kwanzas”, denunciaram.

Só nesta segunda-feira, por exemplo, os fiscais detiveram dez pessoas e até à tarde daquele dia apenas cinco conheceriam a liberdade, mediante, tal como disseram, o pagamento de uma caução de 50 mil kwanzas cada.

Comissão de faz-de-conta

O bairro conta com uma comissão de moradores, que era suposto velar pela situação dos mesmos, mas para os moradores de nada tem valido a presença da mesma, uma vez que desconfiam que é conivente dos actos praticados pelos fiscais. “Ela limita-se apenas a recolha de 4000 mil kwanzas, a cópia do bilhete de identidade e ainda dos cinquenta mil kwanzas da caução que é cobrada, sempre que um morador é detido.

Apreensivos, moradores como Francisco Paulo, asseguram que após a demolição das suas residências terão que aguardar que o pessoal detido seja solto, “para depois reunirmos com o soba e encontrarmos uma solução que obrigue os fiscais a evitarem partir as casas”, não descartando um encontro com o administrador municipal de Cacucaco.

Neste momento, os trabalhos de construção estão paralisados e, segundo os moradores, as mesmas apenas retomarão após libertação dos compatriotas, entretanto, detidos.

Consta que é intenção dos supostos fiscais corromperem alguns responsáveis da comissão de moradores, no sentido destes facilitarem a venda do espaço para um cidadão estrangeiro, uma proposta que tem sido recusada.

“Algumas pessoas por não aceitarem fazê-lo, foram levados para a cadeia”, acusaram. Joana Bezerra, por seu turno, é um homem, visivelmente, revoltado com a situação por que se vêem envolvido, defendendo, por isso, que, à semelhança de outras cidades, “temos o direito de ter também casas”.

Como se já não bastasse a falta de água, de energia eléctrica e de manterem uma forçada intimidade com cobras, lagartos, sapos e ratos, têm ainda que testemunhar o ruir das suas humildades construções por acção do camartelo demolidor da administração local.

“As autoridades devem olhar para nós. Se não temos possibilidades de entrarmos para os projectos habitacionais que têm estado a surgir, então que nos deixem em paz, com o pouco que resta para os pobres. Onde é que vamos viver então?”, questionaram.

Com ela e os filhos ao relento, lamenta da condição em que se encontra. Viúva, sem dinheiro, vê-se de mãos atadas. “Até para a higiene corporal tem sido uma luta terrível”, lamentou.

Estranham do facto de estarem a ser instaladas placas a informarem, agora, que a área é reserva fundiária do Estado. “Quando começamos a viver aqui, não havia nenhum tabuleiro a dizer que se tratava de uma reserva do Estado, porque se assim fosse ninguém ergueria casa”, reclamaram.

7.8 Peixes encalhados na ilha de Luanda

Jornal a capital
17 de Agosto de 2011

O baixo nível de Oxigénio registado nas águas da costa marítima de Luanda, concretamente na Zona da Ilha, esteve na base do encalhamento de peixes de diversas espécies, na última terça, quarta e quinta-feira, segundo disse em exclusivo ao A Capital a chefe do departamento do Ambiente Marinho e Controlo de Saúde dos Ecossistemas do Instituto Nacional de Pescas (INP), Isabel Rangel.

O ancião João Giba, por sua vez, coordenador da zona da Floresta da Ilha, diz não mais estranhar com o fenómeno, por considerar ser natural. “Sou antigo na profissão e posso garantir que é comum acontecerem situações do género nesta época do ano. E isto não é apenas no mar, mas acontece também nas lagoas e lagos, altura em que muita gente aguarda esta época para a recolha de cacussos, bagres e outros tipos “de peixes”, afirmou.

E o velho Giba parece estar coberto de alguma razão. É que foi, precisamente, o que se viu nesta semana, na zona da Ilha do Cabo, com várias pessoas em corrida desenfreada, para, cada um à sua maneira, em busca de apanhar o maior número diferente passou por aqui e para casa, haviam tipos de peixes, desde moreia, choco, agulha, pargo e pescada”, descreveu, apontando encalhados, no momento em que a reportagem do A ~ capital chegou ao local contrariamente aos peixes de menor porte, os pescadores abordados relataram que e nesta altura do ano, em que o calor começa a fazer-se sentir e o oxigénio escasseia, que as baleias também encalham.

A chefe do departamento do Ambiente Marinho e Controlo de Saúde dos Ecossistemas do INP não comunga da asserção que considera de especulativa, segundo a qual o fenómeno terá alguma ligação com o processo de desassoreamento registado na Baía de Luanda, no âmbito do Projecto Baía.

Conta que o fenómeno começou a ser detectado a partir de terça-feira, 13, quando, sobretudo, começaram a aparecer peixes mortos e outros com dificuldades respiratórias, além de uma alteração na coloração da água do mar, que apresentava um tom acastanhado.

“Retiramos logo uma amostra e detectamos que o teor do oxigénio estava extremamente baixo, ao ponto de atingir 1.16 mililitros por litro, um valor que é suficiente para provocar uma grande mortalidade entre os peixes”, esclareceu.

Procederam a um outro tipo de análise à água, para determinar o que ocorria com a mesma e “detectamos que se tratava-se de um bloom de micro-algas, cuja concentração provoca a redução de oxigénio”, explica.

E, geralmente, quando tal acontece ocorre aquilo que os especialistas chamam de anóxia. Para quem não sabe, a anóxia, na sua definição biológica e ecológica, assim como em outras ciências ligadas aos seres vivos, pode referir-se à redução ou completa ausência de oxigénio em massas de água, que, não raras vezes, pode provocar a morte de peixes e invertebrados aí existentes.

Mas, ainda assim, desdramatizou: “é normal ocorrerem situações do género, porque o fenómeno é cíclico e acontece quase todo”os anos na Baía, senão mesmo na costa. Já ocorreu em Benguela, em Cabinda e no Namibe. É normal nesta altura do ano, devido às alterações climáticas, pois estamos a sair de uma estação fria para uma estação quente, o faz com o que estes blooms ocorram”.

Tão logo o oxigénio suba de nível, sublinhou a especialista, as coisas voltarão à normalidade. “Estamos a registar a subida do oxigénio. Hoje (quarta-feira) registou-se um nível de dois mililitros por litro, mas o normal é de quatro. Isto quer dizer que, já se regista menor concentração de células”, adiantou.

Para ela, esta era uma situação que poderia verificar-se até esta quinta-feira, embora não seja tão taxativo, quanto se pode pensar. Contudo, Isabel Rangel reconhece que, na manhã desta quinta-feira, a mortalidade de peixes tenha sido notória, com destaque para as raias, tainhas, roncadores e outros tipos de peixes.

7.9 “Consumam com cuidado”

Jornal a capital
17 de setembro de 2011

Arma que se assistiu por parte de populares para cada um, apanhar o maior número de peixe fez levantar a suspeita, entre muitos, de que poderiam estar em risco a saúde, dado que, eventualmente, se poderia estar em presença de um qualquer contágio por poluição.

A especialista do INP garante que o peixe pode ser consumido, desde que se retirem as brânquias (guerlas). “Recomendo o não consumo de bivalves, a mesma família a que pertencem os mexilhões, amêijoas, as famosas mabangas capturados, uma vez que esses acumulam toxinas devido as micro algas que se concentra”, explicou.

É que os resultados podem ser bastante incómodos ou letais: “quem consome pode ser acometida com uma forte diarreia, porque encontramos uma espécie de envenenamento paralisante, também conhecido por PSP, que pode até provocar mortalidade súbita”.

Uma outra fonte de perigo é a noctíluca, considerada letal. Concentra-se, geralmente, em todo o organismo das espécies marinhas, que chega a matar as focas em grande quantidade, como já ocorreu em tempos no Namibe.

“O que aconteceu é que as pessoas são teimosas, uma vez que já têm sido aconselhadas a evitar comer as espécies como, por exemplo mabangas, sempre que ocorrem situações desta natureza.

Entre o perigo e necessidade, os populares optam, quase sempre, pela segunda hipótese, pois á falta de melhor oferta alimentar têm que, diariamente, responder aos constantes apelos do estômago. “Vezes há em que tivemos que recorrer á ajuda da Polícia Fiscal para os expulsar.

7.10 Luanda sem praias

Jornal a capital

17 de setembro de 2011

Já lá vão os belos tempos em que Luanda em rainha de boas praias. Mussulu ou Ilha de Luanda, para só citar os mais próximos, eram lugares de eleição de muita gente que, sufocada com o calor asfixiante, próprio desta época balnear, procuravam arejar sob o sol e a brisa das praias. Hoje, encontrar um lugar à beira mar, para dar um mergulho, começa a ser uma miragem. As praias todas, na verdade, o tempo levou.

Lá onde antes em possível fazer uma boa praia, agora estão placas de proibição. Obras e mais obras, vão retirando, aos poucos, o prazer ancestral de muito boa gente de “lazer” à beira mar.

“Não sabia que as praias em Luanda estão a desaparecer. Foi preciso lá chegar para ter essa certeza”, confirmou Julião Capita, um cidadão que encontramos durante a nossa reportagem.

O que o A Capital se propôs foi mesmo, medir a pulsação do início da época balnear, com todas as limitações aos banhistas.

Capita disse que no passado fim-de-semana pretendeu encontrar um lugar diferente para descansar e divertir-se com a família. A escolha foi uma praia. Mas para seu espanto viu-se decepcionado pelo facto de não encontrar nenhuma cá por perto que lhes oferecesse o almejado repouso.

Este é o dilema com que centenas de pessoas se deparam e vão continuar a deparar, nesta altura em que começa o calor e, com ele, a busca pelas praias. A implementação de obras de grande envergadura próximas das áreas balneares, está a contribuir para a extinção de sítios de lazer à beira mar. Constatamos também, que algumas praias, com características naturais para a natação e que antigamente eram de acesso livre, vão sendo privatizadas, ficando de sobra umas poucas sem as mínimas condições, renunciando uma situação daquelas em que, só vai à praia, quem pode.

7.11 “Arquitecta do Panguila usurpou o meu terreno”

Semanário Angolense

De 24 de Setembro

a 01 de Outubro de 2011

Segundo Francisco Massango, o litígio começou em 2003 aquando da execução do projecto de edifícios de cinco andares com 300 apartamentos na comuna do Panguila, programa “Angola Jovem”, mas o seu espaço, na altura, não havia sido abrangido. Já em 2008 Liseth Pedro arquitecta do referido projecto começou a vender parcelas de terra a particulares e apossou-se também do seu espaço.

De acordo com o mesmo, o caso foi levado até a administração municipal de Cacucaco, esta entidade usou os seus métodos a fim de comprovar a quem pertencia a parcela de terra em discussão, procurou junto da acusada tentar obter algum documento que comprovasse o seu direito sobre a zona, mas esta não apresentou nenhum comprovativo. “Mesmo assim ela continuou a afirmar que o terreno era dela, inclusive, tentou vender a empresários estrangeiros”, acusou a fonte acima citada.

Algum tempo depois, continua Massango, a arquitecta surgiu novamente, desta vez o obrigou a abandonar o terreno, porque segundo a mesma, o referido espaço já fazia parte do projecto Panguila.

Para clarificar o problema, o mais velho pediu a arquitecta que apresentasse algum documento que justificasse a

expansão repentina do projecto até ao seu terreno, caso contrário não se responsabilizaria pelos seus actos. Dado a insistência da mesma em afirmar que o espaço a pertencia, o processo foi transferido ao Instituto Provincial de Gestão Urbana (IPGU) que também confirmou que o terreno não pertencia a Liseth Pedro. Mas segundo o mesmo, contrariamente a primeira declaração, o IPGU agora afirma que no ano transacto o espaço foi anuído a outra pessoa. Alguns meses depois, o mesmo foi surpreendido numa manhã com máquinas no terreno. “Destruíram toda minha plantação”, lamentou, tendo acrescentado que, no local estava a ser erguido uma estrutura do Banco BFA. Massango disse que procurou saber quem era o • dono da obra e foi informado que os proprietários do edifício compraram o espaço a arquitecta Liseth Pedro. Dirigimo-nos ao espaço, na zona do Panguila. No local encontramos uma nova empresa denominada Miler/LDA, pedimos para falar com a arquitecta Liseth, mas os trabalhadores nada souberam dizer sobre a sua localização.

Fomos até ao Instituto Provincial de Gestão Urbana (IPGU) obter alguma informação sobre o litígio entre Francisco Massango e Liseth Pedro, mas sem sucesso pois que tanto o Director do Gabinete Jurídico, responsável por estes assuntos e o Director da instituição disseram não estarem autorizados a prestar qualquer informação sobre o caso.

7.12 “Estamos a sofrer”

Semanário Angolense

De 24 de Setembro

a 01 de Outubro de 2011

Na senda do Projecto Kaluanda, a equipa deste jornal está a radiografar o município da Samba. O mesmo está localizado a Sul da província de Luanda, ocupa uma superfície de 345.300 quilómetros quadrados. Faz fronteira com os municípios da Ingombota a Norte, Viana a Sul, Maianga e Kilamba Kiayi a Este, o Oeste Oceano Atlântico. Está subdividido pelas comunas da Corimba (Samba grande e pequena), Futungo de Belas, Benfica e Mussulo.

O município é conhecido como sendo uma das áreas mais crítica de Luanda, no que concerne ao tempo chuvoso, devido aos desabamentos de casas situadas no colmo da montanha do mesmo município. Em termos de estrutura em algumas ruas possui características do bairro Catambor. As casas maioritariamente são de blocos, mas também possui casas feitas de chapa.

Ao entrarmos na Samba, temos como referência a Igreja Universal do Reino de Deus, isto para quem sai da ponte do Zamba II, depois da Igreja na primeira curva a

direita, encontramos outro ponto de referência a escola pública 1001. Por causa da escola a rua e denominada por “1001”, lixo e água parada já toda esverdeada são visíveis na área, isto na parte baixa.

Subimos até ao colmo da montanha, passamos pela rua do Sossego, nome atribuído pelos moradores por causa do Colégio que lá se situa, tal como a rua da 1001, está rua também encontra-se em péssimas condições no que toca ao saneamento básico.

Segundo os munícipes não têm contentores para depositar o lixo. “Os contentores estão na estrada, temos que descer para depositar o lixo”, lamentou Júlio Matamba, munícipe, tendo acrescentado que a falta de água é outra grande preocupação que os moradores têm enfrentado há já algum tempo.

No ano transacto o administrador da Samba visitou o local prometendo água canalizada para todas residências, mas até agora a situação continua na mesma. “Fizemos escavações, colocamos tubos, mas até agora não temos água, frisou.

Da rua do Sossego seguimos até ao topo da montanha, passando por becos escorregadios devido a inclinação da área. No local foi-nos mostrado um espaço amplo que tem servido aos finais de semana de campo de futebol. Segundo Zenilson Pedro, o espaço é o único da zona, pois os moradores têm-no como uma forma de divertimento, pois que não têm outro tipo de recreação. “Gostaria que os dirigentes pudessem vir aqui aos fins-de-semana para ver-nos a jogar e levar-nos aos grandes clubes, exprimiu.

De acordo com Maria André, também munícipe, a energia eléctrica na zona é satisfatória, mas destacou a falta de água potável na parte superior da montanha como sendo o real problema dos moradores. “Estamos a sofrer”, contou que só os munícipes que vivem na parte inferior, isto no sentido descendente da montanha, possuem água canalizada, pois que na parte de cima a água não sobe. No que tangi a criminalidade a munícipe manifestou a sua alegria porque segundo a mesma há mais de dois anos que os grupos de marginais foram desmantelados. “Mas ainda há um ou outro caso”, frisou. Joaquim António, outro munícipe, também louvou a eficácia da EDEL, pois que segundo contou a energia eléctrica é satisfatória apesar de algumas vezes falhar. “Agora o problema que temos aqui na montanha é a falta de água e os desabamentos de casas que se tem registado com maior frequência no tempo chuvoso.

Quanto ao lixo, os próprios munícipes têm se organizado para varrem as ruas e abrirem pequenas valas”, informou.

O nosso interlocutor disse, por outro lado, que em termos de diversão a maior parte dos residentes da área são religiosos por esta razão aos sábados e domingos praticam actividades religiosas.

Segundo os moradores, já houve casos de crianças que caíram da montanha e perderam a vida devido a falta de segurança no local. “As crianças brincam nas bermas da montanha”, disseram. Outra rua por onde passamos também foi a rua do “México” os munícipes denominaram-na assim porque na zona residia um projecto com o mesmo nome. “O nome foi atribuído após a morte dele”, realçou um dos moradores. Tal como as outras ruas aqui destacadas, na rua do México também denota-se a falta de saneamento básico, mas em termos de água os moradores dizem não terem do que reclamar.

Na mesma encontramos um campo de basquetebol improvisado com uma tabela se rede que serve para o enganche da bola.

Encontramos ainda no local, mas isto já na parte baixa um Centro Infantil denominado “Auto Avaliação” o único por sinal da área que tem disponível nos seus serviços, aulas de natação a partir dos doze meses, seguro de saúde, vigilância electrónica, sala devidamente equipadas com variados brinquedos entre outros.

7.13 Mais de duas mil famílias podem estar ao, relento

Semanário Factual

27 de Setembro

a 01 de Outubro de 2011

Mais de duas mil famílias aguardam do Executivo de Luanda desalojamento imediato, no município de Cacucaco, pelo facto de estarem construídas ao longo da antiga via-férrea comercial, local escolhido para a construção de uma via expressa que ligará a cidade de Luanda à do Bengo, nos próximos meses, situação que está a inquietar os familiares que ainda não sabem do destino.

Os familiares afirmaram que as casas foram construídas há mais de cinco meses, sem esclarecimento concreto de quando e para onde serão desalojados. Desta feita, eles pedem ao Executivo, antes que seja tarde, um pronunciamento dos seus destinos, dada a preocupação depositada sobre as crianças que têm de prosseguir com as aulas, após as férias natalícias.

Os familiares pedem, igualmente, ao Executivo para evitar o desalojamento “atroz” que se tem verificado, de há um tempo a esta parte, na cidade capital, pois

temem que sejam desalojados na época chuvosa, o que vai empecilhar os seus assentamento e socialização por onde quer que estiverem.

Belma Correia, uma das moradores cuja residência será demolida, disse ao Factual esperar por uma acção justa e concreta da direcção urbanística, pois muitas casas erguidas ao longo do espaço, agora para a construção da via expressa, tiveram despesa financeira e resultam de um trabalho de cada família humilde que cá vive há mais de 15 anos.

“Estamos a prepararmo-nos para a possível saída ou afastamento da via expressa, mas com estímulo, porque respeitamos as decisões do Executivo, e este deve ouvir o clamor do povo em diversas circunstâncias, como esta em que mais de duas mil famílias estão, isto em condições difíceis perante a nova realidade, por não ter onde ficar caso sejam desalojadas”, disse.

A via expressa vai ocupar uma extensão de 20 metros de largura e mais de 10 quilómetros de distância, desde o cemitério da Mulemba até ao Panguila, passando pela vila de Cacucaco. A mesma já é considerada a via económica para a transição de mercadorias e de cidadãos para os mercados comunais do Panguila e do Kilo que registam mais de duas mil vendedeiras por dia.

A estrada em construção já causou a demolição antecipada de uma escola e um campo de exercício físico da escola 8056, PUNIV- IBA.

8 SERVIÇOS BASICOS

8.1 Habitantes de Calonda já bebem água potável

Jornal de Angola
03 de Setembro de 2011

Mais de dois mil habitantes do sector de Calonda, Lucala, dispõem, desde quinta-feira, de um sistema de captação e distribuição de água potável.

A entrada em funcionamento deste sistema, no âmbito do Programa “Água para todos”, permite aos habitantes de Calonda, na maioria camponeses e trabalhadores reformados da Endiama, voltar a consumir água potável depois de terem estado três anos privados de o fazerem na sequência da paralisação da antiga captação, que funcionava com equipamentos com mais de 50 anos. As obras de reabilitação da captação de água, iniciadas em Junho e concluídas no final de Agosto, estão orçadas em 24 milhões de Kwanzas.

O projecto, da responsabilidade da administração do Lucapa, realizado no âmbito do Programa Municipal Integrado de Combate à Fome e Redução da Pobreza, tem capacidade para bombear 135 metros cúbicos por hora.

O sistema tem duas bombas, que funcionam permanentemente e alimentam os tanques que abastecem a comunidade, um reservatório novo, de 150 metros cúbicos, e mais de uma dezena de depósitos recuperados, com a capacidade de 25 metros cúbicos.

A distribuição aos domicílios é feita pelo processo de gravidade, assegurado por um sistema restaurado de canalização que transporta a água para os chafarizes instalados nos bairros periféricos.

O próximo passo é a instalação dos sistemas de captação, por furos artesianos, em algumas vilas, bairros e localidades.

8.2 Chuva apavora vizinhos das valas

Jornal o país
09 de setembro de 2011

As pessoas que residem nas imediações das valas de drenagem da rua do Senado da Câmara (no Rangel), do Cazenga -Cariango, do Soroca e do Rio Seco (no Cazenga), em Luanda, estão aflitas com a aproximação das chuvas, tendo em conta o estado inoperante em que elas se encontram.

A equipa de reportagem de O PAÍS percorreu os escoadouros acima mencionados e constatou que estão amontoadas de lixo e que há muito que não beneficiam de limpeza. Atendendo o estado em que elas se encontram e à falta de fiscalização alguns condutores de camiões de sucção aproveitam a despejar os resíduos nestes locais, prejudicando ainda mais a saúde daqueles que por ali circulam.

Quem passa pelas imediações da Tourada, na Maianga, fica com a impressão de a vala da rua do Senado da Câmara ter sido reabilitada na sua totalidade. Mas o cenário é completamente diferente para os que seguem a vala em direcção ao Cassequil do Buraco.

“A forma como as autoridades governamentais reabilitaram inicialmente aquele parte da vala, deixou-nos com a impressão de que só o fizeram para dar maior dignidade às pessoas que por ali circulam. Seria muito bom se esta acção se estendesse até aqui”, disse Fernando Henrique, 48 anos, que conversava com uma vizinha nas proximidades da vala.

A porta da sua residência está a menos de três metros. O cheiro nauseabundo, proveniente do amontoado de lixo, e mosquitos que saíam da água estagnada aparentava não o incomodar.

Fernando e um amigo, residentes naquele bairro há 29 anos, justificaram a presença naquele local inóspito dizendo que o que mais lhes apouenta não é o cheiro horrível, nem a possibilidade de ficarem doentes, mas sim a possibilidade de perderem os seus imóveis com as enxurradas que se avizinham.

Para impedir que a água e o lixo transbordem para o interior das suas residências, os munícipes optaram por colocar barreiras defronte aos portões. Mas parece insuficiente para travar a força do lixo e das águas.

“Estamos muito preocupados com as próximas enxurradas que vão assolar a capital do país, porque não sabemos onde nos abrigarmos. Como os senhores vêem a vala está praticamente fechada com o lixo e sempre que chove muito as nossas casas ficam alagadas”, declarou.

Desesperado, Fernando e a sua vizinha afirmaram em unísono que só não abandonam os seus imóveis por falta de condições financeiras. Com o fim da época de cacimbo, dizem estar consciencializados que doravante terão que permanecer acordados sempre que chover.

Esta medida, segundo Fernando Henriques, serve não só para proteger os escassos bens materiais que possuem, como a própria vida, no caso de a residência desabar.

Próximo das residências existe um letreiro informando que o projecto de reabilitação da vala está sob responsabilidade do extinto Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN). O mesmo prevê a construção de colectores de 600 milímetros de diâmetro, assim como ruas asfaltadas de sete metros de largura e um metro e meio de passeios.

A obra inclui um sistema de esgotos, postes de iluminação e montagem de linhas de energia e telecomunicações.

As obras de ampliação e modernização dos desaguadouros da rua do Senado da Câmara, Cazenga Cariango e do Soroca fazem parte do programa de recuperação do sistema de drenagem de Luanda, financiadas pelo China International Fund (CIF).

Entre as três valas acima mencionadas, a nossa equipa de reportagem apurou que as obras da primeira, que estava paralisadas, reataram às mãos da construtora chinesa Guangxi Hydroelectric Construction Bureau e são fiscalizadas pela Wecotee.

Demolições sem indemnização

Jorge Francisco Dias, 83 anos, é um dos munícipes do Cazenga que tiveram parte das suas residências demolidas para facilitar o alargamento da vala. Ele não recebeu nenhuma indemnização por parte do Estado, ao passo que os proprietários dos imóveis destruídos na totalidade foram realojados nos Zangos III e IV.

“Pedi a administração municipal do Cazenga que me desse pelo menos 800 dólares de indemnização e eles aceitaram, mas até agora não recebi nada”, desabafou com alguma tristeza.

Apesar disso, o ancião considera-se e bafejado pela sorte por viver num perímetro em que a vala do Cazenga-Cariango dificilmente desaba e a água da chuva não invade a sua propriedade. Contrariamente ao que acontece com os seus vizinhos.

Jorge Dias disse estar indignado com o facto de o Governo ter ordenado aos técnicos que parassem temporariamente com as obras, a escassos metros da sua residência, e transferissem toda a maquinaria para trás da antiga 10ª Esquadra da Polícia Nacional.

“Estamos bastante felizes com as obras que o Governo está a realizar na vala, mas o que nos preocupa é a morosidade que se regista. Os Chineses trabalham com muita força, mas tudo parece estar na mesma, visto que o tempo de cacimbo acabou e a obra não teve grandes avanços”, declarou Manuela de Oliveira, proprietária de uma das residências que corre o risco de ser demolida parcialmente.

Por trás da 10ª Esquadra, a nossa equipa de reportagem encontrou os técnicos chineses a fazerem trabalhos de coferagem e não foi possível obter explicações sobre o andamento da obra por não dominarem a língua portuguesa.

Manuela de Oliveira e as suas companheiras encontraram na obra de reabilitação da vala uma forma de angariar alguns recursos financeiros, recolhendo pedras dos entulhos retirados das escavações para comercializar.

“Vamos fazer de tudo para impedir que as nossas casas sejam demolidas.”

8.3 Limpeza continua por ser feita

Jornal o país

09 de setembro de 2011

Apesar de o porta-voz da Empresa Nacional de Construção de Infra-estruturas Básicas (Encibe), Fernando Nunes, ter anunciado, há três semanas, que os técnicos da sua empresa estariam a limpar as valas de drenagem, as pessoas que vivem próximo delas dizem que ninguém apareceu por lá.

Fernando Nunes garantiu, em entrevista à Angop, na terça-feira, 16, que a Encibe havia começado a realizar, em vários municípios de Luanda, uma operação que teria a duração de 15 dias, com vista a reabilitar as valas de drenagem, vias principais e secundárias degradadas pelas chuvas.

Segundo ele, os trabalhos começaram a ser feitos, numa primeira fase, nos municípios da Viana, Sambizanga, Cazenga e Rangel. Mas, passando por estes dois últimos municípios, conforme comprovam as imagens fotográficas e os próprios moradores, O PAIS constatou que nenhum técnico desta empresa pública apareceu por lá.

O porta-voz da Encibe assegurou, no instante em que prestava declarações à imprensa, que os seus colegas encontram-se a limpar as valas de drenagem e colectores da Avenida Kirnakienda e Soba Mandume nos municípios da Ingombota e Sambizanga, bem como nas ruas do Comercio, Kacusso, Casa Verde, da Lama e Quarta Avenida no Cazenga.

Os trabalhos contemplam, igualmente, as ruas Senado da Câmara e algumas da comuna do Nelito Soares, no município do Rangel

Os trabalhos consistem também no reperfilamento dos solos, na qual está prevista a terraplenagem passando pela colocação de terra, a sua compactação e tapa buracos.

Na qualidade de engenheiro de construção civil, Fernando Nunes, disse que a empreitada tem como objectivo melhorar a circulação rodoviária, principalmente nas áreas suburbanas e facilitar a evacuação de águas residuais e fluviais, visando evitar as inundações. Plantações no escoadouro Fernando Henriques, que se apresentou como um dos moradores mais antigos daquela zona, contou que antigamente as mais velhas do bairro também aproveitavam a água da vala para irrigar as suas plantações, à semelhança do que acontece em algumas zonas do Golfe n.

Com o crescimento dos bairros ao lado da vala, a administração municipal da Maianga, a pedido dos moradores, decidiu em 2002 aumentar o seu tamanho para evitar que os resíduos invadissem os seus imóveis. Esta medida obrigou a demolição de algumas residências e a transferência do primeiro grupo de moradores do Cassequel do Buraco para o Calemba II. “Depois de alguns anos, o Governo contratou uma empresa chinesa para dar continuidade ao trabalho que até então estava ser executado pela Odebrecht.

Os novos técnicos, por força do contrato, estavam para demolir todas as casas que se encontram a menos de nove metros de distância, mas ficaram apenas pela metade e transferiram os nossos vizinhos para o Zango n”, explicou.

Segundo ele, as demolições paralisaram porque o proprietário de uma das residências se encontrava fora de Luanda. Deixaram para a segunda fase que até agora não acontece. Na parede do seu imóvel, é possível divisar dois sinais de cadastramento feito pelos técnicos do GRN.

8.4 Estações de tratamento de águas na forja

Jornal o país

09 de setembro de 2011

O administrador municipal do Cazenga, Victor Nataniel Narciso, declarou a O PAIS que a solução para acabar com os constrangimentos causados pelas valas de drenagem na época chuvosa está na construção de estações de tratamento de águas residuais e fluviais.

Tany Narciso disse que o município que dirige passará a contar nos próximos tempos com a primeira estação que será construída pela empresa privada ImporÁfrica nas imediações da FILDA, em parceria com a Administração.

O empreendimento, cujo lançamento da primeira pedra está marcado para a próxima segunda-feira, vai tratar também das águas que ficam estagnadas nas imediações da Frescangol.

“O plano director do sistema de macrodrenagem da cidade, elaborado pela Unidade Técnica de Saneamento, também prevê a construção de estações de tratamento de águas residuais e fluviais ao nível da capital do país”, explicou.

Quanto ao estado em que se encontram os escoadouros no município que dirige, Tany Narciso declarou que o seu elenco é apenas responsável por aqueles que são de pequeno porte. As maiores são da responsabilidade da instituição acima mencionada.

“Como temos urna soma monetária que nos foi atribuída no âmbito do programa de Combate à Pobreza, para socorrer as actividades pequenas, o nosso elenco está à limpar as valetas”, justificou Tany Narciso.

Segundo o administrador, estão neste momento a ser feitos trabalhos de limpeza nas valas da rua A, da Nova Luz, do Asa Branca e o desassoreamento dos colectores que levam água das lagoas para a Congeral, que substituirá temporariamente a vala do Rio Seco. Esta última, ao contrário das valas do Cazenga-Cariango e do Soroca, não está a beneficiar de obras de reestruturação.

Para elucidar melhor os luandenses, o administrador do Cazenga explicou que a vala do Cazenga-Cariango passa pelo Kilamba Kiaxi, onde se junta com a do Senado da Câmara e vão desaguar no mar, passando pelo Benfica. As águas que transbordam pela vala do Rio Seco são levadas ao Cefopesca, enquanto a vala do Soroca trata dos resíduos provenientes das lagoas e transporta para o canal que está nas imediações da Comarca de Luanda.

No seu entender, um dos grandes problemas que os governantes enfrentam para fazer a manutenção das valas está também no facto de a população deitar nelas o lixo, transformando-as em fossas.

“Existem várias famílias, não só no Cazenga como em Luanda, que transformaram as valas de drenagem em fossas para as suas casas de banhos e os resíduos são automaticamente encaminhados para o espaço público”, concluiu.

8.5 Valas causam mortes

Jornal o país
09 de setembro de 2011

Pelo menos cinco pessoas terão morrido durante a época chuvosa passada nas imediações da vala de drenagem situada nas traseiras da antiga 10ª Esquadra da Polícia, no Cazenga.

Esta informação, sem confirmação oficial, foi avançada a O PAÍS por um grupo de senhoras que vive nas redondezas e aguarda para serem transferidas para outro local. As senhoras contaram que entre as vítimas estão crianças que morreram afogadas quando brincavam de pescar. Uma outra vítima escorregou ao passar junto à vala e caiu dentro dela. “Os jovens tentaram salvá-la mas sem êxito porque havia muita água e o buraco é bastante fundo. Só é possível descer com máquina de terraplanagem”, contou uma delas.

Por seu lado, Fernando Henriques, da Maianga, solicita às autoridades governamentais que continuem a reabilitar a vala da rua do Senado da Câmara para evitar que haja mais mortes no Kassequel do Buraco.

Henriques contou que foi numa das pontes que permite fazer a travessia entre os municípios da Maianga e Kilamba Kiayi onde faleceram algumas pessoas no princípio deste ano.

“O Governo não pode continuar a intervir simplesmente depois de algumas pessoas morrerem e outras tantas ficarem feridas, como aconteceu com aquela ponte que desabou no momento em que tentavam atravessá-la”, concluiu o morador do Cassequel do Buraco, sem especificar de que fonte se tratava.

8.6 Demissão anunciada

Novo jornal
09 de Setembro de 2011

A permanência no Executivo da Ministra da Energia e Águas, Emanuela Vieira Lopes, poderá ter os dias contados depois de ter sido exarado um despacho do gabinete do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, datado de 16 de Agosto último, em que lhe são retiradas todas as competências para exercer o cargo. “Está presa por um fio”- disse ao Novo Jornal uma fonte do conselho de ministros.

Esta decisão, que se tornou inadiável perante o desempenho mal sucedido da titular daquela pasta, configura o anúncio da sua demissão para breve, já, entretanto, comunicada ao Ministro dos Petróleos, Botelho de Vasconcelos, tido como o “padrinho” daquela e como responsável pelo seu ingresso no governo.

À luz daquele despacho, a partir de agora, a Ministra da Energia e Águas passa a subordinar-se a uma comissão dirigida por Armando Manuel, assessor económico do Chefe do Executivo, Paulo Matos, conselheiro do Presidente da República e Baptista Borges, vice-ministro da energia.

Este grupo de trabalho, de acordo com o referido despacho, deverá “proceder ao acompanhamento da execução das propostas em curso no sector da energia e recomendar as decisões a tomar a alto nível”. “A ministra está a 90ra remetida a gestão das questões correntes”- alertou um membro do seu gabinete.

Para o efeito, foi determinada a adopção de uma metodologia que passa designadamente pelo “levantamento geral do ponto da situação da preparação e execução dos projectos e contratos; adequação dos cronogramas para a sua implementação e execução; identificação e sistematização das etapas e aspectos relevantes para os quais é requerido o conhecimento, intervenção e a autorização do chefe do executivo e para metrização dos relatórios de progresso com vista a assegurar o acompanhamento contínuo da carteira”.

Na sequência desta decisão, Emanuela Vieira Lopes limitar-se-á a tomar conhecimento das recomendações deste grupo de trabalho, deixando de estar investida de qualquer competência para emitir juízos de valor sobre o trabalho da comissão agora criada. “Em defesa da sua dignidade, só lhe resta apresentar a demissão”- disse ao Novo Jornal uma deputada do MPLA para quem a nomeação daquela foi sempre vista com muitas reservas. Depois de Emanuela Vieira Lopes ter revelado sucessivas desatenções e gaffes monumentais face ao que peritos da energia qualificam como sendo o resultado do desconhecimento de conceitos básicos do sector, que destaparam uma clamorosa inaptidão para exercer o cargo: esta decisão, que a deixa completamente desautorizada, era mais ou menos esperada.

A Ministra, que ostenta o título de agente técnico de engenharia agrónoma, é acusada ainda por diversos funcionários do sector de ter pretendido fazer de Félix Vieira Lopes – o marido – o “ministro virtual” que, segundo apurou o Novo Jornal, ao ter-se incompatibilizado com muitos quadros, acabou por criar inúmeros anti-corpos. “A sua acção sobranceira tornou-se insuportável”- queixam-se alguns técnicos da energia.

O caso do marido não parece ter sido, porém, o único a gerar incompatibilidades. Paulo Matos, antigo director nacional de energia e um dos mais experimentados e competentes técnicos do sector, ao insurgir-se contra a política de gastos exorbitantes canalizados para aqui-

sição de viaturas top de gama e contra outros excessos, passou a ser uma carta fora do baralho de Emanuela Vieira Lopes. Assumindo-se como inoportável a coabitação entre ambos, aquele acabou por bater com a porta na cara da titular da pasta da energia, apresentando a demissão. “A ministra não teve tacto e visão para lidar com alguns quadros da área” a notou uma fonte governamental.

Reconhecida a sua competência, Paulo Matos foi recuperado ao mais alto nível, tendo sido catapultado para as funções de conselheiro do Chefe do Executivo para o sector de energia. Despida de autoridade, quis o destino que Emanuela Vieira Lopes passasse agora a subordinar-se a dois antigos subordinados: Paulo Matos e Baptista Borges.

Esta decisão fecha o ciclo de uma infeliz e desastrada passagem daquela governante pelo Executivo, ficando esta, a partir de agora, na incómoda condição de subalterna de dois antigos funcionários da Energia. “É humilhação a mais disse ao Novo Jornal a fonte do Conselho de Ministros.

8.7 Falta de água potável está a afligir municípios

Semanário Factual

De 10 a 17 de Setembro de 2011

O não abastecimento de água potável no município do Cazenga está a deixar agastados municípios, que são obrigados a deslocar-se a longas distâncias, com o objetivo de conseguir o precioso líquido. A situação já dura cerca de dois meses.

Conforme as moradoras do município, concretamente na zona 18 à 6a Avenida, a falta de água deve-se a uma rotura na conduta, causada por uma empresa de limpeza. Marta Lourenço afirmou que, várias vezes, quando a empresa vai ao local para recolher lixo, a conduta rebenta; os técnicos vêm ao local e fazem o trabalho, mas este dura apenas algum momento”.

A moradora acrescentou que, face à pressão da água, a conduta, dado o seu tempo funcionamento, acaba por estoirar, o que provoca o alagamento do total da rua W Avenida).

“Há tempos, a empresa retirou o lixo aqui e acabou por rebentar a conduta e causou, novamente, a inundação da rua. A situação fez que os técnicos da Empresa de Abastecimento de Água de Luanda cortassem a conduta e que ficássemos sem água, a caminho para cerca de dois meses”, informou Lena Xavier.

De momento, os moradores do município do Cazenga, na sua maioria, estão a consumir água proveniente dos caminhões cisternas, pela qual têm de pagar mil Kwanzas por cada mililitro. Quanto à venda a retalho, o caso fica ainda mais complicado, pois a banheira pode chegar a custar 70 Kwanzas; já o bídão, 50 Kwanzas.

8.8 Programa “Água para todos” atingiu 43 por cento da taxa de cobertura

Jornal O Independente

10 de Setembro de 2011

O secretário de Estado das Águas, Luís Filipe, afirmou no Namibe, que o projecto “Água para Todos”, que o executivo está a implementar no âmbito do programa de luta contra a pobreza, atingiu 43 por cento da taxa de cobertura em todo país.

O responsável, que falava no encerramento do Seminário Nacional de Gestão da Água Rural e Recursos Humanos, decorrido nesta cidade, disse ainda que os actuais níveis de cobertura têm tendência a crescer, fruto das sucedidas experiências em matéria de gestão da água e do saneamento rural.

O secretário de Estado das Águas reconheceu ainda haver carência de técnicos com qualificações e experiências apropriadas, adicionado à falta de base de dados de recursos humanos do sector da água e saneamento.

Na opinião de Luís Filipe, torna-se difícil planificar, programar e monitorar intervenções do ponto de vista formativo e de desenvolvimento.

Recomendou à Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento junto de outros parceiros a criação de um plano de desenvolvimento dos recursos humanos em todo o país.

O seminário encerrou com adopção de medidas que visam a implementação dos programas de formação de quadros, bem como consolidar as acções que visam a conclusão do programa de desenvolvimento de recursos humanos.

Entretanto, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) mobilizou cerca de 40 milhões de dólares americanos para apoiar o programa “Água para Todos”, assegurou o seu consultor em Angola, Antero Pina, no âmbito do Seminário Nacional das Águas.

De acordo com o responsável, o valor vai se incidir em acções de impacto ambiental, acção social, revitalização dos sistemas sanitários, para a redução das patologias mais frequentes em diferentes épocas do ano. Antero Pina disse que as acções em curso contam com o apoio incondicional da União Europeia, tendo como o alvo principal a criança.

8.9 Edel trava venda ilegal de energia eléctrica

Jornal de Angola

15 de Setembro de 2011

“O meu sofrimento diminuiu muito e acredito que o de muita gente também, depois que a EDEL começou a fazer ages”: tão dos postos de transformação privados (PT) que estavam sob tutela de alguns moradores do bairro”.

“Antes, a energia que tínhamos era muito fraquinha, que só nos permitia ligar o televisor com ajuda de um estabilizador, porque a corrente estava sempre a oscilar. As arcas não arrancavam e tínhamos que comprar carne e peixe todos os dias por não conseguirmos conservar em casa”.

Evarista António, que contou a sua história à nossa reportagem, é uma das primeiras moradoras do bairro “Fubú”, proximidades de Talatona, a beneficiar com isso. Ela disse que chegou a pagar mais de 1.500 dólares só para fazer o contrato de energia com o proprietário do posto de transformação.

“Porque o dinheiro para compra dos materiais e o pagamento dos homens que fazem as ligações dos fios do PT até às residências dos consumidores deve ser à parte, muitos de nós, dependendo da distância, tivemos que gastar dois mil dólares ou mais para termos energia eléctrica em casa, mas em péssimas condições”.

Vitória Vilhena, moradora do bairro Nova Urbanização, município do Cacuaco, disse que para beneficiar da energia do PT privado pagou 1.300 dólares.

No bairro Nova Urbanização, a realidade é diferente da do bairro Fubú, porque ali, a quem vive próximo do PT privado, a energia permite ligar todos os electrodomésticos sem ajuda de estabilizador e não oscila.

Quanto àqueles que vivem distante, a história é diferente porque quanto maior a distância, menor a qualidade da corrente eléctrica. A ajuda de estabilizador para os electrodomésticos é sempre necessária Evarista e Vitória, apesar de viverem em bairros diferentes, pagam a mesma mensalidade, 50 dólares, seja ou não a energia de boa qualidade.

Para as duas senhoras, a privatização dos postes de transformação em bairros novos até certo ponto ajuda muito

a população a sair da escuridão nocturna e a diminuir o índice de delinquência. A qualidade da energia e o preço do contrato não agradam a ninguém e por isso as moradoras apelam à EDEL a eliminar o sistema de privatização dos PT com fins comerciais, melhorando assim a qualidade e o fornecimento de energia eléctrica às populações.

Impostas regras

A EDEL impõe uma condição a quem pretenda ser detentor de um posto de transformação privado, ou seja, a potência instalada do PT tem de ser superior à que a EDEL por norma fornece a partir de um posto de transformação público.

A potência deve ser superior a 49 KVA, caso contrário acarreta consequências negativas aos demais clientes.

O chefe do gabinete de Comunicação e Imagem da EDEL, Carlos Gil, disse à nossa reportagem que o facto de a EDEL licenciar ou autorizar pessoas colectivas ou singulares a terem o seu próprio PT para consumo, não lhes permite comercializar energia em baixa tensão para as populações.

“Quem assim proceder está a fazê-lo de forma ilegal”, disse. Carlos Gil afirmou que toda essa situação tem a sua história, porque durante muitos anos a EDEL teve dificuldades em expandir a rede nas zonas periféricas e os populares, aproveitando-se de várias instalações eléctricas, de fábricas e outros, acabaram por causar a proliferação da comercialização da energia eléctrica.

“Temos de reconhecer que embora a comercialização de energia por parte dos PT privados seja ilegal, serviu e ainda serve para resolver os problemas de energia eléctrica ali onde a EDEL ainda não conseguiu chegar.”

O porta-voz da EDEL prosseguiu dizendo que é preciso fazer um aproveitamento racional destes sistemas já montados, porque é pouco inteligente a EDEL não aproveitar bem estas estruturas para daí melhorar as condições e dar continuidade ao serviço de fornecimento de energia às populações, que antes já usufruíam dela de forma ilegal.

“Estamos a envidar esforços para instalarmos estruturas eléctricas de base nas áreas periféricas onde a comercialização de energia por parte dos PT privados se faz sentir muito, porque nós, EDEL, somos a única entidade distribuidora em Luanda autorizada para o efeito.”-

Empresa distribuidora de electricidade está é

Carlos Gil afirmou que, “embora o sector energético seja muito caro, principalmente naqueles bairros onde as casas foram construídas de forma anárquica, vamos continuar a trabalhar para que a comercialização ilegal de energia termine”.

PT privados

Carlos Gil disse que a sua instituição tem sob controlo 1.460 postes de transformação privados. A EDEL tem como objectivo melhorar o fornecimento de energia eléctrica e assim está a levar a cabo um processo de transferência e negociação das redes de 15 e 30 KVA da rede de média tensão da ENE e automaticamente dos PT privados que violam as regras para a gestão da EDEL.

“Antes de transferirmos as redes da Empresa Nacional de Electricidade para a EDEL nós tínhamos 920 PT privados. Desde que começou a transferência das redes de média tensão da ENE para a gestão da EDEL, 540 PT privados foram já agregados à EDEL como clientes e alguns destes são os que comercializam energia de forma ilegal.”

Carlos Gil salientou que a sua instituição vai transferir fundamentalmente os PT que são usados para comercialização de energia. “O PT privado pode existir desde que haja razões para tal, como por exemplo, se uma pessoa colectiva ou singular necessitar de mais de 49KV A de energia.

“Se a energia para uma indústria for fornecida a partir de uma instalação pública, a população fica prejudicada. Por isso, a EDEL autoriza uma ligação à parte a uma rede de média tensão na vertente privada, mas não para fins comerciais porque é ilegal vender energia em baixa tensão às populações.”

O porta-voz da EDEL admitiu que 98 por cento desses PT privados normalmente necessitam de uma intervenção profunda da EDEL para tirar do perigo as populações e tomar possível a distribuição de energia aos clientes com regularidade e qualidade.

Processo de negociação

Carlos Gil disse que o processo de negociação com os donos dos PT privados nem sempre é fácil, principalmente quando o anterior gestor tem dívidas altas para com a ENE. “Mas nós não arrancamos os PT privados aos donos.”

“Antes formamos uma comissão técnica para negociar com eles e caso não seja possível a negociação, a EDEL acaba mesmo por montar um novo PT para absorver todos os clientes e monopolizar a actividade do PT privado, porque o motivo que o levou a negociar com a EDEL para ter um PT privado já não está a ser cumprido.” “Se a sua indústria fechou ou a residência já não usa tanta energia, deve informar a EDEL para alterar o sistema de fornecimento ou passar mesmo o PT para a nossa gestão em vez de vender energia de forma ilegal.”

O porta-voz da EDEL, para evitar litígios, fez um apelo

aos proprietários de PT privados que fazem de forma ilegal a comercialização de energia, a tomarem a iniciativa de escrever à Empresa Distribuidora de Electricidade e manifestar o interesse em negociar as instalações, que são ou vão ser ressarcidas de acordo com os valores apurados pelos técnicos da EDEL.

Carlos GIL disse que o proprietário do PT privado que comercializa energia de forma ilegal acaba mesmo por pagar à EDEL os preços que estão em conformidade com a factura de média tensão que lhe foi fornecida desde o início, que não tem nada a ver com os clientes de baixa tensão a quem ele fornece energia.

Por isso, a transferência destes serviços para a gestão da EDEL é fundamental, para que toda a população da província de Luanda possa receber em suas casas energia eléctrica de forma regular e com a qualidade que todos desejam.

8.10 EPAL toma medidas para abastecer Luanda de água

Jornal de Angola
15 de Setembro de 2011

A Empresa Pública de Águas de Luanda tem vindo a enfrentar um conjunto de dificuldades, entre as quais se destaca o défice de produção para abastecer a população de Luanda, admitiu o seu director-geral adjunto para a área de Projectos e Investimentos. Em entrevista ao Jornal de Angola.

Albertino Viegas revelou que, dentro de dois a três anos, a questão fica resolvida com a construção das Estações de Tratamento de Água do Bita e da Quilonga Grande. A extensão das redes domiciliarias constitui igualmente uma das prioridades.

Jornal de Angola – Por que razão a distribuição de água potável na cidade de Luanda ainda é deficiente ?

Albertino Viegas – São várias as razões, mas a de maior peso é o défice na produção de água potável. Neste momento, a nossa capacidade instalada já não consegue responder à procura.

JA – Que estratégias estão em curso pela empresa para pôr fim a essa situação ?

AV – A EP AL tem vindo a implementar uma série de projectos. Estamos a lançar dois concursos que visam a construção de dois grandes sistemas que, em princípio, vão reduzir consideravelmente, senão mesmo resolver, o problema de abastecimento de água à cidade de Luanda. Falo das Estações de Tratamento de Água do Bita e do Quilonga Grande.

JA – **Qual é a situação pontual dos dois projectos ?**

AV – Ainda não passámos para a fase de construção, mas o concurso que lançámos engloba estudos, projectos e execução, porque o tempo já não está a nosso favor e pensamos, a curto prazo, ultrapassar esse problema e, rapidamente, passar à construção das duas novas estações de tratamento de água.

JA – **Quais são as vantagens imediatas destes investimentos ?**

AV – Se hoje existem áreas que não conseguimos abastecer 24 horas por dia, com esses investimentos essa condição deixa de existir. As duas estações vão ser construídas nas margens do rio Kwanza. Basicamente, o Bitá deve abastecer as áreas do Benfica, Ramiros, a Cidade do Kilamba e reforçar a parte central da cidade de Luanda, especificamente o Centro de Distribuição da Maianga, Palanca e Talatona. Em relação ao Quilonga Grande, perspectivamos o abastecimento do novo Aeroporto, a Catete, Quilómetro 44 e Kapalanga com a Estação de Tratamento de Água do Quilonga Grande, o abastecimento de água a Viana e à centralidade do Sequele vai ser reforçado.

JA – **Já existe um horizonte temporal para o surgimento das novas estruturas ?**

AV – Creio que isso pode levar dois a três anos. Tratando-se de mega projectos, devem ser faseados e acredito que hão-de arrancar de forma para jela. Portanto, as nossas perspectivas são óptimas.

JA – **Qual é a actual capacidade de produção de água e o que esperam produzir com as novas estações do Bitá e do Quilonga Grande ?**

AV – Actualmente, salvo erro, a nossa produção ronda qualquer coisa como cinco metros cúbicos por segundo de água. Se adicionarmos a este valor os seis metros cúbicos por segundo que prevemos produzir em cada uma das estações em projecto, estamos em condições de triplicar a produção. E significa que podemos ter o nosso problema resolvido. Mas, a questão passa também pela dinâmica do próprio desenvolvimento da cidade de Luanda que, a longo prazo, pode tornar insuficiente a capacidade actualmente projectada.

JA – **Quais os critérios que a EP AL utiliza para a implantação dos seus projectos ?**

AV – Existe um plano director da cidade de Luanda, do qual somos parte integrante. Em função disso, a empresa analisa, entre vários itens, os défices, o eixo de desenvolvimento e as previsões de crescimento habitacional, e é com base nessas premissas que projectamos as nossas acções.

JA – **Que alternativas foram colocadas à disposição da população de Luanda para fazer face à carência de água ?**

AV – Temos em carteira alguns projectos a curto prazo. Estamos a falar do funcionamento de 400 fontanários nas zonas do Cacucaco, Benfica, Sapú, enfim, que entram em funcionamento como alternativa imediata.

JA- **Até lá, o que podem esperar as populações que ainda não beneficiam de água da EPAL ?**

AV – Nesse aspecto, aquilo que é a nossa prioridade é expandir a rede domiciliar. Mas cada situação é uma situação, pois existem populações a viver em zonas urbanizadas e outras em zonas por urbanizar, e esta última condição toma difícil a nossa actuação. Exemplo disso é o recurso aos chafarizes que já não podia ser vista como uma situação normal. Vamos continuar a trabalhar em conjunto com o Governo Provincial de Luanda e o Ministério do Urbanismo e Construção para que possamos ter condições de levar água às populações dentro daquilo que é o âmbito dos nossos serviços.

8.11 Rangel já está sem sono

Jornal a capital

17 de setembro de 2011

Um dos principais receios dos ‘rangelistas’ tem a ver com a gritante ausência de limpeza das valas de drenagem, um expediente que impede que livre circulação das águas pluviais, que, por via disso, acabam por transbordar e provocar dissabores aos cidadãos ali residentes.

A empresa de recolha de lixo que opera na zona, é acusada de se furtar à limpeza das valas, facto que obriga as mesmas a absorverem enormes quantidades de areia e outros resíduos sólidos, obstruindo-as.

Domingos Cassua, morador da rua 8 de Novembro, caracteriza a situação de lastimável. E justifica: as águas que transbordam das valas de drenagens das ruas, que antecedem a sua, acabam por inundá-la com lamas mal cheirosas.

Revela ainda que, as águas provenientes desses canais têm ameaçado, sobremaneira, os postos de transformação de energia eléctrica na zona. Não raras vezes, adiante, tem provocado alguns curto-circuitos.

A situação reveste-se de um iminente perigo, de tal forma que com o aproximar da chuva, para melhor ~ protecção dos moradores, sobretudo das crianças, enquanto segmento mais vulnerável, a opção tem passado por m transportá-los nas costas. “Assim Q’ também evitamos que as nossas SE crianças adoeçam”, mas tal não tem VI

sido tão linear assim, dada a presença de mosquitos e várias doenças oportunistas.

Moradora na zona 15, da rua Ngola Mbande, dona Maria tem clara consciência do tormento por que passa. “Temos que nos manter acordados, já que a água das valas surgem, às vezes, com muita força e invade as nossas casas, ao ponto de até as mobílias flutuarem”, queixou.

Geralmente, quase sempre após abertura das portas por parte de São Pedro, os moradores são obrigados a munirem-se de baldes e demais recipientes, e quando não muito de moto-bomba, para retirar a água que se acumula tanto dentro de casa, como na rua.

Os moradores apelam, por isso, às entidades de direito, no caso particular da Administração Municipal do Rangel, no sentido de solucionar a situação das valas de drenagens, para, ao menos, observarem dias mais tranquilos.

Ruas também ‘reclamam’ se as valas de drenagem são um problema de monta, as ruas degradadas não deixam de o ser no município do Rangel. Os municípios, não poucas vezes, têm procurado formas de contornar a situação, com a promoção de campanhas de micro-operação ‘tapa-buraco, geralmente com a colocação de pedras sobre as artérias esburacadas mais problemáticas.

Os moradores, sobretudo automobilistas, reclamam da situação, por a mesma reduzir o tempo de vida das viaturas. Uma das moradoras, que falou à reportagem do AREAL, Odete Francisco, residente na rua dos Figueiras, afirmou que a circulação pedonal apenas é garantido sem sobressaltos, para quem consegue adquirir calçados de cano alto, geralmente botas chamadas ‘galochas’.

“Já não aguentamos mais. E a administração praticamente nada faz para inverter a situação, pelo que não sei o que será deste ano”, reclamou, dona Madalena, moradora na rua dos Sêngulas, para depois ironizar: “saímos limpos de casa e regressamos sujos”.

E no conjunto de tudo são as crianças que acabam por pagar uma pesada factura. “Elas brincam em águas paradas, que já se encontram em péssimo estado. E um sofrimento sem tamanho”, afirmaram.

E como noutras vezes, a solução é aguardar que as autoridades “façam alguma coisa” para contrapor o actual quadro. “Eles que não façam o mesmo que fizeram das outras vezes: vieram cá e não fizeram nada”, pediram.

8.12 Sete e meio volta a esquentar

Jornal a capital

19 de setembro de 2011

Há mais de uma semana que o quadro criminal recrudescceu, com o registo de casos arrepiantes que tiram o sono aos moradores daquela circunscrição, marcado, geralmente, por assaltos à mão armada às residências e via pública, além de violações.

O cidadão Eduardo dos Reis foi a mais recente e fresca vítima dos actos criminosos que, nesses dias, polvilham aquele bairro, sobretudo na rua que ficou conhecida como do Antonov, em homenagem às vítimas de um acidente de aviação ocorrido naquelas paragens. Conta que se encontrava a descansar, quando se apercebeu de um barulho estranho no seu quintal. Ao encostar à porta para ver o que de concreto se passava, contou inicialmente, “fui neutralizado por assaltantes que me colocaram uma arma em direcção à cabeça e vi depois que o segurança de casa já se tinha rendido, depois de agredido por seis indivíduos armados”, três dos quais munidos, com pistolas e os restantes com armas e do tipo AKM.

Foi ameaçado de morte, ao mesmo e tempo que exigiam de si a entrega de C todo o dinheiro que os assaltantes diziam ter em casa, se quisesse salvar a ~ sua e a vida dos seus familiares.

Enquanto isso, os restantes integrantes do grupo realizavam buscas a nos diversos compartimentos de casa, q revirando tudo quanto fosse canto suspeito. “Empurram-me para dentro de n casa e agrediram-me com coronhadas ti no corpo, inclusive na cabeça”, região g onde (ver foto) ficou gravemente ferido.

O pior só não aconteceu, segundo Eduardo dos Reis, por os marginais terem encontrado algum dinheiro, o que os levou a interromper as agressões, antes de se decidirem pela apropriação dos telemóveis dos membros daquela família, no sentido de evitar que a Polícia fosse alertada. “Tive que entregar um total de um milhão de kwanzas, 200 euros, que tinha na pasta, além de mais de mil dólares que eram da minha esposa”, revelou, recordando-se da acção que teve menos de 30 minutos de duração. “Foi tudo muito rápido. Quando se retiraram, fui conduzido ao hospital dos Cajueiros para receber assistência médica, uma vez que estava a sangrar muito”, afirmou. Refeito do susto, disse, apresentou queixa ao comando da 3ª Divisão do Cazenga, que prometeu investigar o caso e apresentar os seus autores. Casos como de Eduardo dos Reis contam-se em catadupas Não se trata de algo isolado. É que, em pouco espaço de tempo, outras três

residências e duas cantinas de cidadãos oeste-africanos, foram assaltados pelo que se supõe ser mesmo grupo.

Numa das residências, por exemplo, de uma jovem que apenas se identificou de Isabel cinco homens armados entraram em sua casa, enquanto outros três, segundo a vizinhança, controlavam a movimentação pelo lado de fora, enquanto toda a acção decorria no seu interior.

Isabel conta que alguns familiares, que se encontravam em casa, sobretudo os rapazes, foram esbofeteados, ao passo que o marido acabou brutalmente agredido, curiosamente, tal como o vizinho Eduardo dos Reis, com fortes ferimentos na cabeça, depois de exigirem dinheiro.

“Bateram o meu esposo, com tudo que tinham em mãos, desde armas, paus de vassoura e exigiam ainda um ferro de engomar, para aquecerem e queimarem o meu marido”, caso não revelasse, onde tinha o dinheiro guardado.

Após ter sido submetido a uma impiedosa sessão de espancamento, os assaltantes apenas pararam, quando se lhes foi mostrado a cor do dinheiro que tanto cobijava, como se tivessem recebido informações sobre as casas, cujos proprietários manuseiam e guardam altas somas entre as suas quatro paredes.

“Reviraram tudo, massacraram o meu marido e puseram-se em fuga, com um total de quatro mil dólares, entre kwanzas e dólares norte-americanos, e mais dois telemóveis”, disse Isabel, que apenas escapou de uma eventual sevícia, por, na altura, por volta das 19 horas, encontrar-se na escola.

Os populares acreditam que, tal cenário apenas terminará com um patrulhamento, que se pretende rigorosa por parte da Policia Nacional. “Já solicitamos a intervenção da Policia Nacional; no sentido de não se limitar apenas a controlar os automobilistas, motociclistas e os vendedores ambulantes”, enquanto indivíduos ‘armados até aos dentes’ entram de casa em casa, a seu bel-prazer, e fazem o que bem entender.

8.13 Maioria da população dispõe de água potável

Jornal de Angola
24 de Setembro de 2011

O direct9r provincial do Bié para Energia e Aguas, Abel Guerra, disse na quinta-feira, no Cuito, que 70 por cento da população da província já consome -água potável” graças à execução do projecto “Água Para Todos”.

De acordo com o responsável, a concretização deste projecto está a contribuir significativamente para o consumo de água potável pela população do Bié.

Abel Guerra disse que o projecto, que consiste na perfuração de pontos de água, construção de centros de captação, tratamento e distribuição, está a ser executado em todos os municípios e comunas.

Até Dezembro irá beneficiar a população das sedes municipais e comunais, e algumas ombalas, quimbos e povoações. A intenção é estendê-lo a todas as localidades da província.

Com a aplicação do projecto, verifica-se uma redução das doenças causadas pelo consumo de água não tratada no seio das comunidades. “A execução está enquadrada no programa de melhoria da vida social e económica da população”, lembrou Abel Guerra.

8.14 Ineficiência topográfica empecilha produção económica

Semanário Factual
24 de Setembro a 01 de Outubro de 2011

A falta de conhecimento prévio e actualização do sistema topográfico subterrâneo da geografia da cidade capital, Luanda, por parte das construtoras está a dificultar o acabamento das vias e das infra-estruturas, situação que agrava o equilíbrio das obras e influencia no atraso da função pública local.

As construções de infra-estruturas, reabilitações das vias, escavações para ligações de condutas, cabos eléctricos, desvios de canais de água e feitura de pequenas pontes e outras construções complementares (muitas delas erguidas em vias principais de entrada e saída do centro da cidade) têm sido factores de frustração, ansiedade e atraso crónico, quando não terminam em prazos estabelecidos para os transeuntes.

Cidadãos há que perdem sono durante a noite, alimentam-se de forma anómala, por realizar tudo às pressas, acarretam na consciência o stress, causado pela ansie-

dade e pela depressão, devido à mudança brusca no estilo de vida e à exposição a determinado ambiente, concretamente o congestionamento de tráfico automóvel que acaba por levar a pessoa a sentir um tipo de angústia na cidade capital. Segundo Jorge Manuel, psicólogo, deste modo, os cidadãos vivem com a consciência sobrecarregada, chegam mesmo a falar sozinhos ou a adormecer sobre o volante, realizam as suas actividades de forma derreadas e nunca concluem, pois ficam desprovidos de qualquer motivação, por fraca resistência mental. “Assim, o País imerge na letargia e é perigoso”, concluiu.

As ruas Ngola Kiluanje, pela via do São Paulo e da Petrangol, a 5ª Avenida do Cazenga, Gamek, a estrada direita do Benfica e o perímetro do mercado dos Kwanzas são consideradas péssimas pelos funcionários para a transição no período da manhã e da tarde, dadas as condições debilitadas em que se encontram.

De acordo com os cidadãos ouvidos pelo Factual, a falta de uma cartografia e de sinalização topográfica actualizada para as construtoras nacionais e estrangeiras tem levado a um decréscimo da produção económica na capital, por razões de atraso que se verificam nestas vias públicas da capital. Em decorrência da situação, empresas abrem as portas por volta das 9 horas.

Sérgio Filipe lamentou a fraca frequência de agentes reguladores de trânsito, sempre que urge a presença desta força pública e recomendou o uso de radares.

8.15 Água a prelo de ouro

Folha 8

24 de Setembro de 2011

O fraco abastecimento e a destruição dos tanques de água potável nas periferias destes municípios são a causa do elevado custo de consumo da água potável distribuído pelas cisternas.

A falta de política da distribuição do líquido precioso, pela empresa credenciada em Luanda, (EPAL), está a deixar furiosos os municípios daquelas circunscrições. A procura de água para eles continua a ser um bico-de-obra para adquirir o então precioso líquido.

As populações destas zonas suburbanas da capital do país, deslocam – se quilómetros para conseguir obter um bidão de água no custo de 70 Kwanzas.

Os residentes dos bairros em que os chafarizes dão o ar da sua graça, clamam que os esforços da EPAL não satisfazem a demanda dos municípios que procuram o fornecimento de água, discutem também o aumento das horas de fornecimento do líquido.

Este lastimoso incidente decorre no Grafanil Bar, onde a água é comercializada ao custo de 10 á 20 Kwanzas entre as seis as doze horas, o que não tem facilitado os utentes.

O município mais antigo, atingido por este flagelo é o Cazenga, segundo o relato de Manuel Serafim, de 32, residente a mais 23 anos, conta – nos que as torneiras jorram água potável á quase dois anos em aproximadamente 20 por cento do município, em contra partida os municípios vêem-se obrigados a percorrer grandes distâncias para obter o desejado líquido a um preço elevado o que é indesejável aos bolsos dos mesmos.

Apesar das inúmeras insatisfação, os usuários carecendo do liquido, pagam pelo preço estipulado pelos proprietários dos tanges de água. Os barões dos reservatórios manifestaram também o descontentamento pelo facto de comprarem a cisterna a um preço muito alto.

Tal situação, encontra – se também os residentes da Combal que apelam a EPAL, no sentido de aumentar o número de chafarizes existentes de modo a reduzir o preço da água. Para muitos, a escassez do produto acaba por ser onerosa a julgar pelos rendimentos financeiros dos moradores na maioria de abaixo renda.

Já os moradores dos 6 Cajueiros, uma das zonas periféricas de Viana, dizem nunca terem visto um chafariz no arredor, “para podermos beber água potável tenho de comprar o bidão a 50 Kws e percorrer distâncias com peso na cabeça”, lamentou Maria de Jesus, que encontra maior dificuldade na administração do líquido por uma família de 6 elementos.

O facto de a oferta superar a procura naquela comuna densamente habitada, a água chega a ser vendida por utentes de tanques a 70 Kwanzas por bidão.

Os empresários dos tanques de água em questão são abastecidos por automóveis cisternas de pequeno, médio e grande porte, que não só atendem aos pedidos locais mas também a empresas privadas. Num preço que varia entre cinco mil a 30 mil Kwanzas isto de acordo com a quantidade de litros que o mesmo suporta.

A água vendida é proveniente do Kikuxi, Kifangondo, Mabuba e nas residências com água corrente. Durante a reportagem interpelamos, alguns municípios que desconhecem o projecto Agua Para Todos, lançado pela área técnica da Empresa Provincial de Aguas de Luanda, coadjuvado pelas áreas técnicas das administrações municipais.

8.16 Melhora o abastecimento em localidades do interior

Jornal de Angola

24 de Setembro de 2011

A governadora provincial da Lunda-Sul, Cândida Narciso, inaugurou na quinta-feira, nas comunidades de Kamahundu e Kaiaza, a cinco e 70 quilómetros da cidade de Saurimo, dois chafarizes, para melhorar o fornecimento de água potável à população.

As obras, orçadas em 41 milhões de Kwanzas, duraram 12 meses. Foram também construídas duas estações de captação, que bombeiam 340 mil litros de água para dois reservatórios, um de 70 e outro de 270 metros cúbicos, instalados em Kamahundo em Kaiaza. A quantidade de água distribuída por gravidade permitiu, em cada localidade, instalar chafarizes públicos, lavandaria e balneários. Nas mensagens de agradecimento, José Muatxiava e Rodrigues Cassemene, que lideram as duas comunidades, elogiaram a iniciativa e incentivaram o Governo a prosseguir na busca de soluções para dotar as comunidades de sistemas de energia eléctrica e escolas.

A governadora reiterou o apelo para o uso racional dos equipamentos sociais, “a fim de encorajar o Executivo a implementar acções do género em outras localidades”. Aos jovens, vincou a importância de afluírem aos postos de registo eleitoral, para garantir o direito de votar nas próximas eleições.

9 GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Violência doméstica nas barras do tribunal

Semanário Agora
17 de Setembro de 2011

O influente político do MPLA e docente universitário, José António Nahambo, foi julgado esta semana, no Lubango, num processo-crime de ofensas corporais à sua ex-mulher.

Em Julho do ano transacto, Nahambo teria desferido um golpe no rosto de Maria Bernardo, quando esta regressava do local de trabalho por volta das 22 horas.

Desprovida das chaves da casa, a vítima teria batido à porta para entrar, ao que o marido terá considerado incómodo, esbofetando-a. Acto contínuo seria transportada para o hospital central, onde recebeu cuidados médicos.

Inconformada com os factos, a mulher intentou um processo judicial contra o ex-marido. Em causa, estaria também o encerramento deliberado do tanque de água e da geleira.

Na tentativa de explicar as razões que estiveram na base dos desentendimentos no lar, o professor tentou convencer o magistrado, mas debalde. A sentença marcada para o próximo dia 28 poderá condenar réu a indemnizar a ofendida. Este julgamento, porém, marca o regresso de políticos e figuras públicas aos tribunais nestas paragens, que há muito não se via por suposta protecção partidária

9.2 Organizações femininas abordam situação da mulher

Angolense
De 27 de Agosto
a 03 de Setembro de 2011

Na referida província os encontros foram mantidos com representantes da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher, concretamente com as responsáveis das secções de Política de Género e da secção para as Organizações e Associações familiares; representantes da Organização da Mulher Angolana, organização Feminina do partido MPLA, da PROMAICA, afecta a igreja Católica, Liga da Mulher Angolana (LIMA), organização feminina do partido UNITA, e a Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), enquanto organização parceira da APN.

Fruto da visita foi possível constatar que a nível da província há uma forte coordenação das acções em volta da mulher por parte da Direcção Provincial da Família e Promoção da Mulher. Relativamente a presença de mulheres nos cargos públicos, o número é considerado razoável. As senhoras entrevistadas realçam que há uma representatividade feminina nos diferentes órgãos e instituições estatais a nível da província. No que toca a estrutura governativas no Huambo existe uma Vice-governadora, quatro directoras provinciais (MINARS, Urbanismos, MINFAMU e Comércio), uma delegada provincial das Finanças, duas (2) Administradoras Municipais, seis (6) Administradoras Adjuntas, duas (2) Administradoras Comunaes, duas (2) Decanas (Faculdade de Medicina e Economia), directoras de escolas.

No entanto, também foi possível notar que há necessidade de reforçar a acção no seio das organizações em prol da promoção do género e da participação da mulher na vida pública e política.

A APN tem realizado trabalhos com diferentes grupos de mulheres, em províncias como Luanda, Malange e Kwanza Sul, dentre os quais se destacam os apoios a organizações como Plataforma de Mulheres em Acção, o Fórum de Mulheres Jornalistas para Igualdade no Género e o Grupo de Liderança Feminina (GLIF).

“Para nós, estes dados sobre a situação da província ligado a questões ligadas ao género são importantes, porque assim poderemos ver como articular com os diferentes parceiros para melhorar a participação da mulher na vida pública, explicou Manuel Santana, Coordenador de Projectos da APN no Kwanza Sul.

Para inversão do quadro, Manuel Santana defende uma intervenção junto das organizações da sociedade civil local, no sentido de se criar estratégias de actuação conjunta na problemática de género e participação da mulher a nível da província.

9.3 Populares aterrorizados por bandidos e violadores

Angolense
27 de Agosto
a 03 de Setembro de 2011

Segundo os moradores, os delinquentes f a z e m - s e acompanhar de um automóvel “Hiace azul e branco” entram nas residências com armas “AK”, de cano cortado, pedem dinheiro ao proprietário da casa, se este rejeitar abusam sexualmente a esposa, acabando por levar também alguns pertences da família e quando

não conseguem praticar nenhum dessas acções colocam fogo. Por causa desta situação, muitos munícipes já abandonaram as suas residências com medo que os mesmos voltem e acabam com as suas vidas, pois que presumem que os mesmos sejam jovens do bairro.

Actualmente não têm energia por toda extensão do bairro, devido a uma sobrecarga que ocorreu no “PT” da EDEL inaugurado recentemente na área, destacando aqui que tal facto na opinião dos munícipes tem contribuído para acção dos mesmos. Salientaram que a zona possui uma esquadra da Polícia, mas que a mesma não se faz sentir com relação aos assaltos, pois que em alguns casos os meliantes são presos, mas passadas algumas horas soltaram-nos. “Por isso, as pessoas estão com medo de denunciar”, referiu um dos munícipes, tendo acrescentado que, por vezes, os moradores se organizam em grupos a fim de fazer rondas, mas que tal medida não tem surtido efeito.

Outro morador contou que há alguns dias saíram de casa na calada da noite e se esconderam algures do bairro, mas foram surpreendidos com os delinquentes, procurando os de armas na mão e lanternas “parecia um filme”, realçou.

De acordo com o munícipe, recentemente, um grupo de bandidos foram presos e os mesmos confessaram que a pessoa que tem coordenado os assaltos na área trabalha na polícia. “É um agente da polícia, que vive mesmo aqui no bairro”, denunciou.

Outra munícipe contou que sofreu um atentado por duas vezes, mas os delinquentes não conseguiram levar nada, porque na primeira tentativa subiram no telhado da casa por volta das zero horas, até as duas da manhã, tentando tirar os grampos, mas sem sucesso.

Na segunda vez tentaram destruir o gradeamento da porta, mas como não conseguiam, começaram a furar a parede da casa mas também não obtiveram sucesso, mas enquanto decorriam a acção dos bandidos, a munícipe conta que pedia socorro aos vizinhos mas estes não podiam sair porque não estavam armados e temiam pelas suas vidas, mas realçou que os vizinhos ligavam para o 113 e ninguém atendia a chamada. “Um dos meus vizinhos foram até a esquadra na altura, mas só encontrou um agente e este se recusou a sair do posto”, afirmou.

Numa outra ocasião os bandidos tentaram entrar numa outra residência, chegando mesmo a entrar no quintal onde encontraram uma motorizada. “Colocaram fogo de raiva porque não conseguiram partir a parede para entrar já que as portas são gradeadas”, frisou a munícipe,

que acrescentou, em seguida, que após a retirada dos mesmos foram socorridos pelos vizinhos, pois que o fogo já estava a alastrar-se pela casa. Mas o vizinho ao lado os mesmos entraram e tentaram lhe matar, mas este conseguiu fugir pela janela, tendo deixado a mulher que foi abusada sexualmente em frente a sua casa, mas o objectivo deles era matar o senhor”, afirmou,

10 AMBIENTE

10.1 Chuvas ameaçam cidadãos

Semanário Factual

De 17 a 24 de Setembro de 2011

Os moradores, maioritariamente camponeses, estão preocupados com o actual momento, dada a ausência de campanhas de sensibilização, feitas pelos estudantes do Dande que, anteriormente, lhes ofertavam utensílios de prevenção contra a malária e alguns bens alimentares não perecíveis.

A zona onde habitam os cidadãos em causa é conhecida como endémica, por provocar às pessoas doenças como diarreia, febre amarela, malária, doença do sono, Leishmaniose Tegumentar Americana (LTA), causada por diferentes espécies de protozoários do género *Leishmania* e transmitida por insectos hematófagos, genericamente designados flebotomos.

Na opinião de Samuel Adão, médico, chamam-se doenças tropicais, pelo facto de as condições climáticas favorecerem a proliferação de insectos, principais transmissores das mesmas. Elas estão relacionadas com factores socioeconómicos, pois se manifestam mais nos países pobres que, na sua maioria, se localizam nas regiões tropicais e não têm condições de implantar medidas efectivas de controlo, prevenção e tratamento”, asseverou.

As doenças tropicais constituem problemas graves de saúde pública, especialmente se considerarmos o alto índice de mortalidade associado a elas, cujas crianças são as principais vítimas.

As casas de chapa, construídas de forma fragmentadas, estão a ceder em ferrugem, circunstância que coloca os alojados em estado de alerta máxima, devido às mortes que têm sucedido por desabamento e incêndio na época chuvosa. Assim, os moradores lançam gritos de socorro antes do pior momento.

Filipa Assunção, uma das moradoras alojadas, fez saber ao Factual ter requisitado as parcelas de terra sem orientações da Administração de Cacucaco, nem da do Dande, Caxito, e acrescentou -que há alojados ao longo do troço, por falta de condições financeiras para construir uma casa.

10.2 Soyo recebe as primeiras chuvas

Jornal de Angola

02 de Setembro de 2011

A época chuvosa começou no passado dia 15 de Agosto. Dez dias depois, a 25 do mesmo mês, o município petrolífero do Soyo registou as primeiras chuvas.

A chuva, considerada madrugadora, comparada com os anos anteriores, surpreendeu tudo e todos. Para os agricultores, foi uma alegria, pois as sementes no campo desabrocham, o que ajuda a produzir e combater a fome e a pobreza. Para os moradores de zonas de risco e autoridades administrativas, isso constituiu uma preocupação, por causa das consequências das construções desordenadas em 10 cais perigosos e a ausência de equipamentos técnicos para o escoamento das águas.

No capítulo da drenagem das águas pluviais, no Soyo há muito por fazer para evitar as consequências negativas que a época chuvosa pode trazer. Para prevenir os desastres, as autoridades administrativas, em colaboração com a empresa Angola LNG, promovem a limpeza das sarjetas e esgotos, de modo a facilitar o escoamento das águas pluviais. Os trabalhos estão a cargo da construtora Agrolbal.

De acordo com o chefe de inspectores da Angola LNG, João Pedro Sorteado, os trabalhos desenvolvidos em todas as ruas da cidade do Soyo consistem na desobstrução do sistema de esgotos, para permitir a drenagem da água das chuvas para os afluentes do rio Zaire. Para desentupir os esgotos estão a ser usadas máquinas de pressão e sucção de areia. O desentupimento facilita a passagem das águas até à praia dos Pobres e os afluentes do rio Zaire.

“A par do processo de limpeza da rede de esgotos que levamos a cabo, temos um plano de construção de valetas ao longo das vias que não dispõem de sistema de drenagem, de maneira a possibilitar o escoamento. Estamos ainda a rever o tapete asfáltico de algumas ruas com o mesmo objectivo”, acrescentou.

O início demasiado cedo das chuvas, segundo o chefe dos inspectores, pode complicar o trabalho de limpeza da rede de esgotos, mas ele acredita que dentro de dois meses as obras estejam concluídas.

O responsável da Angola LNG aconselhou a população a colaborar com as autoridades, evitando depositar o lixo em qualquer parte, sobretudo nas valetas e nas sarjetas. O lixo pode obstruir a tubagem precocemente. “Devemos manter a cidade limpa, colocando o lixo na lixeira, onde é o seu lugar e não nas ruas da cidade, exortou João Sorteado.

Um sinal positivo

Camponeses contactados pela reportagem do Jornal de

Angola afirmaram que a chuva do passado dia 25 não lhes dá garantias de colheitas promissoras, mas constitui um sinal positivo. “Nós não esperávamos que as chuvas fossem começar tão cedo este ano. Por isso, vamos preparar os campos e lançar as sementes à terra no fim de Outubro e princípio de Novembro”, disse um camponês. Bruno Afonso, agricultor de profissão, disse ao Jornal de Angola estar já na fase conclusiva dos preparativos dos seus dois pequenos campos, onde vai lançar as sementes no momento exacto.

“As primeiras chuvas, que já começaram a cair, não significam nada para aquele que conhece os segredos da lavoura. Elas começaram cedo, mas nem sempre têm sequência que possa realmente permitir uma boa produção. Pode ser apenas a força da natureza e depois desaparecerem por muito tempo. O que se aconselha é aguardar pela segunda e terceira quedas pluviais para que penetre bem na terra e depois lançar as sementes”, acrescentou.

Autoridades sanitárias

José Pedro Cristina, chefe da Secção de Saúde Pública do Soyo, disse que as chuvas são uma alegria para todos, mas há alguns cuidados a observar, pelo facto de poderem representar também problemas para a saúde das pessoas.

Como fez saber, com a chegada das chuvas surgem também algumas doenças, com destaque para a febre tifóide, diarreias agudas, amebiasis intestinais e a malária, pelo facto das águas estagnadas facilitarem a reprodução e proliferação de vírus transmissores de doenças.

Como medida profilática, segundo José Pedro Cristina, a Secção de Saúde Pública da região preparou um plano de mobilização e sensibilização da população sobre as medidas de prevenção a observar na época chuvosa.

“Vamos realizar campanhas de sensibilização em todas as localidades do município, com vista a preparar a população sobre os cuidados a observar para com as doenças que mais proliferam nesta época”, especificou.

José Cristina fez saber que, além das campanhas de informação e sensibilização das populações sobre como evitar águas paradas e não deitar o lixo ou defecar em lugares impróprios, a Secção de Saúde do Soyo vai distribuir mosquiteiros impregnados nas sedes comunais.

“A par destas medidas profiláticas, existe uma equipa de luta anti larval que trabalha ao nível do município, com vista a destruir as larvas que se encontram nas águas paradas e nos amontoados de lixo e capim”, acrescentou.

Os técnicos de saúde, durante as campanhas que realizarem ao nível das comunas e aldeias, vão instruir os habitantes a tratar a água com lixívia. Onde não existe água canalizada, os moradores vão ser aconselhados a fervê-la sempre antes do consumo, pelo facto das cacimbas estarem sujeitas a ficar inundadas pela água das chuvas que arrastam tudo.

No capítulo da assistência médica e medicamentosa, Pedro Cristina revelou que o município está preparado para prestar assistência aos casos de malária que surgirem na região durante a presente época. “Temos fármacos anti-palúdicos, nomeadamente, o Coarctem e outros antibióticos. Ao nível das comunas e aldeias, todos os postos e centros de saúde têm o apoio de enfermeiros graduados e existem medicamentos. Além do Coarctem, os estojos de medicamentos essenciais que recebem para o tratamento de diversas doenças, também trazem anti-palúdicos”, acrescentou.

Protecção civil e bombeiros

Os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros do Soyo conceberam estratégias para minorar o impacto das quedas pluviais na região, sobretudo nas zonas que têm sido mais fustigadas, como os bairros Kikudo, Paróquia e Kindombele.

O especialista de Protecção Civil e Bombeiros do Soyo Jorge Susana Joaquim disse terem elaborado um programa que começa a ser aplicado na próxima semana, consubstanciado na realização de palestras para sensibilizar os habitantes dos bairros vulneráveis da região sobre os cuidados a observar durante as chuvas. “Os bairros do Kikudo e Paróquia são os que mais nos preocupam, por haver uma vala de drenagem de águas pluviais a céu aberto onde os moradores depositam o lixo, impedindo o escoamento das águas com normalidade sempre que chove”, acrescentou. Para atenuar as consequências negativas das chuvas, explicou, foram contactados os serviços comunitários locais no sentido de o mais rápido possível fazer-se a limpeza de todas as valas existentes, com vista a facilitar a passagem da água das chuvas e, com isso, evitar possíveis inundações de casas e o seu consequente desabamento.

“As inundações de muitos bairros resultam da falta de orientação nas construções. Os habitantes constroem em áreas proibidas pelo Estado ou em zonas onde existem linhas de passagem de águas das chuvas, como consequência surgem as cheias e destruições e, na pior das hipóteses, até mortes em muitos casos”, acrescentou.

A falta de coordenação entre a vizinhança, durante o processo de entulho e construção em várias áreas, cujos proprietários fecham as linhas de passagem das águas pluviais – referiu – é um problema sério, porque ninguém pode evitar a fúria da natureza.

Sobre os meios de trabalho, disse, a Protecção Civil dispõe de três moto-bombas prontas para ajudar no escoamento das águas pluviais em caso de inundações. No ano passado, os Serviços de Protecção Civil e Bombeiros registaram no município a destruição de 238 casas de adobe e o desalojamento de mil pessoas.